



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviço de pagamento da folha de salário dos servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado de Alagoas, em conformidade com o Edital e seus Anexos.	2.000.005,00 (dois milhões e cinco reais)

VALIDADE DA PROPOSTA: conforme edital.

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ: 60.701.190/0001-04

END.: Pc. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, SP/SP, 04344-902

TELEFONES: (81) 98169-6952 / (81) 98526-6169

E-MAIL: tiago.patu@itau-unibanco.com.br

DADOS DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO FUTURO CONTRATO:

NOME: Tiago Bezerra Patú

E-MAIL: tiago.patu@itau-unibanco.com.br

ESTADO CIVIL: casado

PROFISSÃO: bancário

IDENTIDADE: 6.308.666 SDS-PE

CPF: 051.259.684-04

DOMICÍLIO: Pc. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, SP/SP, 04344-902

DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome	Vania Cristina La Falce	Gustavo Trovisco Lopes
Cargo	Superintendente	Diretor
RG nº	253146811	239105990
CPF nº	181.754.158-78	129.345.808-22

Nos preços cotados já estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, fretes e demais despesas inerentes.

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
05125968404

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 60.701.190/0001-04 DUNS®: 89*****68
Razão Social: ITAU UNIBANCO S.A.
Nome Fantasia: EST UNIF
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 10/03/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 13/11/2022
FGTS Validade: 16/08/2022
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 16/01/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 12/12/2022
Receita Municipal Validade: 18/12/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 20/07/2022 11:11

CPF: 227.962.718-38 Nome: THOMAS CHEKERDIMIAN BARRETO

Ass: _____



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/07/2022 09:47:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ITAU UNIBANCO S.A.**
CNPJ: **60.701.190/0001-04**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Itaú Unibanco S.A.

(continuação)

PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 28.819.304-0, CPF 269.313.988-06, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, RG-SSP/SP-24.867.443-2, CPF 253.721.518-46, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO CESAR MANSUR**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 25.609.109-2, CPF 269.319.048-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO DA SILVA CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-IFP/RJ 10.073.128-0, CPF 033.810.967-61, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Piso Térreo, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO GIONGIO VICHI**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 24.536.869-3, CPF 286.036.758-64, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO LULIA JACOB**, brasileiro, casado, bancário, RG-SSP/SP 13598470-1, CPF 118.058.578-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES**, português, divorciado, administrador, RNE-CGPI/DIREX/DPF-W613015-1, CPF 251.863.858-08, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA**, brasileiro, casado, estatístico, RG-SSP/SP 19.495.737-8, CPF 108.114.418-14, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, administrador, RG-IFP/RJ 11.865.283-3, CPF 021.332.997-26, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO RODRIGUES BAIÁ**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 65.735.369-3, CPF 836.341.696-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ROGERIO VASCONCELOS COSTA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 19.294.696-1, CPF 111.766.598-47, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RUBENS FOGLI NETTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 16.775.917-6, CPF 255.989.658-36, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **TATIANA GRECCO**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, RG-SSP/SP 22.539.046-2, CPF 167.629.258-63, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º andar, Itaim Bibi - CEP: 04538-132; **TERESA CRISTINA ATHAYDE MARCONDES FONTES**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 30.246.165-6, CPF 307.447.828-48, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **THALES FERREIRA SILVA**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 37.075.036-6, CPF 831.623.301-06, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências da Computação, RG-SSP/SP 30.327.311-2; CPF 279.978.618-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **VALÉRIA APARECIDA MARRETTO**, brasileira, casada, psicóloga, RG-SSP/SP 19.662.198-7, CPF 108.213.188-10, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Eudoro Villela, 4º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **WAGNER BETTINI SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 18.840.246-9, CPF 114.032.758-58, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. 8. Observada a nova composição da Diretoria e em atendimento às normas do CMN, do BACEN e da CVM, registrar e consolidar as atribuições de responsabilidades aos diretores da Companhia, na forma abaixo: **ADRIANA MARIA DOS SANTOS**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **ADRIANO MACIEL PEDROTI**, Registro de garantias sobre veículos e imóveis - Resolução CMN 4.088/12. **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL**, Administração da carteira de valores mobiliários (administração fiduciária) - Instrução CVM 558/15 (essa responsabilidade permanece temporariamente com a Roberta Anchieta da Silva, até que Álvaro obtenha as certificações necessárias perante a CVM); Prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13; Prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; e Representante de investidor não residente - Resolução CMN 4.373/14 e Instrução CVM 560/15. **ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ**, Carteira de crédito, financiamento e investimento - Resolução CMN 2.212/95. **BADI MAANI SHAIKHZADEH**, Assuntos do SELIC - Resolução BACEN 55/20; Assuntos relativos ao SPB - Circular BACEN 3.281/05; e Requerimento de margem bilateral de garantia em operações de derivativos - Resolução CMN 4.662/18. **BRUNO MACHADO FERREIRA**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, Administração de carteiras de valores mobiliários (gestão de recursos) - Instrução CVM 558/15; e Administração de recursos de terceiros - Resolução CMN 2.451/97. **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, Adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente - Instrução CVM 539/13. **CARLOS HENRIQUE DONEGA AIDAR**, Área Contábil - Resolução CMN 3.198/04; Atualização do Unicad - Circular BACEN 3.165/02; SCR - Circular BACEN 3.870/17; e Registro de operações de cessão de crédito - Resolução CMN 3.998/11. **CARLOS ORESTES VANZO**, Carteira Comercial - Resolução CMN 2.212/95; e Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **CLAUDIO CÉSAR SANCHES**, Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11. **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, Carteira de investimento - Resolução CMN 2.212/95. **DANIEL NASCIMENTO GORETTI**, Operações compromissadas - Resolução CMN 3.339/06; e Operações de empréstimo e troca de títulos - Resolução CMN 3.197/04. **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, Cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; Procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11; Procedimentos e controles internos à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13; Supervisão das regras, procedimentos e controles internos à prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; Gestão de riscos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; e Implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos à analista de valores mobiliários - Instrução CVM 598/18. **ERIC ANDRÉ ALTAFIM**, Acordos para Compensação no SFN - Resolução CMN 3.263/05; Emissão, distribuição ou negociação de Certificados de Operações Estruturadas - Resolução CMN 4.263/13; Operações de swap - Resolução CMN 3.505/07; Operações de derivativos de crédito - Resolução CMN 2.933/02; Operação de emissão de letra imobiliária garantida - Resolução CMN 4.598/17; e Operações relacionadas ao mercado de câmbio - Resolução CMN 3.568/08. **FELIPE DE SOUZA WEY**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **FELIPE SAMPAIO NABUCO**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19 (essa responsabilidade será atribuída a partir da sua posse). **FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA**, Prevenção e combate à lavagem de dinheiro - Lei 9.613/98 e regulamentação específica. **FLAVIO RIBEIRO IGLESÍAS**, Procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário - Resolução CMN 4.790/20. **FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO**, Contratação de correspondentes - Resolução CMN 3.954/11; e Remessa de informações e processos no meio circulante - Circular BACEN 3.940/19. **GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA** Processo de consulta a informações relativas às posições em derivativos - Resolução CMN 3.908/10. **GUSTAVO TROVISCO LOPES**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **JOSÉ GERALDO FRANCO ORTIZ JUNIOR**, Fornecimento de informações - Circular BACEN 3.504/10; e Política institucional de relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços financeiros - Resolução CMN 4.539/16. **LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO**, Ouvidoria - Resolução CMN 4.860/20; e Sistema RDR - Circular BACEN 3.729/14. **LEON GOTTLIEB**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **MARCOS ALEXANDRE PINA CAVAGNOLI**, Atendimento às demandas do BACEN relacionadas a questões concernentes ao arranjo de pagamentos instantâneos (PIX) - Instrução Normativa BACEN 49/20; Compartilhamento Open Banking - Resolução Conjunta 1/20; e Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) - Circular BACEN 4.027/20 e Instrução Normativa BACEN 47/20. **PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES**, Área de crédito rural - Resolução CMN 3.556/08. **RENATO CESAR MANSUR**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **RENATO GIONGIO VICHI**, Cadastro de Clientes do SFN - Circular BACEN 3.347/07 (essa responsabilidade será mantida com Badi Maani Shaikhzadeh até a sua posse). **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA**, Carteira de Arrendamento Mercantil - Resolução CMN 2.212/95. **ROGERIO VASCONCELOS COSTA**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **TATIANA GRECCO**, Apruração do Montante RWA, PR e Capital Principal - Resolução CMN 4.193/13. **THALES FERREIRA SILVA**, Carteira de crédito imobiliário - Resolução CMN 2.212/95. **CONSELHO FISCAL**: Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes e declaração de desimpedimento do administrador eleito. **ENCERRAMENTO**: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **Acionista**: Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo e Andre Balestrin Cestare - Diretora Executiva e Diretor, respectivamente. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de abril de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário Homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 464.523/21-7, em 24.09.2021 (a) Gisela Simiema Beschin - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO**: Artigo 1º - A companhia fechada regida por este estatuto social é denominada **ITAÚ UNIBANCO S.A.** ("Companhia"), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (artigo 10, "caput"). **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL**: Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio. Parágrafo único. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos seus colaboradores, fornecedores, consumidores e credores, com também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**: Artigo 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.872.675.921,00 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e

cinco mil, novecentos e vinte e um reais), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias. Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL**: Artigo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas. Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia. **CAPÍTULO V - DIRETORIA**: Artigo 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria. Artigo 6º - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco Holding"), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devida aos administradores. Artigo 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º. A Assembleia Geral definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia; § 2º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 3º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente. § 4º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição pelas autoridades competentes. § 5º. Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. Artigo 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros. Artigo 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da Companhia e estabelecer as normas internas e operacionais. § 2º. Aos Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral. § 3º. No desempenho de suas funções, os diretores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre: (i) seus acionistas; (ii) seus colaboradores; (iii) seus fornecedores, consumidores e credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. Artigo 10 - A representação da Companhia será realizada por dois diretores em conjunto, para: (i) assumir obrigações, exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; e (iii) constituir procuradores para práticas de atos, sendo certo que quando o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Companhia será representada por dois diretores em conjunto para decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências. § 1º. Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iii), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicium"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), a Companhia também poderá ser representada por apenas um diretor. § 3º. Dois diretores, sendo obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor membro do Comitê Executivo, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. § 4º. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA**: Artigo 11 - A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários, excetuadas as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria. § 1º. O Ouvidor será designado e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo, e terá mandato de 12 (doze) meses, podendo ser renovado. § 2º. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades. § 3º. Caso, no exercício da função do Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à sociedade ou prejuízo aos clientes e usuários ou à sociedade, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral. § 4º. O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia. § 5º. A Ouvidoria tem por finalidade: (a) atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições; e (b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. § 6º. Compete à Ouvidoria: (a) atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco; (b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período; (d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "c"; (e) informar à Diretoria da instituição, a respeito das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria; (f) manter a Diretoria da instituição informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los. § 7º. A Companhia: (a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições. § 8º. O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral quantitativo e qualitativo sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL**: Artigo 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO VIII - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**: Artigo 13 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes: a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 14; e c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 15, "ad referendum" da Assembleia Geral. **CAPÍTULO IX - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO**: Artigo 14 - Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas alíneas "a" e "b", inciso I, do artigo 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no inciso II do mesmo artigo. Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei 9.249/95. **CAPÍTULO X - RESERVA ESTATUTÁRIA**: Artigo 15 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do artigo 204 da Lei 6.404/76. § 1º. Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido. § 2º. O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social. § 3º. A reserva estatutária discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição. **CAPÍTULO XI - EXERCÍCIO SOCIAL**: Artigo 16 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e intermediários em qualquer data.

Fundação Adib Jatene

CNPJ nº 53.725.560/0001-70

Edital de Abertura de Processo Seletivo

Instrumentador Cirúrgico - Processo Seletivo - As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: <http://www.fundacaoadibjatene.com.br/selecao0412021>. As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das **15:00 horas do dia 04/11/2021 às 15:00 horas do dia 11/11/2021**.



Página do Diário Oficial certificada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp em 04/11/2021 09:12:10.
 Nº de Série do Certificado: 4F9E97E182CC2254AE3EA8C693CC344BA21383F5
 [Ticket: 43643276] - www.imprensaoficial.com.br

PRUDENCO COMPANHIA PRUDENTINA DE DESENVOLVIMENTO

CNPJ (M.F.) nº 48.812.648/0001-99

Resumo de Edital

Pregão 21/21: contratação de 01 (uma) empresa prestadora de serviços de tecnologia da Informação para o fornecimento de Software de estágio probatório e avaliação, conforme especificações do edital, abertura: 25/11/2021, às 9h; Edital completo: Rua Dir. José Foz, 126, (18)3226-0055. Pres. Presidente/SP, 28.10.21, Valdecir Vieira-Diretor (18)3226-

Maccaferri do Brasil Ltda.

CNPJ 43.876.960/0001-22 - NIRE 35.200.947.027

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Sócios da **Maccaferri do Brasil Ltda.** para reunir-se em AGE, a ser realizada em 10/11/2021, às 15h30, na sede da Sociedade, em Jundiaí/SP, na Avenida José Benassi, 2601, ala 1, Distrito Industrial Fazgan, CEP 13213-085, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) distribuição de dividendos de forma desproporcional a participação do capital social; e, (ii) outros assuntos de interesse da Sociedade. **Jundiaí, 28/10/2021, Maccaferri do Brasil Ltda. - Alexandre Marcos Texeira.**

JUCESP
06 04 22



JUCESP PROTOCOLO
0.341.165/22-0



ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04

NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Em 15.12.2021, às 10h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP).

MESA: Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário.

QUORUM: Totalidade do capital social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 (“LSA”).

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Aprovada a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto, no montante de R\$ 88.704.544,19 (oitenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), passando de R\$ 69.872.675.921,00 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais) para R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação do atual acionista no capital social da Companhia.

2. Em decorrência da redução de capital, registrado que será restituído ao acionista ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (CNPJ 60.872.504/0001-23) o valor de R\$ 88.704.544,19 (oitenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), mediante entrega de: (a) 3.235.656 (três milhões, duzentas e trinta e cinco mil, seiscentas e cinquenta e seis) quotas que a Companhia detém no capital social da IU CORRETORA DE SEGUROS LTDA. (CNPJ 08.457.828/0001-85); e (b) 4.874.160 (quatro



milhões, oitocentas e setenta e quatro mil, cento e sessenta) ações ordinárias e 82.079.668 (oitenta e duas milhões, setenta e nove mil, seiscentas e sessenta e oito) ações preferencias que a Companhia detém no capital social da IGA PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ 04.238.150/0001-99), todas entregues ao acionista pelo seu valor patrimonial registrado em 30.11.2021.

3. Registrado, ainda, que a deliberação de redução de capital somente será plenamente eficaz após aprovação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da ata desta Assembleia sem qualquer impugnação por credores quirografários, nos termos do art. 174, da Lei 6.404/76. Em seguida, esta ata será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

4. Autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações ora tomadas.

5. Em consequência das deliberações anteriores, observadas as condições mencionadas, alterada a redação do *caput* do art. 3º do Estatuto Social para:

"Art. 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias".

JUCESP
06 04 22

6. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN.

CONSELHO FISCAL: Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 15 de dezembro de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário. **ACIONISTA:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo e Renato da Silva Carvalho – Diretores.

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DA ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO. São Paulo (SP), 15 de dezembro de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário.



Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Henrique Donega Aidar e Leila Cristiane Barboza Braga De Melo. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BE5D-14A5-4143-FC43.

JUCESP
06 04 22

ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04

NIRE 35300023978

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO

Art. 1º - A companhia fechada regida por este estatuto social é denominada **ITAÚ UNIBANCO S.A.** (“Companhia”), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (art. 10, “caput”).

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio.

Parágrafo único. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos seus colaboradores, fornecedores, consumidores e credores, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações

JUCESP
06 04 22

ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria.

CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL

Art. 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas.

Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia.

CAPÍTULO V – DIRETORIA

Art. 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria.

Art. 6º - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco Holding”), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devida aos administradores.

Art. 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º. A Assembleia Geral definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia;

§ 2º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

§ 3º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente.

§ 4º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição pelas autoridades competentes.



§ 5º. Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais.

Art. 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros.

Art. 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio.

§ 1º. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da Companhia e estabelecer as normas internas e operacionais.

§ 2º. Aos Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

§ 3º. No desempenho de suas funções, os diretores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre: (i) seus acionistas; (ii) seus colaboradores; (iii) seus fornecedores, consumidores e credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

Art. 10 - A representação da Companhia será realizada por dois diretores em conjunto, para: (i) assumir obrigações, exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; e (iii) constituir procuradores para práticas de atos, sendo certo que quando o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Companhia será representada por dois diretores em conjunto para decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências.

§ 1º. Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iii), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores.

§ 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de

JUCESP
06 04 22

investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), a Companhia também poderá ser representada por apenas um diretor.

§ 3º. Dois diretores, sendo obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor membro do Comitê Executivo, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior.

§ 4º. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais.

CAPÍTULO VI – OUVIDORIA

Art. 11 - A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários, excetuadas as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria.

§ 1º. O Ouvidor será designado e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo, e terá mandato de 12 (doze) meses, podendo ser renovado.

§ 2º. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades.

§ 3º. Caso, no exercício da função do Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à sociedade ou prejuízo aos clientes e usuários ou à sociedade, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral.

§ 4º. O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia.

§ 5º. A Ouvidoria tem por finalidade:

JUCESP
06 04 22

(a) atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições; e

(b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

§ 6º. Compete à Ouvidoria:

(a) atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco;

(b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

(c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período;

(d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea “c”;

(e) informar à Diretoria da instituição, a respeito das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria;

(f) manter a Diretoria da instituição informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

§ 7º. A Companhia: (a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições.

§ 8º. O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral quantitativo e qualitativo sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à Auditoria

JUCESP
06 04 22

Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A.

CAPÍTULO VII – CONSELHO FISCAL

Art. 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos arts. 161 a 165 da Lei 6.404/76.

CAPÍTULO VIII – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Art. 13 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos arts. 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes:

- a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no art. 14; e
- c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o art. 15, “ad referendum” da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX – DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Art. 14 - Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas alíneas “a” e “b”, inciso I, do art. 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no inciso II do mesmo artigo.

Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no art. 9º, § 7º, da Lei 9.249/95.

CAPÍTULO X – RESERVA ESTATUTÁRIA

Art. 15 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da

JUCESP
05 04 20

Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do art. 204 da Lei 6.404/76.

§ 1º. Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido.

§ 2º. O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social.

§ 3º. A reserva estatutária discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição.

CAPÍTULO XI – EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 16 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e intermediários em qualquer data.

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Henrique Donega Aídar e Leila Cristiane Barboza Braga De Melo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BE5D-14A5-4143-FC43.



DUCESP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Itaú Unibanco S.A.. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BE5D-14A5-4143-FC43> ou vá até o site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BE5D-14A5-4143-FC43



Hash do Documento

DDBA6E42A54D88C2C94D7309F07B8705CACAADF1EF2928CCFDA20CFF4ADE0F27

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2022 é(são) :

- CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR (Signatário) -
076.630.558-96 em 12/01/2022 11:21 UTC-03:00
Nome no certificado: Carlos Henrique Donega Aidar
Tipo: Certificado Digital
- LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO (Signatário) -
153.451.838-05 em 11/01/2022 16:36 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



LIVRO - 11352 FOLHAS - 177
Hodlich - ITB 0045/2022

= LIVRO Nº 11.352 - PÁG. Nº 177 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ITAÚ UNIBANCO S.A.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos **SEIS (06)** dias do mês de Junho do ano de **DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022)**, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, por meio de videoconferência, no ambiente digital do e-notariado, nos termos do provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), perante mim, escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentou-se como **OUTORGANTE: ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 181.112/22-0, em 06/04/2022; neste ato, nos termos do artigo 10º de seu referido estatuto social consolidado, representado por seu Diretor **ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES**, brasileiro, união estável, engenheiro, RG nº 35.318.961-3, CPF nº 799.914.406-15 e por seu Diretor **LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI**, brasileiro, casado, economista, RG nº 25.730.732-1, CPF nº 294.299.308-18, com endereço profissional, na sede do Outorgante, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 410.678/19-3 em 29/07/2019; através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2020, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 214.228/20-4, em 23/06/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22/06/2020, registrada na JUCESP sob nº 444.838/20-0, em 21/10/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/08/2020, registrada na JUCESP sob nº 487.230/20-6, em 17/11/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02/10/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.584/21-2, em 16/02/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/11/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.586/21-0, 16/02/2021 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/12/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.589/21-0, em 16/02/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/02/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 404.335/21-4, em 23/08/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/04/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 404.211/21-5, em 23/08/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/05/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 464.524/21-0, em 24/09/2021, através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 464.523/21-7, em 24/09/2021 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/08/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 547.996/21-4, em 17/11/2021. O



10202602081253.001500630-1

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP
Fone: 11-2174-6858



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

outorgante tem seus atos societários arquivados nesta serventia **sob nº 001/2021**. O presente e seus representantes foram reconhecidos como os próprios através dos documentos apresentados do que dou fé. E, pelo OUTORGANTE, na forma como vem representado me foi dito que por este público instrumento de procuração nomeia e constitui como seus procuradores: **GRUPO 1: ANDREA HAMU CAMARGO NUCADA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 00003110130, CPF nº 758.553.131-15; **ANTONIO CARLOS GONCALVES**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº M4206635, CPF nº 642.329.646-49; **CLEBER GOBBY**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 21.501.752-3 - SSP/SP, CPF nº 112.080.848-01; **CYRO DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4007005, CPF nº 633.163.316-20; **DARLY FIRMIANO ANDRADE**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº MG15807702, CPF nº 117.283.906-99; **ELAINE MURCIA MANETTI**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 26.138.994-4, CPF nº 254.315.078-18; **ELIANE CASTRO E SILVA**, brasileira, união estável, bancária, RG nº 169888320017, CPF nº 008.774.423-63; **ELTON GUSTAVO VAZ**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 62399422, CPF nº 020.489.369-03; **ENZO THALLES DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 392750119, CPF nº 474.595.238-44; **FABIO AUGUSTO DE ALMEIDA ALVES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6736960, CPF nº 004.455.199-16; **FABIO PEDRO DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16178484, CPF nº 112.174.778-70; **FERNANDO DE SA PINTO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M5099917, CPF nº 954.249.896-91; **HEDERSON MARCIO CANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 203725761, CPF nº 105.220.298-50; **JOAO LIBERIO PORTO**, brasileiro, casado, bancário, OAB nº 13997/GO, CPF nº 458.050.321-04; **JONATHAN LUIZ SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 0125467951, CPF nº 053.747.597-44; **JOSE GERALDO MARTINS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1.896.297, CPF nº 402.480.461-87; **JULYANNA RIBEIRO**, brasileira, casada, bancária, RG nº 336256127, CPF nº 329.390.138-70; **KARLA VANESSA DOS SANTOS RAMALHO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 09269522-0 SECC, CPF nº 026.524.457-90; **LETICIA DONATONI CASADO**, brasileira, casada, bancária, RG nº 371088859, CPF nº 383.159.468-62; **MARA RUBIA DOS SANTOS CEZAR**, brasileira, solteira, bancária, RG nº 273875826, CPF nº 122.005.948-01; **MARCIA BARBOSA MARRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 000M5854758, CPF nº 807.772.286-53; **MAURO LUCIO ALCANTARA DO CARMO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7731753, CPF nº 001.872.196-64; **MONICA OROSCO MORGANTI**, brasileira, casada, bancária, RG nº 443362191, CPF nº 329.446.858-05; **PATRICIA SILVA SOARES CURY VIEIRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 2109974, CPF nº 000.208.241-14; **RICARDO ANDRE VASTA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M2282345, CPF nº 509.560.786-72; **ROBERTO DE LIMA RODRIGUES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 042910000, CPF nº 001.383.287-57; **RODRIGO FIGUEIREDO SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 261461047, CPF nº 261.163.968-01; **RODRIGO GARCIA COUTINHO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 42428485, CPF nº 018.976.209-85; **SIMONE DA CRUZ SIMOES**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 12349914-7, CPF nº 084.385.347-67; **TIAGO BEZERRA PATU**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6308666, CPF nº 051.259.684-04; **VICTOR BUSTAMANTE**, brasileiro, divorciado, bancário, RG nº 117490011, CPF nº 086.894.257-05; **VICTOR EDUARDO LONGO MAITAN**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1690489, CPF nº 859.018.491-91; **VITOR OLIVEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 498623440, CPF nº 469.846.228-24; **GRUPO 2: ANTONIO CARLOS MUEHLERT E SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4231681, CPF nº 019.715.524-37; **ANTONIO MANUEL PALMEIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 088557335, CPF nº 016.734.547-80; **JOEL MELQUIADES DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00040121137, CPF nº 531.438.929-00; **KESLLEY ROMANELLI CRISPIM**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 217185411, CPF nº 185.332.928-21; **GRUPO 3: GILBERTO MIRABELLI**

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



JUNIOR, brasileiro, divorciado, bancário, RG nº 24.413.410-8, CPF nº 179.621.978-97; VALÉRIA LIMEIRA, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 21.299.483-9, CPF nº 181.824.118-82; VANIA CRISTINA LA FALCE, brasileira, casada, bancária, RG nº 253146811, CPF nº 181.754.158-78; **GRUPO 4: CARLOS ORESTES VANZO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 199729591, CPF nº 122.230.988-27; **LEANDRO ROBERTO DOMINQUINI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 257307321, CPF nº 294.299.308-18, todos com endereço profissional na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, 1º Andar, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902; aos quais confere poderes para a) I. Representar o Outorgante, ativa e passivamente, perante terceiros, inclusive pessoas jurídicas de direito público interno ligadas às administrações direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podendo receber e enviar correspondências, assinar ofícios, intimações ou quaisquer impugnações ou recursos; II. participar de licitação pública e privada, em qualquer localidade do território nacional, em todas as suas modalidades e tipos, certames competitivos, Request for Proposal - RFP, credenciar representantes, comparecer às audiências e sessões de julgamento, anuir nos termos, assinar e apresentar as respectivas propostas, inclusive apresentar lances verbais, documentos, declarações ou quaisquer instrumentos, estipular preços, concordar com cláusulas e condições, aceitar e cumprir exigências, assinar atas e requerimentos, interpor recursos, impugnar, desistir, praticar enfim, todos e quaisquer atos necessários a sua participação até conclusão do respectivo processo; III. requerer certidões, declarações e demais documentos de natureza fiscal, requisitar levantamento de dados, guias e outros documentos para quitação de débitos existentes e regularizações de pendências; b) Assinar contratos, convênios, aditivos e distratos referentes a cobrança de tributos, rendas, interveniência e anuência em operação de vinculação de receitas, cessão e transferências de créditos envolvendo garantias e ou contragarantias prestadas pela União junto a Organismos e/ou Fundos Nacionais e Internacionais e demais serviços bancários; c) Substabelecer com reservas de iguais os poderes descritos nas alíneas 'a' e 'd'; d) I. Representar o Outorgante, ativa e passivamente, perante a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Empresas públicas, Autarquias, Fundações e Sociedades de economia mista, para assinatura de contratos de financiamento, empréstimo, mútuo, garantia, contragarantia, acordo entre credores sindicalizados, propostas, ofícios, intimações, aditivos e documentos em geral, cessão definitiva de direitos creditórios, participações especiais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos e minerais, cédula de crédito bancário e demais produtos de crédito, podendo praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato. II. Nomear instituição pública ou privada como líder para representação em sindicatos. Substabelecimento restrito ao Grupo 3. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes da alínea 'a' serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante dos Grupos 1 ou 2 ou 3 ou 4; Os poderes da alínea 'b' serão exercidos **em conjunto**, sendo necessariamente um integrante do Grupo 1 e um integrante do Grupo 2; Os poderes da alínea 'c' serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante do Grupo 3; Os poderes da alínea 'd' serão exercidos **em conjunto**, por quaisquer integrantes dos Grupos 2 ou 3 ou 4. **Os Outorgados ora constituídos ficam cientes de que ao se desligarem do quadro de administradores/funcionários/prestadores de serviços do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual fazem parte, não mais poderão exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsáveis por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Esta procuração vigorará até 26 de maio de 2023.** - Declaram os Outorgantes que uma cópia da presente está arquivada na Unidade Paralegal Societária conforme registro sob o nº **ITB-0045/2022-3. ÓRGÃO DE DÉBITO 48856.** - De como assim o disse, dou fé. Pediu-me e eu lhe lavrei este instrumento o qual foi feito e lido em voz alta, aceita, outorga e assina eletronicamente, conforme manifesto de assinatura, nos termos do



10202602081253.001500631-0

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP
Fone: 11-2174-6858

Esse documento foi assinado por RENATO HODLICH FIGUEIREDO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código SGSK4-33Y2H-SUUF4VHYH





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Provimento CNJ nº 100/2020, cuja manifestação de vontade foi confirmada através de videoconferências realizadas por (a) **TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO**, do que dou fé. Eu, (a) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO** //// Assinaturas digitais: **ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES** //// **LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI** //// Nada mais: Traslada na mesma data, dou fé. Eu, _____ (**Renato Hodlich Figueiredo**) Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.º _____ DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO
Bel. JOSÉ SOLON NETO
TABELIÃO SUBSTITUTO
Bel. AIRTON FERNANDO POLETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO
Bel. DONALDO FOGAROLI
TABELIÃO SUBSTITUTO
RENATO HODLICH FIGUEIREDO
TABELIÃO SUBSTITUTO
ROGÉRIO APARECIDO ALVES DA CRUZ
TABELIÃO SUBSTITUTO
Rua Marconi, 124 - S. Paulo

9º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL/SP
RENATO HODLICH FIGUEIREDO
Tabelião Substituto

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código **U6MCG5FBR5-3GA5V-YYU66**

	Confirma a procedência deste documento, efetue a leitura do QR-Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: https://selodigital.tjsp.jus.br
	Recibo: 216478 Selo Digital: 1137871PR000000001079122Q

Assinado digitalmente por:
RENATO HODLICH FIGUEIREDO
 CPF: 121.109.978-42
 Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
 Data: 07/06/2022 09:41:50 -03:00



Emolumentos R\$ 162,60. Estado R\$ 46,22. Sefaz R\$ 31,63. Reg. Civil R\$ 8,56. TJSJP R\$ 11,16. Santa Casa R\$ 1,63. ISS R\$ 3,47. MP R\$ 7,81. Total R\$ 273,08.





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ RENATO HODLICH FIGUEIREDO (CPF 121.109.978-42) em 07/06/2022 09:41

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PE

NOME
TIAGO BEZERRA PATU

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
6308666 SDS PE

CPF
051.259.684-04

DATA NASCIMENTO
18/06/1982

FILIAÇÃO
JOSE BEZERRA SILVA
MARIA DE FATIMA PATU DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03531714776

VALIDADE
13/09/2031

1ª HABILITAÇÃO
10/03/2005

OBSERVAÇÕES

Tiago Bezerra Patu
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RECIFE, PE

DATA EMISSÃO
13/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50098158865
PE107274264

PERNAMBUCO

DENATRAN **CONTRAN**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
3035955613

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.701.190/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/1944	
NOME EMPRESARIAL ITAU UNIBANCO S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EST UNIF		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100	NÚMERO .	COMPLEMENTO TORRE OLAVO SETUBAL	
CEP 04.344-902	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JABAQUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO ITAUJUDICIAL@ITAU-UNIBANCO.COM.BR		TELEFONE (11) 3003-4828	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/07/2022** às **11:57:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:01:31 do dia 17/05/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/11/2022.

Código de controle da certidão: **4994.59E5.7002.F286**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.701.190/0001-04
Razão Social: ITAU UNIBANCO SA
Endereço: PCA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE OLAVO / PARQUE
JABAQUARA / SAO PAULO / SP / 04344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 18/07/2022 a 16/08/2022

Certificação Número: 2022071807333561326007

Informação obtida em 18/07/2022 10:27:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 60.701.190/0001-04

Certidão nº: 22966778/2022

Expedição: 20/07/2022, às 10:03:17

Validade: 16/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.701.190/0001-04**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0012600-65.1995.5.01.0005 - TRT 01ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0293900-67.1992.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0155700-75.1995.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0012100-25.1997.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0064700-23.1997.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0107100-13.2001.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0094700-59.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0138600-92.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0067500-55.1996.5.01.0007 - TRT 01ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0179300-51.1997.5.01.0008 - TRT 01ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0218700-16.1990.5.01.0009 - TRT 01ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0029600-31.1993.5.01.0011 - TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0134100-65.2004.5.01.0011 - TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0001143-22.2012.5.01.0011 - TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)

0147600-66.2002.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0001063-52.2012.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0139200-72.1993.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0161400-10.2006.5.01.0018 - TRT 01ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0087200-93.2001.5.01.0022 - TRT 01ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0050700-49.2006.5.01.0023 - TRT 01ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0010091-34.2014.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0100332-44.2020.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0201000-26.1997.5.01.0027 - TRT 01ª Região * (27ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0000900-98.1987.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0073700-12.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0000185-79.2012.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0010194-95.2015.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0067000-16.1993.5.01.0032 - TRT 01ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0198800-37.1988.5.01.0035 - TRT 01ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0178100-23.1991.5.01.0039 - TRT 01ª Região * (39ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0001003-89.2012.5.01.0042 - TRT 01ª Região * (42ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0145900-22.2003.5.01.0045 - TRT 01ª Região * (45ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0173400-98.1996.5.01.0048 - TRT 01ª Região * (48ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0201300-35.1996.5.01.0055 - TRT 01ª Região * (55ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0038500-16.1994.5.01.0060 - TRT 01ª Região * (60ª VARA DO TRABALHO DO RIO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)

0204200-39.1997.5.01.0060 - TRT 01ª Região * (60ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0011231-92.2014.5.01.0062 - TRT 01ª Região * (62ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0136100-34.2008.5.01.0064 - TRT 01ª Região * (64ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0193500-20.1996.5.01.0066 - TRT 01ª Região * (66ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0134700-19.1998.5.01.0069 - TRT 01ª Região * (69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0144700-31.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região ** (70ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0094700-10.1994.5.01.0071 - TRT 01ª Região * (71ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0100908-24.2019.5.01.0074 - TRT 01ª Região * (74ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0187100-66.2004.5.01.0241 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)

0053600-37.2000.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)

0126000-78.2002.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)

0268400-81.2003.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)

0101100-30.1999.5.01.0244 - TRT 01ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)

0000483-28.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0000576-88.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0001647-62.2011.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0017500-59.1984.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0101047-68.2019.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0178100-34.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)

0296300-69.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VOLTA REDONDA)

0100835-26.2016.5.01.0343 - TRT 01ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**VOLTA REDONDA)**

0001267-17.2011.5.01.0471 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ITAPERUNA)

0052400-93.1996.5.01.0481 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ)

0251600-76.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ)

0011600-06.1991.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)

0043000-23.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)

0151200-80.1993.5.02.0014 - TRT 02ª Região ** (14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0138000-30.1998.5.02.0014 - TRT 02ª Região ** (14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0312100-60.1995.5.02.0016 - TRT 02ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0333800-41.1999.5.02.0020 - TRT 02ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0001626-71.2012.5.02.0028 - TRT 02ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0131100-36.2005.5.02.0030 - TRT 02ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0099700-27.2007.5.02.0032 - TRT 02ª Região ** (32ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0002665-85.2012.5.02.0034 - TRT 02ª Região * (34ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0078700-97.2000.5.02.0037 - TRT 02ª Região * (37ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0002879-06.2013.5.02.0046 - TRT 02ª Região * (46ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0201400-07.1998.5.02.0050 - TRT 02ª Região * (50ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0254400-63.2005.5.02.0053 - TRT 02ª Região ** (53ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0002014-94.2011.5.02.0064 - TRT 02ª Região * (64ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0002532-94.2010.5.02.0072 - TRT 02ª Região ** (72ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0105200-97.2007.5.02.0089 - TRT 02ª Região * (89ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)

0000790-19.2013.5.02.0431 - TRT 02ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**SANTO ANDRÉ)**

0010135-34.2015.5.03.0003 - TRT 03ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE)

0000777-67.2010.5.04.0011 - TRT 04ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0001492-41.2012.5.04.0011 - TRT 04ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0057800-46.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0096100-77.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0001001-75.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0000037-77.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0000184-06.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0020009-27.2013.5.04.0022 - TRT 04ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0107300-03.2006.5.04.0025 - TRT 04ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0000170-29.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0198600-31.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0000619-18.2011.5.04.0030 - TRT 04ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

0000201-35.2010.5.04.0121 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)

0000108-98.2012.5.04.0122 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)

0020370-64.2015.5.04.0122 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)

0010787-98.2012.5.04.0271 - TRT 04ª Região * (VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO)

0000092-40.2013.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)

0001678-83.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)

0022020-42.2016.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)

0000291-30.2014.5.04.0662 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0080900-57.2009.5.04.0732 - TRT 04ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO SUL)

0152300-14.2009.5.04.0771 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO)

0000089-09.2012.5.04.0861 - TRT 04ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL)

0014300-72.1998.5.05.0001 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0057900-24.1990.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0106400-16.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0052400-10.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0021100-83.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0000944-23.2012.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0124400-11.2006.5.05.0035 - TRT 05ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0061700-93.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0180900-88.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0071500-37.2009.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0000451-28.2012.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

0001548-43.2010.5.05.0132 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI)

0094600-83.2005.5.05.0192 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)

0170900-31.1997.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)

0145100-30.1999.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)

0152400-27.1996.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)

9418400-56.2002.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)

0000588-73.2012.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0138300-87.1998.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
9886100-66.2002.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000789-84.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0001375-53.2013.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0055100-13.1997.5.06.0014 - TRT 06ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000511-56.2011.5.06.0022 - TRT 06ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0137100-14.2003.5.06.0191 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA)
4000100-45.1999.5.06.0351 - TRT 06ª Região * (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE GARANHUNS)
0010086-39.2012.5.07.0018 - TRT 07ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA)
1930500-59.2002.5.09.0002 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0512100-88.1993.5.09.0004 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0508500-02.2006.5.09.0005 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0959600-64.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0354201-03.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
2130600-15.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
9952701-83.2005.5.09.0007 - TRT 09ª Região ** (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0301600-17.2002.5.09.0008 - TRT 09ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0505300-57.1992.5.09.0011 - TRT 09ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
2110100-33.2004.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
9951500-35.2005.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
3195100-08.2009.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1648800-69.2003.5.09.0015 - TRT 09ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)

9951700-02.2006.5.09.0016 - TRT 09ª Região ** (16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)

0049100-28.2002.5.09.0017 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO)

0400400-47.2002.5.09.0019 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)

0000929-70.2012.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAÍ)

0002864-77.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAÍ)

0065700-63.2003.5.09.0026 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA)

1268601-23.2005.5.09.0029 - TRT 09ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)

0044200-65.2001.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)

0048600-88.2002.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)

0057800-17.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)

9962101-23.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)

0079200-75.2001.5.09.0089 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE APUCARANA)

0178600-29.1996.5.09.0092 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CIANORTE)

0001340-71.2010.5.09.0092 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CIANORTE)

0067800-52.2001.5.09.0093 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)

0000148-32.2012.5.09.0093 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)

0001019-52.2015.5.09.0127 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)

0000217-20.2016.5.09.0127 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)

9953400-25.2006.5.09.0303 - TRT 09ª Região ** (3ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU)

0202300-22.2002.5.09.0513 - TRT 09ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

9951100-86.2006.5.09.0660 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PONTA GROSSA)

0000620-09.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ)

0001732-70.2012.5.09.0664 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)

0009400-20.2002.5.09.0672 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ)

0163900-02.2006.5.09.0673 - TRT 09ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)

0001657-16.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)

0001560-15.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)

0236701-92.2004.5.15.0001 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)

0081000-85.2007.5.15.0017 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

0023200-66.2007.5.15.0028 - TRT 15ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA)

0100800-02.2008.5.15.0038 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRAGANÇA PAULISTA)

0001645-37.2010.5.15.0044 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

0000252-09.2012.5.15.0044 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

0158500-17.2006.5.15.0066 - TRT 15ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)

0011301-96.2017.5.15.0068 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)

0001523-43.2011.5.15.0091 - TRT 15ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)

0011463-45.2019.5.15.0093 - TRT 15ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)

0011448-67.2015.5.15.0109 - TRT 15ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)

0085600-52.2007.5.15.0114 - TRT 15ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)

0002301-13.2013.5.15.0133 - TRT 15ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

0496000-74.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0054301-16.2005.5.17.0003 - TRT 17ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0028200-57.2010.5.17.0005 - TRT 17ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0165901-35.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0000533-81.2010.5.18.0001 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0002413-19.2012.5.18.0008 - TRT 18ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0188800-83.2005.5.18.0010 - TRT 18ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0137500-81.2007.5.20.0002 - TRT 20ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0030900-95.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0131500-37.2009.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 191.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Certidão de Pessoa Jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes

CNPJ 60.701.190/0001-04

Não existe Inscrição Estadual no cadastro de contribuintes do Estado de São Paulo associado ao CNPJ 60.701.190/0001-04 até a data e hora de emissão desta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio <https://www.cadesp.fazenda.sp.gov.br>.

Data e hora de emissão: 15/07/2022 11:55:36

Código de controle da certidão: 1ea0ba48-e76c-4f42-9749-daf11899948c

Obs.: esta certidão não é válida para produtores rurais.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.308.074.830
Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0623-98 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.308.771.899
Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: SEGURO GARANTIA
CDA
1.308.421.808

Anotação PGE:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA O(S) DÉBITO(S) ACIMA CITADO(S) CONFORME MANIFESTAÇÃO DA PGE EXARADA EM 15/06/2022 NO PGE-EXP-2022/17483.
PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão

Local de emissão : PGE	Responsável :
CRDA nº 37045756	Folha 5 de 5
Data e hora da emissão 15/06/2022 22:20:28 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021	



Assinado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:28.
Autenticado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:26.
Documento Nº: 44645214-6898 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=44645214-6898>



PGEDC1202211582



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0544544 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 60.701.190/

Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A.

Liberação: 21/06/2022

Validade: 18/12/2022

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.023.917-0- Início atv :20/06/73 (PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 00100 - CEP: 04344-902)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certificamos que os AII's 0060465492, 0060467487, 0060469536, 0060470178, 0060470186, 0060470216, 0060470321, 0063192632, 0063192640, 0066569753, 0066569770, 0066569800, 0066569818 e 0066569826 estão com a sua exigibilidade suspensa (6017.2021/0031540-0). Certificamos também que a presente certidão é válida somente para o CCM 1.023.917-0 (6017.2021/0031546-0)*******

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:00:00 horas do dia 24/06/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: D275192F

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000172301-2022
Número do Contribuinte: 089.314.0052-7
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV ENG ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA , 774 , BL A B C , JABAQUARA
- CEP: 04308-000
Cep: 04308-000
Liberação: 22/02/2022
Validade: 21/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:32:19 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: E8B3F5D2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR

DADOS DO IMÓVEL ?

Número de Cadastro no IPTU: **089.314.0052-7**

Endereço do Imóvel: Número:

Complemento: Cep:

DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)

Nome do contribuinte: * ? CPF/CNPJ: * ?

Tipo de documento de propriedade: * ?

Número da Matrícula: ? Número do Cartório: ?

DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL (data do registro na matrícula, data do contrato ou data da escritura): ?

Anexar Documentos

Selecione o documento

Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU

O endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não*

DATA DE PAGAMENTO DO IPTU

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU: ?

<< Página Anterior

Encaminhar



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000165937-2022
Número do Contribuinte: 089.562.0302-4
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: R TTE MAURO DE MIRANDA , 36 , BLOCO D , PQUE JABAQUARA
- CEP: 04345-030
Cep: 04345-030
Liberação: 21/02/2022
Validade: 20/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:36:05 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: B81A9532

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR

DADOS DO IMÓVEL ?

Número de Cadastro no IPTU: **089.562.0302-4**

Endereço do Imóvel: Número:

Complemento: Cep:

DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)

Nome do contribuinte: * ? CPF/CNPJ: * ?

Tipo de documento de propriedade: * ?

Número da Matrícula: ? Número do Cartório: ?

DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL (data do registro na matrícula, data do contrato ou data da escritura): ?

Anexar Documentos

Selecione o documento

Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU

O endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não*

DATA DE PAGAMENTO DO IPTU

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU: ?

<< Página Anterior

Encaminhar



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000172353-2022
Número do Contribuinte: 047.194.0355-7
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV DR HUGO BEOLCHI , 900 , BLOCO E , PQUE JABAQUARA
- CEP: 04310-030
Cep: 04310-030
Liberação: 22/02/2022
Validade: 21/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:38:58 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 6B8DB7F6

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR

DADOS DO IMÓVEL ?

Número de Cadastro no IPTU: **047.194.0355-7**

Endereço do Imóvel: Número:

Complemento: Cep:

DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)

Nome do contribuinte: * ? CPF/CNPJ: * ?

Tipo de documento de propriedade: * ?

Número da Matrícula: ? Número do Cartório: ?

DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL (data do registro na matrícula, data do contrato ou data da escritura): ?

Anexar Documentos

Selecione o documento

Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTU

O endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não*

DATA DE PAGAMENTO DO IPTU

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU: ?

<< Página Anterior

Encaminhar



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0

Contribuinte	: ITAU UNIBANCO S.A.
Pessoa Jurídica	: Comum
Tipo de unidade	:
Endereço	: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 00100 TORRE OLAVO SETUBAL
Bairro	: PARQUE JABAQUARA
CEP	: 04344-902
Telefone	: Não Consta
Início de Funcionamento	: 22/09/1944
Data de Inscrição	: 20/06/1973
CCM Centralizador	: 2.473.833-6
Tipo de Endereço	: Comercial
Nro. do Contribuinte de IPTU	: 089.562.0302-4
Última Atualização Cadastral	: 06/04/2021
Credenciamento DEC	: 06/05/2016



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
2447	15/11/2017	ISS	5	
2461	01/03/2004	ISS	5	
2660	13/02/2018	ISS	2,9	
2684	13/02/2018	ISS	2,9	
3093	01/03/2004	ISS	5	
3115	01/03/2004	ISS	5	
3158	01/03/2004	ISS	5	
3204	01/03/2004	ISS	5	
5870	01/01/2008	ISS	5	
5871	01/01/2008	ISS	5	
5872	01/01/2008	ISS	5	
5873	01/01/2008	ISS	5	
5874	01/01/2008	ISS	5	
5875	01/01/2008	ISS	5	
5876	01/01/2008	ISS	5	
5877	01/01/2008	ISS	5	
5878	01/01/2008	ISS	5	
5879	01/01/2008	ISS	5	
5881	01/01/2008	ISS	5	
5885	01/01/2008	ISS	5	
5886	01/01/2008	ISS	5	
5887	09/07/2011	ISS	2	
5889	09/07/2011	ISS	5	
5891	09/07/2011	ISS	5	
5893	09/07/2011	ISS	5	
6076	01/03/2004	ISS	5	
6297	01/03/2004	ISS	5	
6299	01/01/2022	ISS	2	
6301	01/01/2022	ISS	2	
6817	01/01/2022	ISS	2	
32107	01/01/2003	TFE	-	
51349	01/01/2003	TFA	-	1



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0



Dados da dependência

Tipo de dependência	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
Código interno da dependência	
Possui contabilidade própria	N
Sufixo do unificador contábil	0001-04

Expedida em 18/05/2022 **via Internet** com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **Ci7f6H5J**

Data de validade: **18/08/2022**



05/07/2022

0058545277

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS



CERTIDÃO Nº: 8547259

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 04/07/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ITAÚ UNIBANCO S.A., CNPJ: 60.701.190/0001-04, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 5 de julho de 2022.

PEDIDO Nº:

0058545277



Itaú Unibanco S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A., relativas aos períodos de 31/12/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2021 e de 2020 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado e Patrimônio Líquido

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no período alcançou R\$ 20.862 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 115.508 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 3,13.

Ativos e Recursos Captados

Os Ativos totalizaram R\$ 1.527.403 milhões e estavam substancialmente formados por R\$ 749.510 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 404.836 milhões de Operações de Crédito

e Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e R\$ 107.194 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R\$ 1.299.386 milhões.

Circular nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$ 129.165 milhões, representando apenas 29,0% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		1.404.619.564	1.393.113.752
Disponibilidades	2c I	13.176.247	16.825.251
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c II, 3	304.770.156	365.312.999
Aplicações no Mercado Aberto		159.815.337	236.562.432
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		139.154.819	128.750.567
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil		5.800.000	--
Títulos e Valores Mobiliários	2c III, 4a	381.513.196	344.741.521
Carteira Própria		191.981.791	209.453.562
Vinculados a Compromissos de Recompra		102.685.440	55.816.585
Vinculados a Prestação de Garantias		26.947.200	12.701.320
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		59.893.598	60.751.377
Vinculados ao Banco Central do Brasil		5.167	6.018.677
Instrumentos Financeiros Derivativos	2c IV, 4e	63.226.646	80.854.142
Relações Interfinanceiras		121.719.691	102.270.517
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		17.092.838	12.187.115
Depósitos no Banco Central do Brasil	2c II	104.591.977	90.054.317
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		20.601	12.624
Correspondentes		14.275	16.461
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	5a	372.946.855	310.276.198
Operações com Características de Concessão de Crédito		396.408.660	336.392.145
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(23.461.805)	(26.115.947)
Outros Créditos		145.302.841	171.054.018
Ativos Fiscais Correntes		1.629.157	3.990.555
Ativos Fiscais Diferidos	9b I	40.748.476	45.225.196
Diversos	8a	102.925.208	121.838.267
Outros Valores e Bens	2c VII	1.963.932	1.779.106
Despesas Antecipadas		1.798.415	1.644.306
Outros Valores e Bens		403.638	507.840
(Provisões para Desvalorizações)		(238.121)	(373.040)
Permanente		122.783.250	117.005.691
Investimentos	2c VIII, 10	107.349.541	106.005.166
Investimentos em Controladas e Coligadas		107.194.444	105.853.668
Outros Investimentos		230.569	226.985
(Provisões para Perdas)		(75.472)	(75.487)
Imobilizado		4.881.444	4.695.908
Imóveis		3.614.922	3.373.533
Outras Imobilizações		12.454.884	11.452.692
(Depreciações Acumuladas)		(11.188.362)	(10.130.317)
Ágio e Intangível	2c IX	10.552.265	6.304.617
Ativos Intangíveis		19.175.918	13.095.706
(Amortizações Acumuladas)		(8.623.653)	(6.791.089)
Total do Ativo		1.527.402.814	1.510.119.443

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		60.246.281	95.726.445	76.552.282
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	2c V	26.280.798	46.749.605	46.587.853
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2c III	31.837.240	44.972.482	26.865.087
Resultado de Operações de Câmbio		(399.169)	411.058	913.446
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.527.412	3.593.300	2.185.896
Despesas da Intermediação Financeira		(43.920.131)	(55.956.260)	(70.518.750)
Operações de Captação no Mercado	12a	(31.110.662)	(42.875.452)	(45.834.020)
Operações de Empréstimos e Repasses		(12.809.469)	(13.080.808)	(24.684.730)
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		16.326.150	39.770.185	6.033.532
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.280.600)	(3.864.631)	(11.409.948)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.214.837)	(5.584.648)	(13.072.987)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		934.237	1.720.017	1.663.039
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		14.045.550	35.905.554	(5.376.416)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(646.946)	(8.652.286)	4.404.825
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	8d	9.362.607	18.744.739	18.927.637
Despesas de Pessoal	8e	(5.945.875)	(12.093.760)	(11.132.419)
Outras Despesas Administrativas	8f	(6.777.101)	(13.073.605)	(12.320.201)
Despesas de Provisões	7b I	(961.512)	(2.890.095)	(2.910.216)
Provisões Cíveis		(186.950)	(346.844)	(418.219)
Provisões Trabalhistas		(742.847)	(2.468.411)	(1.918.300)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		24.887	15.809	(64.240)
Outros Riscos		(56.602)	(90.649)	(509.457)
Despesas Tributárias	9a II	(1.847.291)	(3.996.459)	(2.248.435)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	2c VIII, 10	5.991.135	7.701.892	16.400.727
Outras Receitas Operacionais		511.177	760.790	504.573
Outras Despesas Operacionais	8g	(980.086)	(3.805.788)	(2.816.841)
Resultado Operacional		13.398.604	27.253.268	(971.591)
Resultado não Operacional		88.280	192.717	143.599
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		13.486.884	27.445.985	(827.992)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XII, 9a I	(2.646.036)	(6.472.223)	13.035.226
Devidos sobre Operações do Período		(479.709)	(2.389.228)	(1.742.618)
Referentes a Diferenças Temporárias		(2.166.327)	(4.082.995)	14.777.844
Participações no Lucro	12b	(58.127)	(112.066)	(97.109)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		10.782.721	20.861.696	12.110.125
Lucro / (Prejuízo) por Ação - Básico e Diluído R\$				
Ordinárias		1,62	3,13	1,95
Preferenciais		1,62	3,13	1,95
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída				
Ordinárias		3.390.407.265	3.390.407.265	3.156.648.324
Preferenciais		3.283.608.963	3.283.608.963	3.057.213.462

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido / (Prejuízo)		10.782.721	20.861.696	12.110.125
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.552.216)	(2.035.065)	(495.866)
Variação de Valor Justo		(2.342.218)	(3.203.489)	464.747
Efeito Fiscal		958.614	1.464.678	(219.668)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado		509.882	941.404	(54.682)
Efeito Fiscal		(276.517)	(470.702)	24.607
Investidas		(401.977)	(766.956)	(710.870)
Hedge		(707.940)	68.452	(685.708)
Hedge de Fluxo de Caixa	4e	(141.209)	469.327	523.728
Variação de Valor Justo		(448.538)	691.961	1.001.964
Efeito Fiscal		213.314	(329.079)	(474.459)
Investidas		94.015	106.445	(3.777)
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	4e	(566.731)	(400.875)	(1.209.436)
Variação de Valor Justo		(1.000.787)	(678.849)	(2.359.572)
Efeito Fiscal		476.466	323.361	1.122.153
Investidas		(42.410)	(45.387)	27.983
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	13e	36.986	39.752	(187.136)
Remensurações		35.520	42.033	(348.215)
Efeito Fiscal		(15.970)	(16.785)	157.279
Investidas		17.436	14.504	3.800
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		700.205	37.557	2.771.814
Variação de Valor Justo		(148.210)	(257.037)	129.235
Investidas		848.415	294.594	2.642.579
Total de Outros Resultados Abrangentes		(1.522.965)	(1.889.304)	1.403.104
Total do Resultado Abrangente		9.259.756	18.972.392	13.513.229

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		(8.422.046)	10.713.197	(2.135.434)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		10.782.721	20.861.696	12.110.125
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):		(19.204.767)	(10.148.499)	(14.245.559)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		3.214.837	5.584.648	13.072.987
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		513.521	916.963	558.850
Depreciações e Amortizações		1.727.792	3.128.878	2.559.075
Amortização de Ágio		60.353	135.068	22.800
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		5.147.330	6.921.408	2.923.570
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(57.560)	(170.377)	(119.364)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		82.631	463.660	763.881
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingências		960.420	2.904.850	2.889.993
Resultado de Participações em Investidas	10	(5.964.255)	(7.583.759)	(16.257.964)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda		(18.627.520)	(16.747.815)	(14.746.212)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(6.189.022)	(5.946.971)	(5.866.604)
Constituição / (Reversão) Provisões para Perdas de Bens Não Destinados a Uso		(75.817)	(134.919)	(17.635)
(Ganho) / Perda na Alienação de Investimentos		(12.274)	(60.705)	(24.880)
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens Não Destinados a Uso		659	(4.837)	11.378
(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado		3.122	(1.001)	(101.576)
Outros (Inclui Variação Cambial)		11.016	446.410	85.942
Variação de Ativos e Passivos		29.818.911	50.237.958	19.743.488
(Aumento) / Redução em Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(7.978.247)	66.957.278	(43.499.509)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		17.285.341	20.142.495	(61.326.182)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(6.375.888)	(14.537.660)	1.193.427
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(10.743.120)	(3.838.724)	7.516.982
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		(46.793.806)	(68.255.140)	(77.074.586)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		15.561.018	21.251.912	(21.884.792)
Aumento / (Redução) em Passivos				
Depósitos		60.268.948	36.707.528	237.909.835
Captações no Mercado Aberto		16.193.270	(6.647.190)	9.317.319
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		12.404.683	4.752.845	(24.398.829)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		9.691.969	8.030.175	(5.676.278)
Provisões e Outras Obrigações		(29.385.985)	(13.966.300)	(1.722.346)
Resultados de Exercícios Futuros		(32.761)	(68.493)	(67.141)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(276.511)	(290.768)	(544.412)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		21.396.865	60.951.155	17.608.054
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		232.253	5.520.801	3.238.203
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		57.115.151	58.139.553	1.969.720
Recursos do Resgate de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		6.775.519	14.732.509	7.313.211
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(39.298.570)	(79.194.462)	(34.060.430)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(13.265.944)	(32.513.004)	(3.813.520)
Alienação de Investimentos		25.691.186	25.933.098	15.410.798
(Aquisição) de Investimentos		(37.803.686)		

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação		Reservas de Lucros		Outros Resultados		Lucros / (Prejuízos)		Total
	69.872.676	(88.705)	719.457	(90)	6.620.453	4.814	Legal 6.620.453	Estatutária 32.556.862	Abrangentes (343.905)	Acumulados			
Saldos em 01/07/2021	69.872.676	(88.705)	719.457	(90)	6.620.453	4.814	6.620.453	32.556.862	(343.905)	--	--	--	109.430.357
Aumento / (Redução) de Capital	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	90	(88.705)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	5.631	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.631
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.522.965)	10.782.721	--	--	9.259.756
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10.782.721
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.552.216)	--	--	--	(1.552.216)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	--	--	--	36.986	--	--	--	36.986
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	--	--	--	700.205	--	--	--	700.205
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	--	--	--	(707.940)	--	--	--	(707.940)
Destinações:													
Reservas	--	--	--	--	539.129	--	539.129	7.145.146	--	--	--	(7.684.275)	--
Dividendos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(976.836)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.121.700)
Saldos em 31/12/2021	69.783.971	(88.705)	725.088	(90)	7.159.582	4.724	7.159.582	39.702.008	(1.866.870)	(1.866.870)	--	--	115.508.503
Mutações do Período	(88.705)	--	5.631	(90)	539.129	(90)	539.129	7.145.146	(1.522.965)	--	--	--	6.078.146
Saldos em 01/01/2020	61.925.426	(88.705)	710.560	(90)	5.511.005	(644)	5.511.005	20.722.062	(1.380.670)	--	--	--	87.493.932
Aumento / (Redução) de Capital	14.000.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	14.000.000
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	644	--
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	--	82.151	--	--	--	--	--	--	--	--	--	82.151
Outros	--	--	--	--	--	--	--	(5.477)	--	--	--	--	(5.477)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	--	--	--	1.403.104	12.110.125	--	--	13.513.229
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.110.125
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	--	--	--	(495.866)	--	--	--	(495.866)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	--	--	--	(187.136)	--	--	--	(187.136)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	--	--	--	2.771.814	--	--	--	2.771.814
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	--	--	--	(685.708)	--	--	--	(685.708)
Destinações:													
Reservas	--	--	--	--	605.507	--	605.507	8.269.852	--	--	--	--	(8.875.359)
Dividendos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(840.410)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.395.000)
Saldos em 31/12/2020	75.925.426	(88.705)	792.711	(90)	6.116.512	(644)	6.116.512	28.986.437	22.434	(1.889.304)	--	--	111.848.425
Mutações do Período	14.000.000	--	82.151	(644)	605.507	(644)	605.507	8.264.375	1.403.104	--	--	--	24.354.493
Saldos em 01/01/2021	75.925.426	(88.705)	792.711	(90)	6.116.512	(644)	6.116.512	28.986.437	22.434	--	--	--	111.848.425
Aumento / (Redução) de Capital	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(88.705)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	181	--
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(67.623)
Cisão Parcial	(6.052.750)	--	--	--	--	--	--	(3.446.700)	--	--	--	--	(9.499.450)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.889.304)	20.861.696	--	--	18.972.392
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	20.861.696
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.035.065)	--	--	--	(2.035.065)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	--	--	--	39.752	--	--	--	39.752
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	--	--	--	37.557	--	--	--	37.557
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	--	--	--	68.452	--	--	--	68.452
Destinações:													
Reservas	--	--	--	--	1.043.070	--	1.043.070	14.162.271	--	--	--	--	(15.205.341)
Dividendos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(976.836)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(4.679.700)
Saldos em 31/12/2021	69.783.971	(88.705)	725.088	(90)	7.159.582	(644)	7.159.582	39.702.008	(1.866.870)	(1.866.870)	--	--	115.508.503
Mutações do Período	(6.141.455)	--	(67.623)	(181)	1.043.070	(181)	1.043.070	10.715.571	(1.889.304)	--	--	--	3.660.078

(1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO ou empresa) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil financeiro.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determinado pelo BACEN, as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (ITAÚ UNIBANCO) (Nota 14d).

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre o Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO INDIVIDUAL) e ITAÚ UNIBANCO (Nota 11c) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e hedge desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, quando aplicável, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, tais como, fluxos de caixa projetados e taxas de desconto.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

IV - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings* AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. Além dos seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

V - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As contingências são revisadas periodicamente. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) e Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

II - Aplicações, Captações, Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizados pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

III - Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados conforme abaixo:

- Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

- Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representem transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- Hedge de Fluxo de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

- Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

- Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior** - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

V - Operações de Crédito

As Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

VI - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de event

Itaú Unibanco S.A.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

a) Resumo por Vencimento

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores justos.

	31/12/2021				31/12/2021		Valor Justo	
	Custo	Ajuste ao Valor Justo refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	Até 365 dias		Acima de 365 dias
Títulos Públicos - Brasil	188.898.377	(1.391.400)	(1.376.255)	186.130.722	41,8%	16.179.066	169.951.656	209.955.546
Letras Financeiras do Tesouro	2.283.078	36	1	2.283.115	0,5%	1.419.129	863.986	6.390.635
Letras do Tesouro Nacional	62.329.845	(910.270)	(134.947)	61.284.628	13,8%	5.568.696	55.715.932	88.772.321
Notas do Tesouro Nacional	72.589.835	(467.092)	(1.210.845)	70.911.898	15,9%	9.190.663	61.721.235	62.716.843
Tesouro Nacional / Securitização	110.236	(243)	29.991	139.984	11,6%	46	139.938	183.689
Títulos da Dívida Externa Brasileira	51.585.383	(13.831)	(60.455)	51.511.097	--	532	51.510.565	51.892.058
Títulos Públicos - Outros Países	24.420.335	(3.695)	(16.450)	24.400.190	5,5%	21.764.946	2.635.244	19.913.534
Títulos de Empresas	170.830.468	14.201	137.615	170.982.284	50,3%	63.440.031	107.542.253	114.872.411
Ações	5.493.036	48.078	9.226	5.550.340	1,3%	5.550.340	--	4.862.888
Cédula do Produtor Rural	12.639.190	--	113.593	12.752.783	2,9%	5.766.080	6.986.703	5.833.617
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.732.790	(1.679)	(41.961)	4.689.150	1,1%	12.371	4.676.779	5.317.451
Cotas de Fundos	51.375.520	8.696	360.117	51.744.333	11,6%	41.129.586	10.614.747	25.915.930
Direito Creditório	10.828.910	--	--	10.828.910	2,4%	214.163	10.614.747	4.136.197
Renda Variável no Exterior	610.689	8.629	--	619.318	0,1%	619.318	--	542.419
Renda Fixa	39.935.921	67	360.117	40.296.105	9,1%	40.296.105	--	21.237.314
Debêntures	77.988.606	1.410	(388.997)	77.601.019	17,5%	6.125.139	71.475.880	59.418.606
Eurobonds e Assemelhados	8.668.652	(39.889)	40.889	8.669.652	2,0%	1.545.330	7.124.322	4.599.755
Letras Financeiras	1.140.517	(503)	(652)	1.139.362	0,3%	219.849	919.513	639.036
Notas Promissórias e Comerciais	7.226.709	--	30.389	7.257.098	1,6%	3.066.616	4.190.482	7.222.186
Outros	1.565.448	(1.912)	15.011	1.578.547	0,4%	24.720	1.553.827	1.062.971
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	384.149.180	(1.380.894)	(1.255.090)	381.513.196	85,8%	101.384.043	280.129.153	344.741.521
Títulos para Negociação	97.692.238	(1.380.894)	--	96.311.344	21,7%	19.192.028	77.119.316	121.459.884
Títulos Disponíveis para Venda	57.292.134	--	(1.255.090)	56.037.044	35,1%	72.804.324	83.232.720	181.439.658
Títulos Mantidos até o Vencimento	129.164.808	--	--	129.164.808	29,0%	9.387.691	119.777.117	41.841.979
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.399.002	15.827.644	--	63.226.646	14,2%	35.979.510	27.247.136	80.854.142
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	431.548.182	14.446.750	(1.255.090)	444.739.842	100,0%	137.363.553	307.376.289	425.595.663
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(40.590.886)	(22.611.996)	--	(63.202.882)	100,0%	(39.295.330)	(23.907.552)	(81.673.006)

Nos títulos classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento, o valor justo não contabilizado é de R\$ (1.059.969) (R\$ 2.537.076 em 31/12/2020).

De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2021, a empresa alterou a classificação de Títulos Disponíveis para Venda, sendo R\$ 19.138.311 de Títulos Públicos - Brasil, R\$ 33.033.156 de Debêntures e R\$ 11.394.677 de Títulos Soberanos para Títulos Mantidos até o Vencimento e alterou a classificação de R\$ 4.415.214 Títulos Públicos - Brasil de Títulos Disponíveis para Negociação para Títulos Disponíveis para Venda.

b) Resumo por Nível

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos para Negociação	78.434.785	17.876.513	46	96.311.344
Letras Financeiras do Tesouro	2.276.321	--	--	2.276.321
Letras do Tesouro Nacional	25.845.168	--	--	25.845.168
Notas do Tesouro Nacional	39.491.225	1.979.337	--	41.470.562
Tesouro Nacional / Securitização	--	--	46	46
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.310.006	--	--	2.310.006
Títulos Públicos - Outros Países	252.924	--	--	252.924
Ações	1.402.195	--	--	1.402.195
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	121.721	--	121.721
Cotas de Fundos	619.318	14.805.571	--	15.424.889
Debêntures	446.695	793.832	--	1.240.527
Eurobonds e Assemelhados	5.790.933	--	--	5.790.933
Letras Financeiras	--	42.223	--	42.223
Outros	--	133.829	--	133.829
Títulos Diponíveis para Venda	50.329.845	103.422.686	2.284.513	156.037.044
Letras Financeiras do Tesouro	6.794	--	--	6.794
Letras do Tesouro Nacional	2.781.121	--	--	2.781.121

c) Movimentações do Nível 3

	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)				Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
	Valor Justo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Compras					
Ativos Financeiros para Negociação	38.954	(124.038)	--	321.746	(138.091)	(98.525)	46	(243)	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.425.139	(656.288)	247.609	1.008.797	(404.811)	(1.335.933)	2.284.513	(471.280)	
Instrumentos Financeiros Derivativos - Ativo	90.853	(16.330)	--	355.955	(225.918)	(59.613)	144.947	(52.781)	
Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivo	(91.557)	133.831	--	(289.387)	101.526	19.892	(125.695)	(23.432)	

d) Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

	Cenários	31/12/2021		31/12/2020	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Grupos de Fatores de Risco de Mercado					
Taxa de Juros					
I	(4.100)	(570)	(50)	(1.170)	
II	(102.460)	(14.260)	(1.360)	(28.930)	
III	(204.870)	(28.370)	(1.800)	(57.440)	
Commodities, Índices e Ações					
I	--	--	--	--	
II	--	--	--	--	
Não Lineares					
I	(57.140)	--	(10.850)	--	
II	(95.600)	--	(14.600)	--	

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

ITAÚ UNIBANCO negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.**Termo** - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.**Swaps** - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swaps correspondem, principalmente, a contratos de índices de inflação.**Opções** - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.**Derivativos de Crédito** - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia era de R\$ 2.676.705 (R\$ 12.958.462 em 31/12/2020) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

f) Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido)	Ajustes ao Valor Justo (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor Justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de futuros	504.415.055	494.981.458	--	--	--	--
Compromissos de Compra	326.066.308	188.029.399	--	--	--	--
Ações	359.644	1.835.977	--	--	--	--
Commodities	116.172	18.079	--	--	--	--
Juros	313.011.446	170.001.064	--	--	--	--
Moeda Estrangeira	12.579.046	16.174.279	--	--	--	--
Compromissos de Venda	178.348.747	306.952.059	--	--	--	--
Ações	240.087	741.135	--	--	--	--
Commodities	188.260	96.473	--	--	--	--
Juros	166.124.524	288.171.084	--	--	--	--
Moeda Estrangeira	11.795.876	17.943.367	--	--	--	--

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Notas do Tesouro Nacional	20.720.515	5.556.088	--	26.276.603
Tesouro Nacional / Securitização	--	--	139.938	139.938
Títulos da Dívida Externa Brasileira	4.629.712	--	--	4.629.712
Títulos Públicos - Outros Países	12.389.197	--	--	12.389.197
Ações	9.231	4.138.914	--	4.148.145
Cédula do Produtor Rural	--	12.670.994	81.789	12.752.783
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	1.031.657	285	1.031.942
Cotas de Fundos	--	36.319.444	--	36.319.444
Debêntures	6.953.811	33.873.100	2.062.501	42.889.412
Eurobonds e Assemelhados	2.839.464	33.534	--	2.872.998
Letras Financeiras	--	1.097.139	--	1.097.139
Notas Promissórias e Comerciais	--	7.257.098	--	7.257.098
Outros	--	1.444.718	--	1.444.718
Instrumentos Financeiros Derivativos	668	3.844	19.252	23.764
Ativo	2.967	63.078.732	144.947	63.226.646
Passivo	(2.299)	(63.074.888)	(125.695)	(63.202.882)
Total	128.765.298	121.303.043	2.303.811	252.372.152
Total em 31/12/2020	194.217.126	104.400.163	3.463.389	302.080.678
Títulos para Negociação	106.149.979	15.270.951	38.954	121.459.884
Títulos Disponíveis para Venda	88.064.579	89.949.940	3.425.139	181.439.658
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.568	(820.728)	(704)	(818.864)
Ativo	23.222	80.740.067	90.853	80.854.142
Passivo	(20.654)	(81.560.795)	(91.557)	(81.673.006)

	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido)	Ajustes ao Valor Justo (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor Justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Swaps	2.487.596.368	2.601.214.870	8.348.697	6.091.606	14.440.303	14.994.636
Posição Ativa	1.243.798.184	1.300.607.435				

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação / Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Futuros.....	214.503.401	93.558.809	36.122.089	160.230.756	504.415.055	494.981.458
Contratos de Swaps.....	236.321.346	140.765.449	111.824.831	754.886.558	1.243.798.184	1.300.607.435
Contratos de Opções.....	1.089.831.573	291.781.774	85.626.234	71.102.582	1.538.342.163	1.761.353.123
Operações a Termo.....	2.826.785	12.797.376	9.516.624	2.592	25.143.377	23.645.066
Derivativos de Crédito.....	--	6.408.438	674.906	13.762.757	20.846.101	18.826.393
NDF - Non Deliverable Forward.....	41.795.432	110.794.436	37.663.481	26.628.274	216.881.623	224.021.798
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos.....	35.771	565.026	410.982	3.821.040	4.832.819	5.139.895

II - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição de carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Contratos Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa	504.415.055	665.525.797	1.369.794.980	24.381.185	7.534.791	17.899.655	--
Balcão	--	578.272.387	168.547.183	762.192	13.311.310	198.981.968	4.832.819
Instituições Financeiras.....	--	488.132.713	146.105.459	762.192	13.311.310	100.017.973	4.832.819
Empresas.....	--	86.745.136	21.390.885	--	--	98.152.582	--
Pessoas Físicas.....	--	3.394.538	1.050.839	--	--	811.413	--
Total	504.415.055	1.243.798.184	1.538.342.163	25.143.377	20.846.101	216.881.623	4.832.819
Total 31/12/2020	494.981.458	1.300.607.435	1.761.353.123	23.645.066	18.826.393	224.021.798	5.139.895

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
CDS (Credit Default Swap).....	(9.104.028)	6.131.647	(2.972.381)	(7.267.923)	3.704.691	(3.563.232)
TRS (Total Return Swap).....	(5.610.426)	--	(5.610.426)	(7.853.779)	--	(7.853.779)
Total	(14.714.454)	6.131.647	(8.582.807)	(15.121.702)	3.704.691	(11.417.011)

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

IV - Hedge Contábil

Fluxo de Caixa - O objetivo deste hedge é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB / Operações Ativas / Captações / Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR / Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Instrumentos de Hedge Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Estratégias						
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	--	37.154.436	1.057.243	1.057.243	36.796.374	1.065.035
Hedge de Operações Ativas.....	8.620.506	--	(408.715)	(408.715)	8.212.692	(408.761)
Hedge de Compromissadas Ativas.....	40.526.261	--	(1.686.070)	(1.686.070)	39.962.358	(1.697.715)
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	--	--	(37.981)	(37.981)	--	(37.981)
Total	49.146.767	37.154.436	(1.075.523)	(1.075.523)	84.971.424	(1.079.422)

	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Instrumentos de Hedge Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Estratégias						
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	--	98.135.346	(2.422.343)	(2.462.818)	99.623.747	(2.432.734)
Hedge de Operações Ativas.....	5.673.444	--	65.548	65.548	5.742.740	65.595
Hedge de Compromissadas Ativas.....	29.532.944	--	696.622	696.622	31.416.404	699.487
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	31.594.071	--	(2.539)	(2.539)	15.803.210	(2.539)
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	742.765	--	(64.298)	(64.298)	759.066	(64.298)
Total	67.543.224	98.135.346	(1.727.010)	(1.767.485)	153.345.167	(1.734.489)

(1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 378.352 (R\$ 1.727.829) em 31/12/2020). No período findo em 31/12/2021, não houve montante reconhecido em resultado (R\$ (524.911) de 31/12/2020).

Risco de Mercado - As estratégias de hedge de risco de mercado consiste em hedges de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

	31/12/2021		31/12/2020					
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Valor Justo Ativos Passivos	Variação no valor reconhecido no Resultado (1)	Valor Nominal	Instrumentos de Hedge Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	
Estratégias								
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	6.924.055	--	6.030.268	--	(893.787)	6.243.781	892.942	(845)
Hedge de Outros Ativos Financeiros.....	6.333.279	--	5.970.781	--	(362.498)	5.874.204	362.499	1
Total	13.257.334	--	12.001.049	--	(1.256.285)	12.117.985	1.255.441	(844)

	31/12/2021		31/12/2020					
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Valor Justo Ativos Passivos	Variação no valor reconhecido no Resultado (1)	Valor Nominal	Instrumentos de Hedge Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	
Estratégias								
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	22.729.168	--	23.877.331	--	1.148.163	24.975.948	(1.149.092)	(929)
Total	22.729.168	--	23.877.331	--	1.148.163	24.975.948	(1.149.092)	(929)

(1) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período, o montante de R\$ 13.140.972 foi revogado do relacionamento de hedge, cuja parcela efetiva é de R\$ 193.552, sem efeito no resultado por se tratar de um hedge de risco de mercado de títulos disponíveis para venda.

Investimento Líquido em Operações no Exterior - A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO consiste em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

	31/12/2021		31/12/2020				
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Instrumentos de Hedge Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado
Estratégias							
Risco Cambial							
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior.....	--	--	(3.039.509)	(3.039.509)	--	(3.059.831)	(20.322)
Total	--	--	(3.039.509)	(3.039.509)	--	(3.059.831)	(20.322)

(1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes

	31/12/2021		31/12/2020				
	Valor Contábil Ativos	Passivos	Objetos de Hedge Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Instrumentos de Hedge Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado
Estratégias							
Risco Cambial							
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior.....	5.587.196	--	(2.359.572)	(2.359.572)	10.723.321	(2.359.572)	--
Total	5.587.196	--	(2.359.572)	(2.359.572)	10.723.321	(2.359.572)	--

(1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

No período, o montante de R\$ 3.399.055 foi revogado do relacionamento de hedge, cujo saldo remanescente na reserva de conversão de moeda estrangeira (Patrimônio líquido) é de R\$ (3.039.509), sem efeito no resultado em função da manutenção dos investimentos no exterior.

A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge.

	31/12/2021							31/12/2020	
	0 - 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 - 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	9.396.526	13.838.043	6.771.281	5.257.229	--	1.533.295	--	36.796.374	36.796.374
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa).....	2.198.472	--	6.014.220	--	--	--	--	8.212.692	8.212.692
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	316.828	881.080	1.097.190	1.773.620	363.952	1.640.572	170.539	6.243.781	6.243.781
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior (1).....	2.321.639	14.962.934	8.975.755	13.097.800	--	604.230	--	39.962.358	39.962.358
Hedge de Outros Ativos Financeiros (Risco de Mercado).....	187.965	484.950	456.069	779.181	1.105.530	2.077.823	782.686	5.874.204	5.874.204
Total	14.421.430	30.167.007	23.314.515	20.907.830	1.469.482	5.855.920	953.225	97.089.409	97.089.409

	31/12/2020							31/12/2020	
	0 - 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 - 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	66.408.810	9.077.317	13.058.872	5.504.390	4.856.115	718.243	--	99.623.747	99.623.747
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	16.562.276	--	--	--	--	--	--	16.562.276	16.562.276
Hedge de Operações Ativas.....	3.604.149	2.138.591	--	--	--	--	--	5.742.740	5.742.740
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	5.824.059	285.725	2.578.538	2.317.686	2.012.346	10.599.399	1.358.195	24.975.948	24,975,948
Hedge de Compromissadas Ativas.....	22.186.430	2.297.473	6.129.580	--	802.121	--	--	31.415.604	31,415,604
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior (1).....	10.723.321	--	--	--	--	--	--	10.723.321	10,723,321
Total	125.309.045	13.799.106	21.766.990	7.822.076	7.670.582	11.317.642	1.358.195	189.043.636	189,043,636

(1) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

NOTA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação

Níveis de Risco	31/12/2021									31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Operações de Crédito	266.405.905	50.399.908	27.221.331	24.213.154	7.862.901	2.992.168	3.482.203	5.111.818	7.187.752	394.877.140	334.311.984
Empréstimos e Títulos Descontados.....	123.032.206	45.529.170	23.388.131	22.223.344	7.137.208	2.778.704	3.110.101	4.758.134	6.634.609	238.591.607	195.049.261
Financiamentos.....	45.484.919	3.590.492	2.900.270	1.348.290	526.149	89.391	249.734	246.729	322.082	54.758.056	68.484.395
Financiamentos Rurais.....	9.904.629	1.071.971	267.377	23.311	8.595	27.567	8.746	2.081	6.488	11.320.765	10.598.390
Financiamentos Imobiliários.....	87.984.151	208.275	665.553	618.209	190.949	96.506	113.622	104.874	224.573	90.206.712	60.179.938
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	7.747.578	342.957	280.579	62.468	35.992	9.144	29.623	41.313	912	8.550.566	5.205.200
Outros Créditos (1)	66.479	524.039	36.181	9.555	34	3.685	92.961	6.297	669.371	1.408.602	1.955.627
Total Operações com Característica de Concessão de Crédito (2)	274.219.962	51.266.904	27.538.091	24.285.177	7.898.927	3.004.997	3.604.787	5.159.428	7.858.035	404.836.308	341.517.811
Garantias Financeiras Prestadas (3)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	72.256.240	61.652.851
Total com Garantias Financeiras Prestadas	274.219.962	51.266.904									

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio são compostos por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Obrigações - Carteira de Câmbio / Outros Créditos.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2021										31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em Curso Anormal (1)											
Parcelas Vencidas.....	--	--	919.341	1.124.652	1.079.139	899.386	1.006.387	1.053.211	2.996.231	9.078.347	7.589.327
01 a 60.....	--	--	77.012	101.977	100.912	89.416	95.337	92.054	281.522	838.230	775.314
61 a 90.....	--	--	28.207	52.449	52.729	47.254	50.831	51.420	145.059	427.949	312.879
91 a 180.....	--	--	73.958	121.625	126.870	106.715	121.279	121.828	353.742	1.026.017	872.851
181 a 365.....	--	--	118.304	193.328	216.158	172.835	226.834	206.263	588.321	1.722.043	1.423.244
Acima de 365 dias.....	--	--	621.860	655.273	582.470	483.166	512.106	581.646	1.627.587	5.064.108	4.205.039
Parcelas Vencidas.....	--	--	86.088	195.853	255.719	273.513	456.775	1.985.007	2.989.582	6.242.537	4.561.703
01 a 60.....	--	--	86.088	181.530	146.575	141.784	212.169	171.511	398.271	1.337.928	1.322.297
61 a 90.....	--	--	--	10.365	86.262	43.389	92.213	79.515	183.289	495.033	655.589
91 a 180.....	--	--	--	3.958	22.882	80.701	132.526	1.688.561	624.534	2.553.162	1.184.399
181 a 365.....	--	--	--	--	--	7.639	19.867	45.420	1.624.392	1.697.318	1.270.968
Acima de 365 dias.....	--	--	--	--	--	--	--	--	159.096	159.096	128.450
Subtotal.....	--	--	1.005.429	1.320.505	1.334.858	1.172.899	1.463.162	3.038.218	5.985.813	15.320.884	12.151.030
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas.....	273.575.198	51.150.571	26.498.332	22.917.351	6.512.952	1.798.337	2.079.417	2.100.306	1.842.932	388.475.396	328.572.282
01 a 60.....	38.179.468	10.217.524	5.042.632	4.609.961	2.283.221	206.250	351.356	156.544	377.452	61.424.408	43.499.875
61 a 90.....	15.413.581	2.288.848	1.167.219	1.066.043	242.936	73.375	287.348	84.053	57.975	20.681.378	18.210.755
91 a 180.....	28.920.406	6.173.086	2.959.208	2.520.697	578.920	173.963	141.586	84.572	135.125	41.687.563	42.079.844
181 a 365.....	38.061.622	9.135.381	4.232.334	4.161.768	950.964	263.700	513.177	298.955	253.026	57.870.927	50.267.635
Acima de 365 dias.....	153.000.121	23.335.732	13.096.939	10.558.882	2.456.911	1.081.049	785.950	1.476.182	1.019.354	206.811.120	174.514.173
Parcelas Vencidas até 14 dias.....	644.764	116.333	34.330	47.321	51.117	33.761	62.208	20.904	29.290	1.040.028	794.499
Subtotal.....	274.219.962	51.266.904	26.532.662	22.964.672	6.564.069	1.832.098	2.141.625	2.121.210	1.872.222	389.515.424	329.366.781
Total da Carteira.....	274.219.962	51.266.904	27.538.091	24.285.177	7.898.927	3.004.997	3.604.787	5.159.428	7.858.035	404.836.308	341.517.811
Provisão Existente (2).....	(1.863.064)	(588.947)	(1.166.378)	(3.042.387)	(2.685.112)	(1.502.198)	(2.500.759)	(4.593.096)	(7.858.035)	(26.247.786)	(28.638.805)
Mínima.....	--	(255.502)	(272.588)	(714.262)	(759.706)	(894.560)	(1.782.743)	(3.453.060)	(7.858.035)	(15.990.456)	(18.028.516)
Garantias Financeira Prestadas.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(447.810)	(420.466)
Complementar.....	(1.863.064)	(333.445)	(893.790)	(2.328.125)	(1.925.406)	(607.638)	(718.016)	(1.140.036)	--	(9.809.520)	(10.189.823)
Provisão Existente Circulante.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(9.984.347)	(10.602.905)
Provisão Existente Não Circulante.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(16.263.439)	(18.035.900)
31/12/2020											
Total da Carteira.....	216.484.223	48.540.064	22.215.127	21.927.887	6.980.011	3.722.813	9.492.999	5.719.659	6.435.028	341.517.811	341.517.811
Provisão Existente (2).....	(1.550.895)	(543.458)	(632.803)	(3.187.313)	(3.193.435)	(1.815.802)	(5.338.809)	(5.520.796)	(6.435.028)	(28.638.805)	(28.638.805)
Mínima.....	--	(240.909)	(217.630)	(634.528)	(656.558)	(1.113.366)	(4.731.982)	(3.998.515)	(6.435.028)	(18.028.516)	(18.028.516)
Garantias Financeira Prestadas.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(420.466)	(420.466)
Complementar.....	(1.550.895)	(302.549)	(415.173)	(2.552.785)	(2.536.877)	(702.436)	(606.827)	(1.522.281)	--	(10.189.823)	(10.189.823)

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou com composições efetuadas ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

(2) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

A Provisão Complementar inclui provisão de Compromissos de Empréstimos.

c) Por Setores de Atividade

	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2021	31/12/2020
Setor Público.....	2.834.271	0,7%	3.562.113	1,0%	8.173.261	8.639.572
Setor Privado.....	402.002.307	99,3%	337.955.698	99,0%	(197.594)	(746.791)
Pessoa Jurídica.....	232.350.466	57,4%	214.026.034	62,7%	(26.247.786)	(28.638.805)
Pessoa Física.....	169.651.571	41,9%	123.929.664	36,3%	(15.990.456)	(18.028.516)
Total.....	404.836.308	100,0%	341.517.811	100,0%	(9.809.520)	(10.189.823)

d) Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2021		31/12/2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal.....	26.432.821	(188.596)	27.190.358	(187.847)
Fianças Bancárias Diversas.....	26.078.472	(191.447)	19.703.707	(207.733)
Outras Garantias Financeiras Prestadas.....	7.714.379	(14.500)	7.786.027	(11.936)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública.....	5.697.575	(5.529)	1.445.255	(591)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras.....	3.414.783	(42.866)	2.632.150	(10.269)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias.....	1.792.867	(3.163)	2.145.374	(659)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias.....	1.125.343	(1.709)	749.980	(1.431)
Total.....	72.256.240	(447.810)	61.652.851	(420.466)

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial - 01/01.....	(28.638.805)	(23.458.599)
Constituição Líquida do Período.....	(5.584.648)	(13.072.987)
Mínima.....	(5.937.607)	(10.508.129)
Garantias Financeiras Prestadas.....	(27.344)	267.495
Complementar.....	380.303	(2.832.353)

h) Programas Governamentais para Concessão de Crédito

Níveis de Risco	31/12/2021										31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE).....	278.547	195.771	328.573	560.516	355.141	27.214	46.239	45.097	154.948	1.992.046	2.938.332
Provisão Existente (1).....	--	(147)	(493)	(2.522)	(5.327)	(1.225)	(3.468)	(4.735)	(23.242)	(41.159)	(16.642)
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).....	4.053.618	938.611	87.198	61.379	37.977	7.124	16.467	17.443	15.916	5.235.733	3.916.749
Provisão Existente (2).....	--	(4.693)	(872)	(1.842)	(3.798)	(2.137)	(8.233)	(12.210)	(15.916)	(49.701)	(34.518)
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC-FGI).....	10.446.804	1.025.764	1.121.233	237.244	161.186	121.578	109.433	62.504	64.998	13.350.744	15.983.878
Provisão Existente (2).....	--	(5.129)	(11.212)	(7.117)	(16.119)	(36,473)	(54,717)	(43,753)	(64,998)	(239,518)	(53,845)

(1) Provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do ITAÚ UNIBANCO, ou seja, 15% da carteira de crédito.

(2) Provisão considera a contagem em dobro dos prazos de atraso, para fins de classificação nos níveis de risco.

NOTA 6 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo	31/12/2021					31/12/2020
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos (1).....	274.492.043	39.158.576	33.038.371	412.026.846	758.715.836	722.008.308
Captações no Mercado Aberto (1).....	278.751.284	7.103.051	3.751.737	13.046.688	302.452.760	309.099.951
Carteira Própria.....	100.301.544	1.428.158	65.062	101.867.837	55,109.282	55,109.282
Carteira de Terceiros.....	137.798.549	--	--	137.798.549	173.721.957	173.721.957
Carteira de Livre Movimentação.....	40.651.191	5.674.893	3.486.675	12.973.615	80.268.714	80,268.714
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1).....	2.014.817	16.755.878	12.407.332	59.732.830	90.910.857	86,158.013
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	1.872.335	16.138.574	11.893.233	49.516.035	79.420.177	73,108.602
Obrigações por TVM no Exterior.....	125.826	574.801	431.038	9.601.614	10.733.279	12,091.341
Captação por Certificados de Operações Estruturadas.....	16.656	42.503	83.061	615.181	757.401	958,070
Obrigações por Empréstimos e Repasses (1).....	5.568.043	23.711.628	23.194.273	10.168.863	62.642.807	54,612.632
Dívidas Subordinadas - Letras Financeiras (1).....	--	110.187	6.315.371	--	6.425.558	5,535.554
Total.....	560.826.187	86.839.320	78.507.084	494.975.227	1.221.147.818	1.177.414.458
% por prazo de vencimento.....	45,9%	7,1%	6,5%	40,5%	100,0%	100,0%
Total 31/12/2020.....	513.252.712	100.567.015	93.909.405	469.685.326	1.177.414.458	1.177.414.458
% por prazo de vencimento.....	43,6%	8,5%	8,0%	39,9%	100,0%	100,0%

(1) O valor justo do total de Depósitos é de R\$ 758.621.022 (R\$ 721.963.810 em 31/12/2020), do total de Captações no Mercado Aberto é igual ao valor contábil, do total de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos é de R\$ 90.829.786 (R\$ 86.217.971 em 31/12/2020), do total de Obrigações por Empréstimos e Repasses é de R\$ 62.679.061 (R\$ 54.683.326 em 31/12/2020) e do total de Dívidas Subordinadas é igual ao valor contábil.

Na rubrica Obrigações por Empréstimos e Repasses, os empréstimos no exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à exportação e financiamentos à importação.

b) Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de Emissão de LIG", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.ita.com.br/relacoes-com-investidores, na seção resultados e relatórios / documentos regulatórios / letra imobiliária garantida.

I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,85% do ativo total da empresa. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Maiores detalhes estão disponíveis do Demonstrativo da Carteira de Ativos - DCA, na seção Resultados e Relatórios / Documentos Regulatórios / Letra Imobiliária Garantida.

	31/12/2021										31/12/2020
	AA	A	B								

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12/2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Obrigação Legal - Nota 9c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	2.173.247	2.244.341	4.417.588	5.245.310
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização.....	--	--	--	--
Subtotal	2.173.247	2.244.341	4.417.588	5.245.310
Atualização/Encargos.....	36.240	123.000	159.240	149.073
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	53.179	(26.261)	26.918	44.017
Constituição.....	60.208	54.276	114.484	85.109
Reversão.....	(7.029)	(80.537)	(87.566)	(41.092)
Pagamento.....	(190.535)	(96.609)	(287.144)	(1.020.812)
Subtotal	2.072.131	2.244.471	4.316.602	4.417.588
Saldo Final	2.072.131	2.244.471	4.316.602	4.417.588
Circulante	--	8.978	8.978	40.799
Não Circulante	2.072.131	2.235.493	4.307.624	4.376.789
Saldo Final 31/12/2020	2.173.247	2.244.341	4.417.588	

Para as provisões Fiscais e Previdenciárias, o saldo de Depósitos em Garantia de Recursos está classificado como Não Circulante no valor de R\$ 2.935.352 (R\$ 2.428.404 em 31/12/2020).

A principal discussão relativa à provisão das Ações Fiscais e Previdenciárias está descrita a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 1.637.942: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 953.674.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 3.743.762 (R\$ 3.382.792 em 31/12/2020), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 398.683 (R\$ 347.210 em 31/12/2020).

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 17.383.167 (R\$ 15.004.817 em 31/12/2020), sendo as principais discussões a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 7.364.183: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações.

- IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R\$ 2.494.265: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Despesas de Captação - R\$ 1.581.141: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo.

- ISS - Atividades Bancárias - R\$ 1.543.527: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68.

- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 812.600: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 623.193: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 767.391 (R\$ 767.856 em 31/12/2020), e decorre basicamente da garantia de recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias das empresas incorporadas.

d) Garantias de Contingências

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO e são compostas basicamente por Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 495.603 (R\$ 4.330.592 em 31/12/2020) e está depositado o montante de R\$ 2.944.210 (R\$ 3.534.004 em 31/12/2020).

NOTA 8 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio.....	8b	77.251.719	85.833.561
Negociação e Intermediação de Valores.....		6.392.281	20.285.905
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais.....	7b I, 7b II	8.704.399	8.928.392
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão.....		2.506.222	1.572.684
Rendas a Receber.....		4.519.805	1.874.283
Diversos no País e no Exterior.....		1.333.990	999.111
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões.....	7c	767.391	767.856
Ativos de Planos de Benefícios Pós-Emprego.....	13e	487.587	578.643
Outras.....		961.814	997.832
Total		102.925.208	121.838.267
Circulante		87.683.472	96.338.752
Não Circulante		15.241.736	25.499.515

b) Carteira de Câmbio

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Outros Créditos	8a	77.251.719	85.833.561
Câmbio Comprado a Liquidar - ME.....		43.985.771	43.881.248
Direitos sobre venda de Câmbio - MN.....		33.910.474	42.269.470
(Adiantamentos Recebidos) - MN.....		(644.526)	(317.157)
Passivo - Outras Obrigações	8c	69.773.932	81.251.516
Câmbio Vendido a Liquidar - ME.....		34.014.939	43.422.634
Obrigações por Compras de Câmbio - MN.....		44.187.364	42.928.704
(-) Adiant. sobre Contratos de Câmbio.....		(8.464.376)	(5.125.306)
Outras.....		36.005	25.484
Contas de Compensação		1.063.849	916.618
Créditos Abertos para Importação - ME.....		1.044.698	826.951
Créditos de Exportação Confirmados - ME.....		19.151	89.667

c) Outras Obrigações - Diversas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio.....	8b	69.773.932	81.251.516
Negociação e Intermediação de Valores.....		4.821.954	8.812.442
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....		304.306	215.157
Sociais e Estatutárias.....		6.652.080	4.947.920
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito.....	5g	1.003.690	1.302.246
Provisões para Pagamentos Diversos.....		1.135.378	1.052.104
Diversos no País e Diversos no Exterior.....		2.383.925	2.150.664
Provisão de Pessoal.....		1.642.417	1.601.494
Recursos a Liberar.....		4.404.811	3.933.679
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento.....		1.256.977	1.321.611
Passivos de Planos de Benefícios Pós-Emprego.....	13e	1.963.457	1.773.157
Dívidas Subordinadas.....	2c II, 6a	6.425.558	5.535.554
Outras.....		423.167	304.923
Total		102.191.652	114.202.467
Circulante		90.120.645	91.126.312
Não Circulante		12.071.007	23.076.155

d) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Cartões de Crédito e Débito.....	817.414	682.922
Serviços de Conta Corrente.....	7.242.974	7.497.645
Administração de Recursos - Fundos.....	4.732.921	5.449.880
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas.....	2.463.515	2.192.065
Operações de Crédito.....	1.234.624	931.641
Garantias Financeiras Prestadas.....	1.228.891	1.260.424
Serviços de Recebimentos.....	2.005.861	1.865.166
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem.....	440.332	339.118
Serviços de Custódia.....	327.158	314.637
Outras.....	714.564	586.204
Total	18.744.739	18.927.637

e) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração.....	(837.485)	(1.410.977)
Participação dos Empregados nos Lucros.....	(4.103.678)	(3.124.048)
Benefícios Sociais.....	(3.475.462)	(3.295.437)
Encargos.....	(3.040.003)	(2.817.525)
Treinamento.....	(91.015)	(85.558)
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	(17.172)	(201.928)
Desligamento de Funcionários.....	(528.945)	(196.946)
Total	(12.093.760)	(11.132.419)

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / (Prejuízo)	% de Participação		Quantidade de Ações		Investimento em 31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021	Resultado de Participações de 01/01 a 31/12/2020
				Votante	Total	Ordinárias / Cotas	Preferenciais			
No País								83.551.484		
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	14.890.766	28.557.093	2.605.217	99,99	99,99	4.418.624.940	--	27.143.322	(8.120.148)	10.917.334
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	60.784	297.078	363.673	99,99	99,99	7.482.229.717	--	13.594.851	(4.067.460)	28.557.138
Banco Itauleasing S.A.	180.275	571.539	430.848	98,30	98,25	61.490.010	46.816.349	12.300.782	(3.542)	297.079
Itaúseg Participações S.A.	7.000.000	10.116.354	1.234.735	62,38	62,38	3.739.050.940	--	6.800.582	(43.721)	561.528
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	29.305.271	44.884.985	837.455	70,51	70,51	1.268.249.771	--	11.635	(12.118.834)	243.110
Outras Participações.....								23.700.312	(682.130)	994.256
No Exterior								20.513.644		5.340.630
ITB Holding Ltd.	14.166.800	17.499.758	325.447	58,87	58,87	1.319.341.596	--	10.117.510	(22.280)	4.718.995
Banco Itaú Argentina S.A.	48.290	1.133.707	359.291	98,98	99,00	721.697.119	14.565.089	983.194	(136.251)	415.942
Banco Itaú Paraguay S.A.								--	--	279.484
Outras Participações (5).....								9.412.940	(3.042)	(73.191)
Total								104.065.128	(8.203.495)	16.257.964

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendas a Receber. (2) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes, se aplicável. (3) Contempla, em Resultado de Participações, valores correspondentes aos resultados não realizados. (4) Contempla apenas os investimentos em coligadas e controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. (5) Em 31/01/2021 ocorreu a cisão do investimento na XP Inc. para o Itaú Unibanco Holding S.A. (Nota 14g)

f) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes.....	(3.790.380)	(3.785.567)
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(2.725.422)	(2.550.785)
Instalações.....	(2.375.188)	(2.544.408)
Depreciação e Amortização.....	(2.343.492)	(2.103.631)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(848.067)	(719.035)
Materiais.....	(174.183)	(168.739)
Viagens.....	(30.485)	(48.817)
Outras.....	(786.388)	(399.219)
Total	(13.073.605)	(12.320.201)

g) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Comercialização - Cartões de Crédito.....	(593.893)	(601.844)
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão.....	(888.674)	(508.189)
Amortização de Ágios.....	(122.220)	(115.743)
Perdas com Sinistros.....	(253.708)	(199.340)
Ressarcimento de Custos Interbancários.....	(397.414)	(315.435)
Outras.....	(1.549.879)	(1.076.290)
Total	(3.805.788)	(2.816.841)

NOTA 9 - TRIBUTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%	PIS.....	0,65%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%	COFINS.....	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (1).....	25,00%	ISS até.....	5,00%

(1) Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21): publicada em 15 de julho de 2021, dispõe sobre majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que passou a ser 25%. A majoração da alíquota é aplicada de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos Sobre Operações do Período	27.445.985	(827.992)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	27.445.985	(827.992)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes.....	(13.025.037)	372.596
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Investidas.....	4.009.328	5.118.085
Varição Cambial de Investimentos no Exterior.....	405.935	3.657.353
Juros sobre o Capital Próprio.....	2.055.874	1.002.985
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (1).....	81.677	2.884.207
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.472.223)	13.035.226

(1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Despesas Tributárias

As despesas tributárias são constituídas principalmente por PIS, COFINS e ISS.

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, a empresa realiza operações de deriv

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 6.674.016.228 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 ações ordinárias e 3.283.608.963 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em AGE de 21/05/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 7.000.000, homologado pelo BACEN em 28/05/2020, com emissão de 458.027.603 ações.

Em AGE de 02/06/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.000.000, homologado pelo BACEN em 04/06/2020, com emissão de 196.297.544 ações.

Em AGE de 11/12/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 4.000.000, homologado pelo BACEN em 30/12/2020, com emissão de 246.205.015 ações.

Em AGE de 31/12/2020, homologado pelo BACEN em 23/07/2021, deliberou a cisão parcial do capital social para o Itaú Unibanco Holding no montante de R\$ 6.052.750.

Em AGE de 15/12/2021, foi deliberado a redução de capital no montante de R\$ 88.705, aguardando homologação pelo BACEN, sem cancelamento de ações.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2021			31/12/2020		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.	4.488.410	(547.200)	3.941.210	4.295.000	(644.250)	3.650.750
Dividendos (Provisionados no período anterior).....	840.410	--	840.410	--	--	--
Juros sobre o Capital Próprio.....	2.558.000	(383.700)	2.174.300	1.305.000	(195.750)	1.109.250
Juros sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior).....	1.090.000	(163.500)	926.500	2.990.000	(448.500)	2.541.500
Provisionados (1)	3.098.536	(318.225)	2.780.311	1.930.410	(163.500)	1.766.910
Dividendos.....	976.836	--	976.836	840.410	--	840.410
Juros sobre o Capital Próprio.....	2.121.700	(318.225)	1.803.475	1.090.000	(163.500)	926.500

(1) Registrados na rubrica Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

c) Reservas de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido		
	Nota	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
ITAÚ UNIBANCO INDIVIDUAL		20.861.396	12.110.145	115.508.511	111.848.733	
Amortização de Ágio.....	2a	300	(20)	(8)	(308)	
ITAÚ UNIBANCO		20.861.696	12.110.125	115.508.503	111.848.425	

NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas diretos: Itaú Unibanco Holding S.A. e sua respectiva agência em Cayman e indireto: Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas do ITAÚ UNIBANCO, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		101.585.724	117.380.619	4.699.900	3.823.996
Empresas do Grupo.....	8,98% a 17,81% / 100% SELIC / 100% a 102% DI				
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	9,15%	98.671.600	98.841.663	4.615.632	3.761.045
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		47.974.734	11.256.308	(2.209.810)	6.317.462
Controladoras.....	CDI + 3,5%	2.055.920	884.849	83.174	765
Empresas do Grupo.....	100% DI	664.145	4.423.269	36.671	276.460
Fundos de Investimentos.....		41.239.728	5.110.267	(2.524.652)	6.049.032
Outras.....	CDI + 1,5% a 3,5%	4.014.941	837.923	194.997	(8.795)
Operações de Crédito		667.679	591.441	34.765	99.897
Empresas do Grupo.....		12.908	1	12	43.838
Coligadas.....		--	10.523	--	1.064
Outras.....	CDI + 1,45% a 6%	654.771	580.917	34.753	54.995
Carteira de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)		(725)	(6.867)	(3.849)	61.710
Empresas do Grupo.....		(725)	(6.867)	(3.849)	61.710
Captações no Mercado Aberto		(35.824.756)	(19.729.054)	(1.805.350)	(547.983)
Controladoras.....	9,15%	(7.428.729)	(2.729.293)	(207.007)	(99.835)
Empresas do Grupo.....	9,15% / 100% SELIC	(12.937.615)	(16.835.233)	(859.958)	(434.488)
Coligadas.....	100% SELIC	(5.322)	(5.276)	(226)	(142)
Fundos de Investimentos.....		(15.015.368)	--	(703.716)	--
Outras.....	75% a 101% CDI	(437.722)	(159.252)	(34.443)	(13.518)
Depósitos		(91.019.245)	(93.350.615)	(3.803.166)	(4.269.431)
Controladoras.....	1,57% a 6,6%	(58.314.945)	(63.520.905)	(3.093.811)	(3.283.046)
Empresas do Grupo.....	100% SELIC / 100% DI	(31.920.732)	(29.829.710)	(662.967)	(879.820)
Coligadas.....		--	--	(1.891)	(1.030)
Fundos de Investimentos.....		(783.568)	--	(44.497)	(105.535)
Outras.....		--	--	--	--
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)		13.991.963	11.951.716	--	--
Empresas do Grupo.....		13.991.963	11.951.716	--	--
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(479.181)	(366.548)	(68.335)	385.543
Controladoras.....		(166.431)	(38.830)	1.166	(4.416)
Empresas do Grupo.....		(146.608)	(438.260)	111.252	381.468
Coligadas.....		(5.231)	(9.576)	(63.096)	(45.896)
Fundos de Investimentos.....		--	--	996	--
Outras.....		(160.911)	120.118	(118.653)	54.387
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)		640.452	(58.179)	--	--
Empresas do Grupo.....		522.881	164.132	--	--
Fundos de Investimentos.....		117.571	(222.311)	--	--
Aluguéis		--	75	(270.786)	(256.657)
Controladoras.....		--	--	209	556
Empresas do Grupo.....		--	--	(234.324)	(226.615)
Outras.....		--	75	(36.671)	(30.598)
Patrocínios		12.218	12.247	(13.729)	(16.379)
Outras.....		12.218	12.247	(13.729)	(16.379)
Doações		--	--	(425.000)	--
Outras.....		--	--	(425.000)	--
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Despesa de Pessoal)		--	--	5.708.442	5.607.297
Controladoras.....		--	--	6.444	5.336
Empresas do Grupo.....		--	--	5.699.189	5.596.458
Coligadas.....		--	--	49	115
Outras.....		--	--	2.760	5.388

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2021							
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Planos CD	Outros Benefícios pós-Emprego	Total
Valor Início do Período	22.984.801	(20.112.357)	(3.641.613)	(769.169)	1.448.160	(951.047)	497.113	(922.458)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.712.825	(1.529.072)	(278.111)	(94.358)	40.333	(67.690)	(27.357)	(66.044)
1 - Custo Serviço Corrente.....	--	(36.271)	--	(36.271)	--	--	--	(36.271)
3 - Juros Líquidos (1).....	1.712.825	(1.492.801)	(278.111)	(58.087)	103.411	(67.690)	35.721	(66.044)
4 - Outras Despesas (2).....	--	--	--	--	(63.078)	--	(63.078)	(63.078)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(1.764.682)	763.304	664.970	(336.408)	(724.492)	1.016.812	292.320	81.387
5 - Efeito na Restrição do Ativo.....	--	--	664.970	(664.970)	(483.770)	1.016.812	533.042	--
6 - Remunerações.....	(1.764.682)	763.304	--	(1.001.378)	(240.722)	--	(240.722)	81.387
Alterações de premissas demográficas.....	--	4.055	--	4.055	--	--	--	4.055
Alterações de premissas financeiras.....	--	3.678.829	--	3.678.829	--	--	--	112.780
Experiência do plano (3).....	(1.764.682)	(2.919.580)	--	(4.684.262)	(240.722)	--	(240.722)	(31.393)
7 - Variação Cambial.....	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros (8+9+10)	(1.274.259)	1.338.488	--	64.229	(322.513)	--	(322.513)	128.398
8 - Recebimento por Destinação de Recursos.....	--	--	--	--	(322.513)	--	(322.513)	--
9 - Benefícios Pagos.....	(1.338.488)	1.338.488	--	--	--	--	--	128.398
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora.....	64.229	--	--	64.229	--	--	--	64.229
Valor Final do Período	21.658.685	(19.539.637)	(3.254.754)	(1.135.706)	441.488	(1.925)	439.563	(778.717)
Valor Reconhecido no Ativo.....				48.024			439.563	487.587
Valor Reconhecido no Passivo.....				(1.183.730)				(1.183.730)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Honorários.....	(225.676)	(372.931)
Participações no Lucro.....	(112.066)	(97.109)
Benefícios Pós-Emprego.....	(7.284)	(7.211)
Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	(15.455)	(190.505)
Total	(360.481)	(667.756)

NOTA 13 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A empresa patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados a novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem as seguintes modalidades de planos de aposentadoria:

- Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente.
- Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.
- Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar - FIU	Plano de Aposentadoria Complementar	Benefício Definido
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	
	Plano de Benefício Franprev	
	Plano de Benefício 002	
	Plano de Benefícios Prebeg	
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV	
	Plano de Benefícios II	
	Plano Básico Itaulam	
	Plano de Benefício Definido Itaucard	
	Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco	
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Aposentadoria Itaubank	Contribuição Definida
	Plano de Previdência Redecard	
	Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente	
	Plano Suplementar Itaulam	
	Plano de Contribuição Variável Itaucard	
	Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco	
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios I	Benefício Definido
	Plano de Benefícios II	

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográfica e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefícios pós-emprego.

A premissa demográfica mais relevante compreende a tábua de mortalidade e as premissas financeiras mais relevantes compreendem: taxa de desconto e inflação.

	31/12/2021	31/12/2020
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Taxa de Desconto (2)	9,46% a.a.	7,64% a.a.
Inflação (3)	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", aplicando-se um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(2) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(3) Refere-se a projeção de longo prazo estimada.

Os planos de aposentadoria patrocinados por subsidiárias no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuaria

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/12/2021 | Edição: 239 | Seção: 1 | Página: 37

Órgão: Ministério da Economia/Comissão de Valores Mobiliários/Gerência Executiva

PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação das demonstrações financeiras de forma resumida.

1. Objeto deste Parecer de Orientação

Este parecer de orientação procura dar concretude aos requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas, de acordo com as alterações no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em face da evolução tecnológica e da migração dos conteúdos para a forma digital, o custo da publicação de demonstrações financeiras completas em jornais impressos se tornou objeto de críticas, especialmente considerando-se a exigência legal de divulgação simultânea das demonstrações financeiras resumidas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia e na página do mesmo jornal na internet, além da disponibilização das informações completas, no caso das companhias abertas, nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários, da entidade administradora do mercado e da própria companhia.

Nesse sentido, a nova modalidade de publicação resumida das demonstrações financeiras exige atenção especial para que seja atendido o objetivo do dispositivo legal, no sentido de simplificar e reduzir o custo de observância das companhias, ao mesmo tempo em que sejam fornecidas as informações essenciais sobre as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório do auditor independente e, quando houver, o parecer do conselho fiscal.

2. Demonstrações Financeiras resumidas

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes. Todas as demonstrações financeiras resumidas devem ser elaboradas a partir dos números auditados das demonstrações financeiras completas, que devem estar devidamente divulgadas em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, estas devem ser precedidas dos seguintes avisos em destaque:

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) [Inserir o endereço do eletrônico do jornal de grande circulação da publicação];
- b) [Inserir o endereço eletrônico da companhia, se Companhia registrada na Categoria A];
- c) [Inserir o endereço eletrônico da CVM];
- d) [Inserir o endereço eletrônico da B3 no caso de companhias listadas].

As demonstrações financeiras resumidas de um determinado exercício social devem apresentar informações comparativas com o exercício anterior, em menores detalhes do que as demonstrações financeiras completas, contudo, ainda devem ser uma representação estruturada consistente do desempenho e da posição patrimonial da companhia.

Nesse sentido, a CVM entende que, para alcançar os resultados esperados pelo dispositivo legal, os administradores das companhias abertas e demais agentes envolvidos devem divulgar, comparativamente com os dados do exercício social anterior, no mínimo, as seguintes informações:

a) Balanço patrimonial resumido, apresentado de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos aos seguintes grupos de contas:

I. Ativo Circulante, subdividido, no mínimo, em Caixa e Equivalentes, Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários, Contas a Receber, Estoques, Impostos a Recuperar e Outros Ativos Circulantes;

II. Ativo Não Circulante, subdividido, no mínimo, em Realizável de Longo Prazo, Investimentos, Propriedades para Investimento, Imobilizado, Ativo Biológico, Ativo de Direito de Uso, Ativo Intangível e Outros Ativos Não Circulantes;

III. Passivo Circulante, subdividido, no mínimo, em Fornecedores, Salários e Benefícios a Pagar, Encargos Sociais, Obrigações Fiscais, Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo, IR e CS a pagar, Provisões e Outros Passivos Circulantes;

IV. Passivo Não Circulante, subdividido, no mínimo, em Empréstimos e Financiamentos, Passivo de Arrendamento, IR e CS diferidos, Provisões e Outros Passivos Não Circulantes;

V. Patrimônio Líquido dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes Acumulados), Reservas de Lucros, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Outros itens do PL.

b) Demonstração do resultado do exercício resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos às receitas de vendas (líquida), custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos, lucro bruto, despesas com vendas, gerais e administrativas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), outras despesas e receitas operacionais, resultado da equivalência patrimonial, lucro ou prejuízo antes do resultado financeiro e impostos, resultado financeiro, resultado antes dos impostos sobre o lucro, despesa com imposto de renda e contribuição social e lucro ou prejuízo líquido do exercício;

c) Demonstração do resultado abrangente resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos ao lucro ou prejuízo líquido do exercício, outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado, outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para o resultado e resultado abrangente do exercício;

d) Demonstração dos fluxos de caixa resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais, os recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos, os recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos, o aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício, caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício;

e) Demonstração da mutação do patrimônio líquido resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, as variações relacionadas ao capital social, as variações das reservas de capital, as variações das contas de ajustes da avaliação patrimonial (outros resultados abrangentes acumulados), variações de reservas de lucros e variações de lucros ou prejuízos acumulados e outras variações patrimoniais;

f) Demonstração do valor adicionado resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, a receita, os insumos adquiridos de terceiros, o valor adicionado bruto, a depreciação, amortização e exaustão, o valor adicionado líquido produzido pela companhia, o valor adicionado recebido em transferência, o valor adicionado total a distribuir, e a distribuição do valor adicionado, separando em distribuição para pessoal e administradores, distribuição ao governo (impostos, taxas e contribuições), a remuneração do capital de terceiros e a remuneração do capital próprio.

A companhia deve avaliar a adequação da divulgação resumida sugerida e caso julgue necessário a segregação mais pormenorizada de quaisquer contas ou subcontas em suas demonstrações financeiras resumidas, deve fazê-lo. Caso algum grupo de contas acima elencado não possua saldo ou este não seja material, deve ser suprimida sua apresentação.

As instituições financeiras que sejam companhias abertas devem avaliar, dentro do mesmo escopo dos requisitos apresentados acima e em alinhamento com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, a melhor forma de apresentação das demonstrações financeiras resumidas.

3. Notas explicativas

A nova redação do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76 possibilita a divulgação dos trechos relevantes das notas explicativas. Ressalta-se que, da mesma maneira que as peças contábeis elencadas no item 2 deste Parecer de Orientação, as notas explicativas resumidas devem ser elaboradas a partir das notas explicativas completas das demonstrações financeiras auditadas, que devem estar devidamente divulgadas em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

As notas explicativas resumidas devem contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Breve contexto operacional da companhia;
- b) Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras;
- c) Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior;
- d) Políticas contábeis críticas e as discricionárias;
- e) Eventos subsequentes relevantes.

A companhia deve avaliar a adequação da divulgação das notas explicativas resumidas sugerida e, caso identifique outras informações consideradas como relevantes e essenciais para o entendimento das suas demonstrações financeiras resumidas, deve adicioná-las às notas explicativas resumidas.

Recomenda-se, ainda, que seja divulgada na publicação resumida a proposta da destinação do resultado discriminando, se for o caso, a base de cálculo dos dividendos, inclusive os dividendos já pagos durante o exercício social e o montante do dividendo por ação.

4. Relatório do Auditor Independente resumido e Parecer do Conselho Fiscal resumido

A nova redação do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76 possibilita a divulgação dos trechos relevantes do relatório do auditor independente e do parecer do Conselho Fiscal, quando houver.

Relatório do Auditor Independente resumido

Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido deve ser elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que deve estar devidamente divulgado em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

O relatório do auditor independente resumido deve conter, no mínimo:

- (i) tipo da opinião (sem modificação ou com modificação, especificando se opinião com ressalvas, opinião adversa ou abstenção de opinião);
- (ii) um resumo dos assuntos que levaram a modificações na opinião do auditor, se houver;
- (iii) declaração sobre a existência de um relatório sobre as demonstrações financeiras completas;
- (iv) onde o relatório do auditor se encontra disponível; e
- (v) data de emissão do relatório.

É importante destacar que a publicação de um "extrato das informações relevantes do relatório" consiste na inclusão de uma declaração sobre o conteúdo do relatório e não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas.

O auditor independente deve verificar se as informações publicadas de forma condensada estão em consonância com as demonstrações financeiras completas auditadas e com o relatório emitido pelo auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, em linha com o disposto no artigo 25, I da Resolução CVM 23/2021.

Parecer do Conselho Fiscal resumido

O parecer do conselho fiscal resumido deve ser elaborado a partir do parecer do conselho fiscal completo, que deve estar devidamente divulgado em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

O parecer do conselho fiscal resumido deve conter, no mínimo, a opinião do conselho fiscal sobre o processo de elaboração e o conteúdo das demonstrações financeiras e do relatório anual da administração, devendo ser incluídos menção se houve voto divergente e outros assuntos considerados como essenciais pelo conselho fiscal.

5. Menções a LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT)

Quaisquer menções aos termos LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT), incluindo as suas respectivas versões ajustadas, ou seja, EBITDA Ajustado ou EBIT Ajustado, na publicação a que se refere este parecer de orientação, devem ser obrigatoriamente acompanhados de conciliação dos valores apresentados, sendo que todos os números divulgados nessa conciliação deverão constar nas Demonstrações Financeiras da Companhia, em estrita observância à Instrução CVM nº 527/2012 e alinhados com as informações constantes no Relatório de Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia.

6. Aplicação e efeitos deste parecer

A CVM entende que os procedimentos acima descritos são formas adequadas de dar cumprimento às condições previstas no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Todavia, os procedimentos descritos neste parecer não são exclusivos nem exaustivos. No exercício de sua competência fiscalizadora e punitiva, a CVM poderá admitir a utilização de outros modos de cumprimento dos deveres legais.

Por fim, na aplicação deste Parecer, a CVM observará, quando aplicável, o art. 2º, parágrafo único, XIII da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a incidência retroativa de nova interpretação, e do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que dispõe sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

Aprovado pelo Colegiado em reunião do dia 16 de dezembro de 2021.

MARCELO BARBOSA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Dados selecionados

Selecione o relatório desejado

Data-base:

09/2021

Tipo de instituição:

Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes

Relatório:

Resumo

Resumo

Valores monetários em R\$ mil

Informações com base nos documentos entregues até: 22/11/2021

[CSV](#)
[Composição de Colunas](#)
[Composição de Colunas em PDF](#)

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
	↓	↓	↓	↓				↓ Z A										
BB - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.959.470.213	745.401.380	1.822.459.745	1.551.411.782	137.010.468	4.634.106	167.786.026	19,34%	14,80%	3.988	719
ITAU - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.935.715.336	768.483.906	1.785.602.454	1.330.043.047	150.112.883	5.982.861	161.098.702	14,71%	17,58%	2.904	958
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.485.966.190	845.013.915	1.409.426.772	1.223.556.036	76.539.418	2.832.540	123.031.986	20,77%	12,85%	3.377	895
BRADESCO - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	OSASCO	SP	09/2021	1.448.810.802	580.194.074	1.301.190.429	1.042.575.018	147.620.373	6.653.244	141.772.638	15,18%	29,42%	3.112	1.388
SANTANDER - PRUDENCIAL	b1	S1	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	983.517.695	447.470.397	899.622.991	694.928.033	83.894.703	4.445.068	85.679.408	14,30%	15,71%	2.609	1.953
BNDES - PRUDENCIAL	b4	S2	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	724.573.230	298.895.433	605.505.614	211.633.753	119.067.616	11.254.526	182.208.695	37,47%	6,47%	5	0
BTG PACTUAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	366.008.028	96.561.392	328.138.811	263.173.293	37.869.217	1.743.180	36.249.231	16,06%	30,99%	39	0
SAFRA - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	238.333.042	101.729.739	223.172.843	191.310.586	15.160.199	593.053	21.114.446	14,23%	32,92%	120	4
CITIBANK - PRUDENCIAL	b1	S2	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	137.400.578	25.476.698	126.673.850	70.825.673	10.726.728	320.767	10.517.740	16,98%	2,54%	57	8
VOTORANTIM - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	120.368.338	65.154.349	108.264.802	84.832.872	12.103.535	377.770	12.359.250	15,66%	17,80%	9	29
BANRISUL - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	101.668.567	38.701.792	92.919.417	77.735.865	8.749.150	156.602	6.831.201	14,46%	11,41%	520	127
JP MORGAN CHASE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	101.198.589	4.303.514	94.563.630	61.886.757	6.634.959	218.394	6.620.902	14,05%	1,16%	9	0
BCO COOPERATIVO SICREDI - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	98.206.707	16.479.631	95.702.310	88.750.811	2.504.397	30.297	2.091.621	13,20%	4,79%	7	0
CIELO - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	89.516.718	61.234	76.610.976	3.997.643	12.905.741	266.827	NA	NA	NA	1	0
XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	88.188.534	10.547.461	83.517.954	62.966.349	4.670.579	-62.344	3.683.130	15,25%	4,82%	6	0
BANCOOB - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	81.968.792	14.700.756	79.752.476	67.663.567	2.216.316	55.067	2.209.701	13,86%	12,69%	8	0
BNP PARIBAS - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	80.024.865	14.777.281	75.528.334	23.862.454	4.496.531	68.504	5.032.889	13,55%	1,80%	7	0
NU PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	73.435.390	28.006.458	70.154.745	44.847.829	3.280.644	-47.014	*	*	*	7	0

Relatórios	Instituição financeira Idioma/Language ()	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total Z A	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
	COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS TRABALHADORES DA COOPER STANDARD AUTOMOTIVE BRASIL SEALING LTDA. E FLUID SYSTEMS LTDA.	b3S	S5	I	2	VARGINHA	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	1
	COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS EMPREGADOS DO SEBRAE BAHIA LTDA.	b3S	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	0
	AG. FOMENTO ESTADO DE RORAIMA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	BOA VISTA	RR	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	11.811	83,50%	6,94%	2	0
	AFAL - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	MACEIO	AL	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	1	0
	AG. FOMENTO AMAPA S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	MACAPA	AP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	LEROSA S.A. CVC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	-660	-2,12%	3.391,00%	2	0
	RPW SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	ACCESSCREDITO SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	3	MANAUS	AM	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	MUTUAL APETRIM CI S/A - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	FACTA S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	FRAM CAPITAL DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	FFA SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	QJ SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	4	0
	MARU SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	NUMBRS SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	BARU SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
	BNQI SCD - PRUDENCIAL	n1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	*	*	*	1	0

▼ TCB - Tipo de Consolidado Bancário

▼ SR - Segmento Resolução nº 4.553/2017

▼ TD - Tipo de Consolidação

▼ TC - Tipo de Controle

⌘

1. De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as instituições financeiras devem apurar resultados em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância às regras contábeis estabelecidas pelo CMN. Dessa forma, em março e setembro, os dados contábeis referentes às receitas e às despesas correspondem aos saldos acumulados entre janeiro e março e entre julho e setembro, respectivamente. Os demonstrativos de resultado de junho e dezembro registram os valores acumulados entre janeiro e junho e entre julho e dezembro, respectivamente.

2. Os dados constantes deste relatório são fornecidos pelas próprias instituições, podendo apresentar diferenças em relação aos dados divulgados na imprensa em atendimento à legislação societária pelas instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima.

3. NI: Não informado pela instituição até a publicação do relatório.

4. Na data-base de dezembro, serão republicados os dados contábeis, de capital e de crédito dos últimos quatro trimestres, com as informações mais recentes recebidas das instituições. Dessa forma, os dados poderão ser alterados no caso de reapresentação de documentos.

5. O recurso de "Composição de Colunas" e "Composição de Colunas em PDF" permite consultar as rubricas contábeis de cada coluna do relatório.

6. As informações resumidas de Capital estão disponíveis no relatório Resumo para as instituições selecionadas do tipo Conglomerados Financeiros e Instituições Independentes de dezembro/2000 até dezembro/2014 e para as instituições selecionadas do tipo Conglomerado Prudencial e Instituições Independentes a partir de março/2015.

(*) Limites calculados no relatório 'Informações de Capital' por instituição financeira caracterizada como subsidiária em conglomerado liderado por instituição de pagamento.

7. Entre setembro/2017 e março/2018, o cálculo do número de agências inclui as sedes. A partir de junho/2018, o número de agências inclui as sedes, exceto para cooperativas.

Relatórios ()

Idioma/Language ()



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Resultado recorrente gerencial

R\$ 26,9 bi

Índice de eficiência

44,0% **42,0%**
Brasil

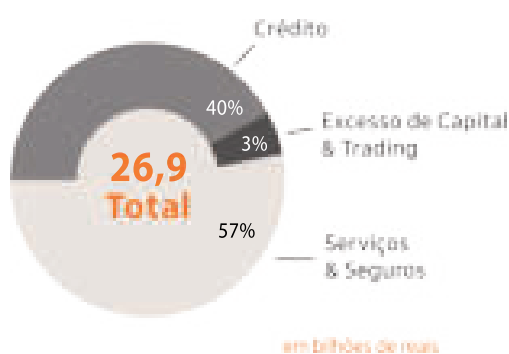
ROE recorrente gerencial

19,3% **19,9%**
Brasil

Despesas não decorrentes de juros

+2,0% **R\$ 51,2 bi**
VS. 2020

Composição do resultado recorrente gerencial por negócio

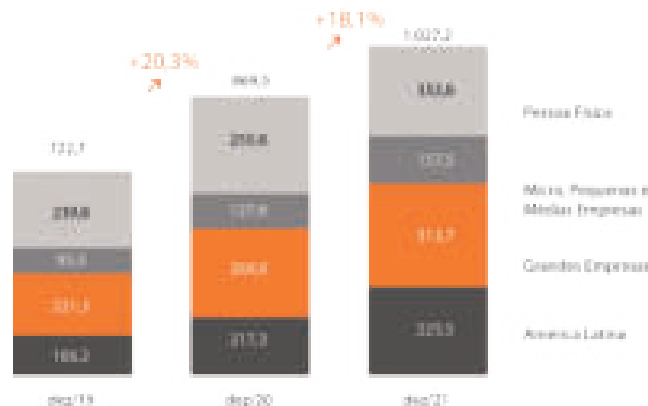


Número de acionistas

em milhares



Carteira de crédito¹ em bilhões de reais



Prezado leitor,

Chegamos a 2022 com um olhar otimista, com cautela para enfrentar os desafios, e seguiremos com nossos projetos de transformação tecnológica e cultural tendo o cliente no centro de todas as nossas ações.

Como banco brasileiro com a maior parte de nossas operações no Brasil, somos significativamente afetados pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. O PIB brasileiro diminuiu 3,9% em 2020 impactado pelo surto de coronavírus. As respostas fiscais, a flexibilização da política monetária e a reabertura gradual das atividades econômicas levaram a uma recuperação no segundo semestre de 2020. Após um avanço significativo no 1º trimestre de 2021, o PIB retraiu no 2º trimestre de 2021. A volatilidade do setor agrícola e as restrições de oferta industrial estiveram por trás dessa queda no desempenho. Houve uma ligeira redução no 3º trimestre por conta da queda no desempenho do setor agrícola, fortemente impactado por problemas climáticos, e dos setores ligados ao consumo de bens. O PIB provavelmente terá uma maior queda no 4º trimestre, e projetamos crescimento de 4,3% para 2021. O nível significativamente alto da taxa SELIC já está impactando a atividade econômica, consequentemente para 2022 esperamos uma redução de 0,5% no PIB, causada principalmente pelo impacto das altas taxas de juros sobre a demanda agregada.

Depois de atingir 2,0% a.a. em agosto de 2020, o Banco Central do Brasil começou um ciclo de alta a partir de março de 2021, com a taxa Selic chegando a 9,25% a.a. em dezembro do mesmo ano, um patamar considerado restritivo. O ciclo de aperto monetário continuou no início de 2022, com a decisão do Copom de elevar a taxa de juros para 10,75% a.a. em fevereiro. Esperamos uma alta adicional para 11,75% na reunião do comitê em março e que a taxa Selic termine o ciclo de alta em 12,50%, patamar em que esperamos que permaneça até o final deste ano.

O índice de preços ao consumidor, IPCA, fechou o ano em 10,06%. Esse resultado foi ocasionado por choques subsequentes de preços durante o ano, principalmente nos preços de energia, em função da escassez de água no sistema de bandeiras tarifárias, e nos preços de combustível automotivo, por conta do aumento dos preços do petróleo bruto. Os itens alimentícios e industriais também sofreram pressão inflacionária no ano. Em 2022, a inflação deve recuar para 5,5%, devido ao menor impacto de choques passados e pela taxa SELIC, significativamente acima do neutro. Dessa forma, esperamos desinflação nos preços de consumo e em energia.

O compromisso com os clientes segue prioritário e ao final do ano nossa carteira de crédito superou R\$ 1 trilhão

Durante o 1º semestre de 2021, lançamos a campanha #Feito com Você, que nos direciona a reconhecer quem realmente sabe o que o cliente quer é ele mesmo. O sucesso de nossas ações vem da escuta aberta às suas necessidades.

Nosso cliente agora é digital, e busca no Itaú o conforto e a praticidade de poder ter toda a prateleira de serviços e produtos na palma de sua mão. Para esse fim, iniciamos a implementação de um projeto ambicioso, chamado de iVarejo 2030, que consiste em mudar completamente a experiência dos clientes, ressignificando a proposta de valor de nossos negócios em duas frentes principais, a abordagem Phygital e Omnichannel, mas não se resumindo somente a elas.



da 2ª via de faturas de cartão de crédito e do boleto de financiamento imobiliário, renegociação, entre outras.

Nossa carteira de crédito superou R\$ 1 trilhão ao final de 2021

Tivemos um crescimento de 18,1% no comparativo com 2020, com crescimentos importantes em todas as linhas de negócio no Brasil, com destaque para a carteira de pessoas físicas, que cresceu 30,1%.

Batemos recordes de produção no crédito imobiliário para pessoas físicas, nos consolidando como o maior banco privado nesse mercado. Em 2021, originamos R\$ 46 bilhões, um crescimento de 128% em relação ao ano anterior. Com nossa nova jornada digital e menos burocratizada tivemos um aumento em nosso NPS transacional, que foi de 35 pontos em março para 73 pontos em dezembro.

Com essas inovações em mente, fomos o primeiro banco brasileiro a criar um serviço de abertura de conta corrente através do WhatsApp, o que acelera esse processo e ainda proporciona toda a segurança. A funcionalidade está em fase piloto com servidores públicos de Minas Gerais, mas deve ser expandida para todos os clientes em breve. O objetivo é reduzir a burocracia, que ainda é muito atribuída aos grandes bancos, e dar ao cliente a possibilidade de iniciar o seu relacionamento conosco da forma que preferir, além de já permitir uma jornada mais customizada desde o início de seu relacionamento conosco.

Nós também expandimos nosso atendimento através dos canais do WhatsApp, e em 2021, quase 5,8 milhões de clientes do banco utilizaram a plataforma como canal de atendimento, totalizando mais de 12,6 milhões de conversas - contemplando diversas funcionalidades, como consulta de saldo e limite de cartão, envio

Pula Parcela

Nossos clientes agora podem pular até duas parcelas consecutivas de seus financiamentos imobiliários a cada 12 meses. A adesão ao Pula Parcela é feita de forma 100% digital, apenas por meio do SuperApp Itaú.

Nosso propósito principal é auxiliar a realização de sonhos dos nossos clientes em cada momento de suas vidas, com proximidade e apoio durante toda a jornada de um financiamento imobiliário. A inovação do Pula Parcela auxiliará na organização financeira de nossos clientes, permitindo mais autonomia e flexibilidade no dia a dia.



contratação online

Envie sua proposta e acompanhe pelo tracking em nossos canais



consultores especializados

Atendimento por WhatsApp e apoio durante toda a contratação



resposta da sua análise de crédito

Retorno em até 1 hora para financiamentos de até R\$ 1,5 milhão



use seu FGTS

Para compor o valor de entrada ou durante o seu contrato



ajuda extra

Inclua os gastos de cartório e impostos em seu financiamento



seguro habitacional

Em caso de emergência, segurança pra você e seu imóvel

Precisando de um fôlego?

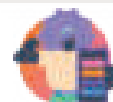
Pule até 2 parcelas por ano e realize seu sonho



Atingimos marcos importantes com o iti

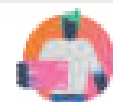
iti

4,7 milhões de clientes nesse trimestre, sendo que 86,3% não são correntistas



+ 14,6 milhões de contas*

*Até 31 de dezembro de 2021.



+ 66% de cliente com até 35 anos



Cartão inclusivo do iti vence prêmio Brasil Design Awards de impacto positivo

Vencemos a 11ª edição do Brasil Design Awards na categoria Impacto Positivo, a mais importante premiação de design do país, por termos lançado de forma pioneira no Brasil cartões que oferecem atributos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, como escrita em braille, ausência de números no plástico e recorte na lateral para identificação de qual lado deve ser inserido em maquininhas na hora do pagamento.





Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021 (continuação)

Com o iti, nosso banco digital, expandimos a estratégia de atrair para nossa operação um novo público, que antes não tinha acesso a uma carteira completa de produtos e serviços. Mais de 66% dos clientes do iti tem menos de 35 anos, o que mostra que estamos atingindo nosso objetivo de atrair um público mais jovem, que busca além de uma jornada menos burocrática e mais personalizada, a praticidade de ter todos os serviços que precisa na palma de sua mão. Confiando a assertividade de nossa estratégia, observamos números sólidos de aberturas de contas, sendo 2 milhões de aberturas apenas no último mês do ano, totalizando 14,6 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2021. Com o open finance, que já começamos a implantar no iti, desde o segundo trimestre de 2021, demos ao cliente que possui conta no Itaú, a possibilidade de visualizar seu saldo agregado dentro do app, com a expectativa de que futuramente seja possível também consolidar o saldo com outras instituições financeiras. Em 2022, o open finance trará novas aplicações e possibilidades para continuarmos inovando cada vez mais.

Toda essa mudança estratégica e tecnológica depende de uma mudança de mentalidade, que está sendo conduzida em todas as áreas da instituição. Desde setembro estamos testando três formatos de trabalho: Híbrido com escala, em que as pessoas têm dias e frequência para trabalhar de forma presencial; Híbrido flexível, em que de acordo com a necessidade, são combinados dias específicos de presença física; e Presencial, cuja ida ao banco é diária para atender as necessidades dos clientes, como em áreas comerciais, de atacado e banco de investimento. Oferecemos a autonomia de operação para cada área decidir qual dos formatos gera melhores resultados e maior eficiência ao seu tipo de atividade.

Redução de participação minoritária na XP Inc

Em 26 de novembro de 2020, divulgamos que o Conselho de Administração do Itaú Unibanco aprovou a cisão parcial do investimento detido na XP Inc. para uma nova sociedade, XPart S.A. Após manifestação favorável do US Federal Reserve Board, a XPart S.A. foi constituída em 31 de maio de 2021, pela parcela do investimento na XP Inc e pelo montante em dinheiro correspondente a R\$ 10 milhões, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2021. Em 1º de outubro de 2021, foi aprovada a incorporação da XPart S.A. pela XP Inc. Diante da incorporação e consequente extinção da XPart S.A. pela XP Inc., os acionistas do Itaú Unibanco Holding que passaram a deter, também, participação acionária na XPart S.A., receberam em substituição a participação acionária na Xp Inc.

Após todos os eventos descritos, o Itaú Unibanco Holding deixou de ter participação acionária na XP Inc. Contudo, informamos que obtivemos aprovação do BACEN para adquirir aproximadamente 11,38% do capital social total da XP Inc. (considerando a atual quantidade de ações emitidas), conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 11 de maio de 2017, entre algumas de nossas afiliadas.

A consumação dessa operação está prevista para ocorrer em 2022, após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas da XP Inc. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São necessárias, ainda, aprovações de órgãos reguladores no exterior para concretização de referida aquisição.

Zeramos a anuidade do cartão Instituto Ayrton Senna, que reverte parte do faturamento para a educação

Seguimos ampliando nosso movimento de incluir cartões sem anuidade em nossa prateleira de produtos. Dessa vez, retiramos da tarifa de um produto que apoia uma causa muito especial: trata-se do cartão Instituto Ayrton Senna Itaucard Platinum, que tem contribuído há mais de 20 anos com a educação do Brasil e já ajudou a levar ensino de qualidade a milhares de crianças e jovens. Criado em parceria com o Instituto Ayrton Senna, o produto reverte parte do valor das compras feitas pelos clientes para projetos de educação, sem que o cartonista pague mais por isso. É possível acompanhar a destinação dos recursos no site do Instituto.

Ampliamos o serviço de retirada de moeda estrangeira no Banco24Horas para todos os clientes

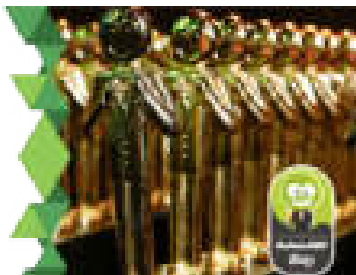
Clientes pessoa física de todos os segmentos podem comprar dólar e euro em espécie no app e retirar nas caixas Moeda Estrangeira Banco24Horas. Os caixas exclusivos para este serviço são identificados pela cor cinza com os símbolos do dólar e do euro. Atualmente, eles podem ser encontrados nos shoppings Cidade Jardim, Bourbon, Villa Lobos, Pamplona e Tiete Plaza Shopping, na cidade de São Paulo. A expansão para outros pontos, incluindo aeroportos, deve ocorrer nos próximos meses.

Lançamos linha de empréstimo pessoal para compras em e-commerce

Chamada de Itaú Parcela Fácil, a nova linha é voltada para quem quer comprar itens de maior valor para sua casa, família ou uso pessoal, permitindo parcelamentos em até 60 vezes (acima das 24 usualmente praticadas no cartão de crédito) e 90 dias para começar a pagar. A nova solução já está disponível para compras de produtos Electrolux no site da marca e será expandida para outros parceiros nos próximos meses. A novidade está disponível para clientes Itaú que já tenham limite de empréstimo pessoal pré-aprovado - e além dos prazos mais amplos, tem como grande vantagem não comprometer o limite do cartão de crédito.

RECLAME AQUI

Em meio a tantas mudanças e desafios, recebemos o reconhecimento de melhor atendimento nas categorias: Banco, Cartões de Crédito, Cartões de Crédito Co-Branded, Consórcio, Financiamento de Autos, Operadoras e Administradoras de Cartão no Prêmio Reclame AQUI 2021, que foi realizada entre setembro e outubro de 2021, e contou com a participação de mais de 800 empresas brasileiras. O prêmio é de grande importância para nós, dada a seriedade com que a pesquisa é realizada e a relevância do Reclame Aqui para o consumidor.



Aumentamos a nossa participação no Itaú Corpbanca

Aumentamos nossa participação de 39,22% para 56,60% no capital votante e total do Itaú Corpbanca. Esse aumento de participação acionária aconteceu no âmbito do aumento de capital do Itaú Corpbanca, por meio do exercício dos direitos de subscrição. O efeito esperado em nossos índices de capital é imaterial.

Emissão de Letras Financeiras Subordinadas Nível 2

Em setembro de 2021, realizamos emissão de Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 no montante total de R\$ 5,5 bilhões em negociações privadas com investidores profissionais. Essas Letras Financeiras possuem prazo de vencimento de 10 anos com opção de recompra a partir de 2026, sujeito a prévia autorização do Banco Central do Brasil. As Letras ficam autorizadas a compor o nosso Capital Nível 2 do Patrimônio de Referência.

Seguimos com o compromisso de contribuir com R\$ 400 bilhões para o desenvolvimento sustentável até 2025 por meio de iniciativas de negócio que promovam uma economia sustentável, cada vez mais verde e inclusiva. Abaixo, o status dessa iniciativa:

R\$ 170 bilhões já alocados

de agosto de 2019 à dez de 2021



(1) Valor calculado considera proporcionalmente a parcela de participação do Itaú na estruturação de operações ESG, sendo que o valor total dessas operações corresponde a R\$ 58 bilhões.

Fomos selecionados, mais uma vez, para compor o DJSI World

Pelo 22º ano consecutivo, na edição 2021/2022, integramos a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), sendo o único banco latino-americano a fazer parte desse importante índice desde a sua criação em 1999. O DJSI World é composto por empresas líderes globais em sustentabilidade, representando 10% das 2.500 maiores empresas do índice S&P Global BMI com melhor avaliação em fatores econômicos, ambientais e sociais. Também fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, pelo 17º ano consecutivo, e permanecemos na carteira do Índice de Igualdade de Gênero Bloomberg de 2022.

Itaú Unibanco está dentro do índice IGPTW da B3

Lançado no início de janeiro de 2022, o novo índice IGPTW B3 é uma parceria entre a B3 e a Great Place to Work (GPTW), que busca capturar a geração de resultados positivos das empresas que investem no ambiente de trabalho, ou seja, que estão embarcadas num processo constante de transformação cultural que privilegia as relações entre as pessoas e o desenvolvimento dos funcionários. A primeira carteira do recém-lançado índice reúne ações de 45 empresas. Onze delas fazem parte do ranking das 150 melhores empresas para trabalhar e possuem peso dobrado no índice em relação às outras 34 empresas que são certificadas pela Great Place to Work (GPTW). A Pesquisa Melhores Empresas para Trabalhar já é realizada desde 1997 pelo GPTW e Época Negócios, e pelo 13º ano nos classificamos. Neste ano, atingimos o 2º lugar entre as companhias com mais de 10 mil funcionários. Somos o melhor banco para trabalhar no Brasil e somos uma das dez melhores empresas para profissionais com deficiência, também de acordo com a GPTW.

Lançamos a primeira carteira recomendada ESG do Brasil com ativos de renda fixa e variável

Disponibilizamos uma carteira mensal inédita com recomendações de investimentos em renda fixa e variável selecionados com base nos critérios ESG (Environmental, Social e Governance). A primeira edição traz 11 produtos, entre Fundos ESG, Fundos sociais, ações, ETFs, COEs, Certificados e Títulos. No documento, são indicadas diferentes composições de portfólio, de acordo com perfis variados e considerando investidores gerais e qualificados. Os principais objetivos da iniciativa são oferecer recomendações para os clientes que veem os critérios ESG como fundamentais para sua decisão de investimento, não se restringindo apenas a indicações de ações, e usar a abrangência da nossa marca como agente de mudança para incentivar gestores, emissores e investidores a considerarem novas opções e soluções para investimentos sustentáveis.

Queremos promover o acesso e ampliação de direitos, melhorar a qualidade de vida nas cidades e fortalecer o poder de transformação das pessoas. Para isso, reafirmamos nosso pacto com a sociedade brasileira por meio de nosso Compromisso de Investimento Social Privado.

	Brasil		LATAM (3)		Total
	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos	Valor (R\$ milhões)
Não incentivado (1)	613,3	1.123	26,7	109	640,1
Educação	315,0	735	3,7	40	318,8
Esporte	0,5	5	-	-	0,5
Cultura.....	129,5	87	11,6	27	141,1
Mobilidade Urbana.....	58,2	21	4,4	4	62,6
Diversidade.....	6,7	27	-	-	6,7
Inovação e Empreendedorismo	50,5	24	0,4	9	50,9
Desenv. e Participação Local	46,1	220	4,9	28	51,0
Saúde.....	6,8	4	1,7	1	8,5
Incentivado (2)	114,7	225	6,5	3	121,3
Cultura.....	56,4	96	6,2	2	62,6
Educação	10,0	37	0,3	1	10,3
Esporte	9,6	36	-	-	9,6
Saúde	24,8	20	-	-	24,8
Idoso	14,0	36	-	-	14,0
Total	728,1	1.348	33,3	112	761,3

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos. (2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras. (3) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para reais em 31 de dezembro de 2021.

Diante da pandemia da covid-19, o investimento social privado se torna ainda mais relevante, fomentando iniciativas necessárias para a travessia deste período de dificuldades. Criar o compromisso de Investimento Social Privado significa reafirmar nosso pacto com a sociedade brasileira, fortalecendo laços de confiança em meio à incerteza. Nossa agenda de Investimento Social Privado, que assim como os demais compromissos está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, é focada em quatro grandes frentes de atuação: Educação, Cultura, Mobilidade e Longevidade, áreas que em que já temos histórico de atuação.

Reconhecimento à área de RI em duas categorias



Prêmio APIMEC

IBRI

Pelo 2º ano consecutivo, fomos reconhecidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), nas categorias: Melhor Profissional de Relações com Investidores; e Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores.

Melhor Relatório Anual no Prêmio

ABRASCA

Fomos também vencedores do 23º Prêmio ABRASCA com o Melhor Relatório Anual na categoria de companhia aberta com receita líquida igual ou superior a R\$ 3 bilhões. Conquistamos pela terceira vez este prêmio que reconhece relatórios elaborados com maior clareza, transparência, qualidade das informações e inovação.



Criar valor é obter resultados financeiros superiores ao custo de capital que remunerarem os nossos acionistas e demais stakeholders por meio de relações éticas e responsáveis, pautadas pela confiança e transparência, e com foco na sustentabilidade dos negócios.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Em R\$ bilhões	2021	2020	Variação
Informações de Resultado			
Produto Bancário (1).....	125,6	114,8	9,4%
Margem Financeira Gerencial.....	78,1	70,1	11,5%
Margem Financeira com Clientes	70,5	65,1	8,3%
Margem Financeira com Mercado.....	7,7	5,0	53,3%
Receitas de Prestação de Serviços.....	39,9	37,2	7,1%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas			
com Sinistros e das Despesas de Comercialização	7,6	7,5	1,7%
Custo do Crédito.....	(20,2)	(30,2)	-33,0%
Despesas não Decorrentes de Juros	(51,2)	(50,2)	2,0%
Resultado Recorrente Gerencial	26,9	18,5	45,0%
Lucro Líquido Contábil	25,0	18,9	32,1%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido			
Médio anualizado (2).....	19,3%	14,5%	4,8 p.p.
Informações Patrimoniais			
Ativos totais.....	2.166,0	2.116,1	2,4%
Total de Operações de Crédito (3).....	1.027,2	869,5	18,1%
Índice de Inadimplência (90 dias).....	2,5%	2,3%	0,2 p.p.
Índice de Capital Nível I.....	13,0%	13,2%	-0,2 p.p.



Esta publicação é controlada pelo Itaú, e os dados aqui apresentados são de natureza estratégica e confidencial. Para mais informações, consulte o site www.itaubank.com.br.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021 (continuação)

Ações	2021	2020	Varição
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - em milhões	9.777	9.760	0,2%
Lucro Líquido por Ação - Básico - R\$	2,56	1,94	31,9%
Valor Patrimonial por Ação - R\$ (Em circulação em 31/12)	14,8	14,0	5,6%
Outros	2021	2020	Varição
Agências	4.335	4.336	0,0%
Agências Físicas e Postos de Atendimento Bancário (PABs)	4.112	4.141	-0,7%
Agências Digitais	223	195	14,4%
Colaboradores (em milhares)	99,6	96,5	3,2%
Brasil	87,3	83,9	4,1%
Exterior	12,3	12,6	-2,9%

(1) Soma das Receitas da Prestação de Serviços e do Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização, líquidas de Resseguros. (2) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. As bases de cálculo dos retornos foram ajustadas pelos valores dos dividendos propostos após as datas de fechamento dos balanços ainda não aprovados em assembleias gerais ordinárias ou em reuniões do Conselho de Administração. (3) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

Análise de Resultado

Os percentuais de aumento ou diminuição nesta seção referem-se à comparação entre o acumulado do ano de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, exceto quando indicado de forma diferente. Em 2021 o lucro líquido contábil atingiu R\$ 25,0 bilhões, com aumento de 32,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Após ajustes dos itens extraordinários, nosso resultado recorrente gerencial atingiu R\$ 26,9 bilhões, com aumento de 45,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O retorno recorrente gerencial sobre o patrimônio líquido médio foi de 19,3%. Destacamos o crescimento de 18,1% da carteira de crédito total. A seguir, apresentamos o crescimento das carteiras nos principais segmentos:

- 30,1% em pessoas físicas;
- 23,4% em micro, pequenas e médias empresas no Brasil;
- 16,6% em grandes empresas no Brasil;
- 2,8% na América Latina, crescimento de 10,9% desconsiderando o impacto da variação cambial no período.

Na comparação com 2020, houve crescimento de 11,0% na originação de crédito no Brasil, sendo:

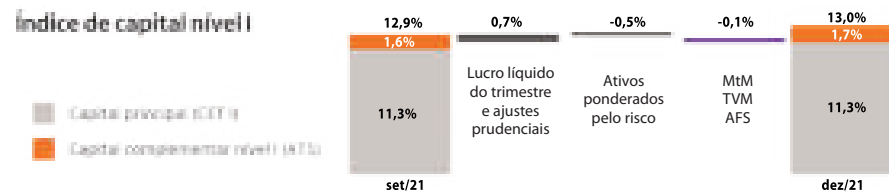
- 35,8% para pessoas físicas, destaque para as produções recordes nas carteiras de crédito imobiliário e de veículos;
- crescimento de 6,3% para micro, pequenas e médias empresas; e
- crescimento de 0,1% para grandes empresas.

O efeito positivo do crescimento da carteira, associado com a gradual mudança do mix da carteira para créditos relacionados ao segmento de varejo, levaram a um crescimento de 8,3% na margem financeira com clientes. Merece destaque o crescimento verificado nos últimos meses do ano de 2021 das linhas de crédito como cartão de crédito financiado, cheque especial e crédito pessoal, produtos com melhores spreads. Além disso, o aumento verificado no decorrer do ano na taxa de juros trouxe um impacto positivo para a remuneração de nosso capital de giro próprio e para a margem de passivos. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados por menores spreads em produtos de crédito. Somado a esse crescimento da margem com clientes, também tivemos aumento na margem financeira com o mercado e redução no custo do crédito. Ambos os movimentos estão relacionados com a alta volatilidade no mercado durante o 1º trimestre de 2020. As receitas com prestação de serviços e seguros aumentaram 5,8% no ano. Esse aumento ocorreu em função do maior faturamento na atividade de emissão de cartões e dos maiores ganhos com assessoria econômico-financeira em função da maior atividade do mercado de capitais. As despesas não decorrentes de juros subiram 0,5% no Brasil, mesmo com a inflação acumulada de 10,1% no período. Vale notar que seguimos investindo em tecnologia e em nossos negócios, e nosso programa de eficiência tem contribuído de forma decisiva para essa performance. O aumento de 2,0% das despesas no consolidado está relacionado com a variação cambial das operações na América Latina.

O Índice de Capital Nível I mede a relação entre o capital do banco e o nível de risco de seus ativos. A manutenção em níveis adequados visa a proteger a instituição em caso de eventos de stress severos.

É por meio da gestão de capital que buscamos otimizar a aplicação dos recursos dos acionistas e garantir a solidez do banco.

Apresentamos os principais eventos que impactaram o nosso índice no quarto trimestre de 2021:

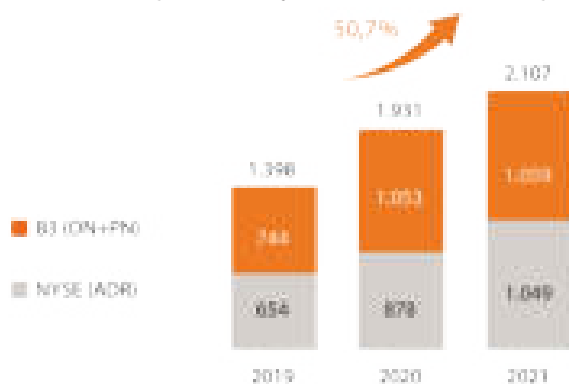


Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de Capital Nível I atingiu 13,0%, 4,0 p.p. acima do nível mínimo regulatório com os adicionais de capital principal (9,0%). Nosso Capital Nível I é composto por 11,3% de Capital Principal e 1,7% de Capital Complementar Nível I.

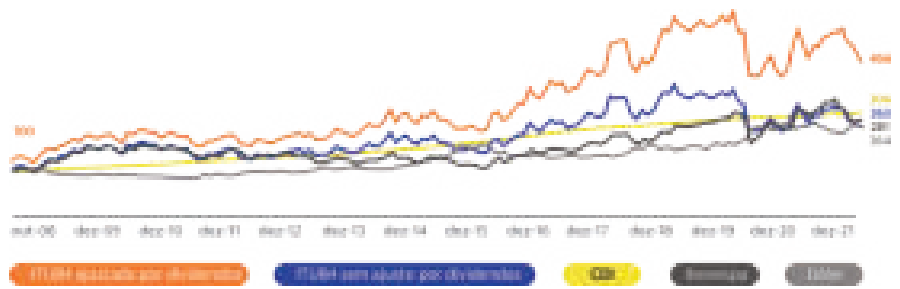
O gráfico a seguir demonstra o volume financeiro negociado diariamente com nossas ações, que possuem participação relevante em índices de mercado no Brasil e no exterior.

Nossas ações continuam sendo negociadas com elevada liquidez, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, com aumento de 50,7% no volume médio diário negociado desde 2019. Em 2021 nosso payout foi de 23,2% e nosso dividend yield foi de 2,7%.

Volume Médio Diário Negociado das Ações do Itaú Unibanco Holding (R\$ milhões)



Além disso, nossas ações encerram o trimestre cotadas a R\$ 20,95 (ITUB4 - ação preferencial) e R\$ 19,09 (ITUB3 - ação ordinária). Apresentamos a evolução de R\$ 100 investidos desde a fusão entre Itaú e Unibanco em novembro de 2008.



Evento subsequente: aquisição da corretora Ideal

Em janeiro de 2022, celebramos com a Ideal Holding Financeira S.A. e suas subsidiárias ("Ideal") um contrato de compra e venda de até 100% de seu capital social. A compra será realizada em duas etapas ao longo de 5 anos. Na primeira, iremos adquirir 50,1% do capital social e votante da Ideal, por meio de um aporte primário e da aquisição secundária de ações que totalizam aproximadamente R\$ 650 milhões, passando a deter o controle da companhia. Na segunda, após 5 anos, poderemos exercer o direito de compra do percentual restante (49,9%) do capital social da Ideal. A gestão e a condução dos negócios da Ideal continuarão autônomas em relação ao Itaú Unibanco. Nesse contexto a Ideal continuará atendendo seus clientes e o Itaú Unibanco não terá exclusividade na prestação de serviços.

Essa aquisição reforça nosso ecossistema de investimentos e permitirá (i) contar com talento e expertise dos profissionais da Ideal, reconhecidos pela alta capacidade de inovar; (ii) a oferta de produtos e serviços financeiros ("broker as a service") em modelo B2B2C por meio da plataforma white label; (iii) a possível aceleração da entrada no mercado de agentes autônomos de investimento; e (iv) o aperfeiçoamento da distribuição de produtos e serviços de investimento para clientes pessoas físicas. A Ideal é uma corretora 100% digital e atualmente oferece soluções de trading eletrônico e DMA (direct market access), dentro de uma plataforma flexível e cloud-based. O investimento na Ideal reforça o compromisso com nossos clientes pela busca de soluções transformadoras em um mercado em franca expansão, permitindo a ampliação da oferta de produtos e serviços nos canais mais convenientes a cada perfil de cliente e o desenvolvimento sustentável nos negócios.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações do CADE e do BACEN.

Publicação das Demonstrações Financeiras

Em 25 de abril de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei nº 13.818/19, que trouxe alteração no art. 289 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e estabeleceu a extinção da obrigatoriedade de realizar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações no Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal. Assim, desde 01 de janeiro deste ano, as companhias somente precisarão realizar as publicações obrigatórias em jornal de grande circulação editado na localidade em que se situar a sua sede. As nossas demonstrações financeiras serão publicadas de forma resumida no jornal "O Estado de São Paulo", com divulgação simultânea da íntegra no site <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores que, diante do cenário de crise, atendem ao chamado e se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela compreensão, interesse e confiança que nos motivam a fazer sempre melhor.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de janeiro de 2022).

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2021, foram contratados serviços junto aos auditores externos no total de R\$ 81.658 mil dos quais R\$ 75.536 mil correspondem a serviços de auditoria externa.

Abaixo indicamos as datas de contratação e natureza dos serviços contratados diferentes de auditoria externa, sendo que todos têm prazo de até um ano:

Relacionados a Auditoria: 25 de fevereiro, 04 e 22 de março, 29 de julho, 23 de setembro e 23 de novembro - Trabalhos de asseguarção independente sobre controles internos, inclusive sobre certos serviços prestados a clientes; relatório de sustentabilidade, relatório MD&A (Management Discussion & Analysis) e Relatório Anual Integrado; certos compromissos assumidos com reguladores; cumprimento de covenants financeiros e diligências contábeis. - R\$ 4.472 mil (5,9% dos honorários de auditoria externa).

Serviços Tributários: 05 e 25 de fevereiro, 04 de março e 21 de dezembro - Revisão sobre cálculos e liquidação de impostos e aderência a normativa tributária. - R\$ 688 mil (0,9% dos honorários de auditoria externa).

Outros Serviços: 05 de fevereiro, 26 de maio, 21 de junho e 12 de julho - Aquisição de treinamento, consultoria de gerenciamento de riscos de sistema implementado em subsidiária, diagnóstico sobre a adequação de controles internos e aquisição de materiais técnicos. - R\$ 962 mil (1,3% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

BACEN - Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 145,3 bilhões, representando 20,6% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2021.

International Financial Reporting Standards (IFRS)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores) > resultados e relatórios > central de resultados).

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco Holding S.A. e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2021, seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e as recomendações do International Accounting Standards Board (IASB). As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco. Acesse: www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores > resultados e relatórios > central de resultados.



Esta publicação é certificada pelo Procon/SP, o que garante a veracidade das informações aqui publicadas. Para mais informações, consulte o Procon/SP. Sua assinatura eletrônica não substitui a original. Confira os dados no site: www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores



Itaú Unibanco Holding S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Em Milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		2.136.498	2.079.608
Disponibilidades		44.512	46.224
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b e 4	243.916	294.486
Aplicações no Mercado Aberto		166.931	237.859
Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	8b	1.524	1.074
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		69.661	55.553
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil		5.800	--
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c, 3d e 5	706.306	712.070
Carteira Própria		247.666	302.624
Vinculados a Compromissos de Recompra		104.941	49.270
Vinculados a Prestação de Garantias		29.102	14.287
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		39.941	40.378
Vinculados ao Banco Central do Brasil		5	6.016
Instrumentos Financeiros Derivativos		68.856	76.124
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	8b	215.795	223.371
Relações Interfinanceiras		160.354	134.260
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		55.727	44.171
Depósitos no Banco Central do Brasil		104.592	90.059
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		21	13
Correspondentes		14	17
Relações Interdependências		369	381
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	6	774.927	662.645
Operações com Características de Concessão de Crédito	3e	819.074	710.553
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	3f	(44.147)	(47.908)
Outros Créditos		202.661	226.606
Ativos Fiscais Correntes		8.513	10.103
Ativos Fiscais Diferidos	11b I	58.307	64.800
Diversos	10a	135.841	152.423
Outros Valores e Bens	3g	3.453	2.936
Bens Não Destinados a Uso		728	870
(Provisões para Desvalorizações)		(356)	(539)
Prêmios Não Ganhos de Resseguros		10	7
Despesas Antecipadas	3g e 10c	3.071	2.598
Permanente		29.521	36.474
Investimentos	3h	6.676	16.202
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		6.346	15.891
Outros Investimentos		538	520
(Provisão para Perdas)		(208)	(209)
Imobilizado	3i e 13	6.417	6.493
Imóveis		4.587	4.360
Outras Imobilizações		16.239	15.323
(Depreciações Acumuladas)		(14.409)	(13.190)
Ágio e Intangível	3j, 3k e 14	16.428	13.779
Ágio		793	989
Ativos Intangíveis		35.204	29.692
(Amortização Acumulada)		(19.569)	(16.902)
Total do Ativo		2.166.019	2.116.082

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		2.007.337	1.965.213
Depósitos	3b e 7b	850.372	809.010
Depósitos à Vista		158.116	134.805
Depósitos de Poupança		190.601	179.470
Depósitos Interfinanceiros		3.776	3.430
Depósitos a Prazo		497.051	491.234
Outros Depósitos		828	71
Captações no Mercado Aberto	3b e 7c	271.051	280.541
Carteira Própria		102.666	48.470
Carteira de Terceiros		115.511	156.602
Carteira Livre Movimentação		52.874	75.469
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3b e 7d	143.138	136.638
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		79.421	73.108
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		62.960	62.571
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		757	959
Relações Interfinanceiras		64.307	51.202
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		64.011	50.862
Correspondentes		296	340
Relações Interdependências		8.992	7.945
Recursos em Trânsito de Terceiros		8.991	7.896
Transferências Internas de Recursos		1	49
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3b e 7e	97.005	83.200
Empréstimos		86.229	71.744
Repasses		10.776	11.456
Instrumentos Financeiros Derivativos	3d e 5f	63.969	79.599
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	3m e 8a	217.558	223.469
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	6c	4.784	4.250
Provisões	9b	16.240	16.250
Outras Obrigações		269.921	273.109
Obrigações Fiscais Correntes	3n, 3p e 11c	10.206	9.357
Obrigações Fiscais Diferidas	11b II	2.904	3.845
Dívidas Subordinadas	7f	75.036	74.916
Diversas	10d	181.775	184.991
Resultados de Exercícios Futuros	3q	3.106	3.163
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	15	144.554	136.593
Capital Social		90.729	97.148
Reservas de Capital		2.247	2.323
Reservas de Lucros		57.058	40.734
Outros Resultados Abrangentes	3c e 3d	(4.952)	(2.705)
(Ações em Tesouraria)		(528)	(907)
Participação de Acionistas Não Controladores	15e	11.022	11.113
Total do Patrimônio Líquido		155.576	147.706
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.166.019	2.116.082

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Em Milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		93.359	152.239	137.164
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		54.241	93.739	79.701
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		33.436	46.950	46.020
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.015	5.399	8.535
Resultado de Operações de Câmbio		1.120	2.538	666
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.547	3.613	2.242
Despesas da Intermediação Financeira		(57.058)	(81.184)	(90.010)
Operações de Captação no Mercado		(35.468)	(51.245)	(54.882)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(1.810)	(5.344)	(8.121)
Operações de Empréstimos e Repasses		(19.780)	(24.595)	(27.007)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		36.301	71.055	47.154
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(10.458)	(15.284)	(26.760)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(12.170)	(18.484)	(30.140)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.712	3.200	3.380
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		25.843	55.771	20.394
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(7.190)	(17.038)	(18.410)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	10e	22.695	43.273	39.574
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.369	3.843	3.334
Despesas de Pessoal	10f	(12.799)	(24.836)	(22.415)
Outras Despesas Administrativas	10g	(11.512)	(21.657)	(22.162)
Despesas de Provisões	9b	(1.198)	(3.492)	(3.575)
Provisões Cíveis		(432)	(820)	(889)
Provisões Trabalhistas		(812)	(2.652)	(2.110)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		77	65	(29)
Outros Riscos		(31)	(85)	(547)
Despesas Tributárias	3p e 11a II	(4.152)	(8.238)	(6.190)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		339	1.345	1.530
Outras Receitas Operacionais		2.079	3.412	2.082
Outras Despesas Operacionais	10h	(5.011)	(10.688)	(10.588)
Resultado Operacional		18.653	38.733	1.984
Resultado não Operacional	2d	380	1.090	4.999
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		19.033	39.823	6.983
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p e 11a I	(6.501)	(13.394)	9.798
Devidos sobre Operações do Período		(2.710)	(7.502)	(9.670)
Referentes a Diferenças Temporárias		(3.791)	(5.892)	19.468
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias	16b	(109)	(208)	(112)
Participações de Não Controladores	15e	(409)	(1.233)	2.240
Lucro Líquido		12.014	24.988	18.909
Lucro por Ação - Básico	18			
Ordinárias		1,23	2,56	1,94
Preferenciais		1,23	2,56	1,94
Lucro por Ação - Diluído	18			
Ordinárias		1,22	2,54	1,93
Preferenciais		1,22	2,54	1,93
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	18			
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.818.741.579	4.818.741.579	4.801.324.161
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	18			
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.883.534.958	4.873.042.114	4.843.233.835

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido Consolidado		12.423	26.221	16.669
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.898)	(2.735)	(790)
Varição de Valor Justo		(3.908)	(6.084)	(93)
Efeito Fiscal		1.636	2.640	(88)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado		809	1.418	(1.107)
Efeito Fiscal		(435)	(709)	498
Hedge		(596)	706	(3.587)
Hedge de Fluxo de Caixa	5fV	(79)	551	503
Varição de Valor Justo		(193)	994	970
Efeito Fiscal		114	(443)	(467)
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	5fV	(517)	155	(4.090)
Varição de Valor Justo		(1.060)	190	(7.671)
Efeito Fiscal		543	(35)	3.581
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (*)		41	45	(192)
Remensurações	19	70	74	(349)
Efeito Fiscal		(29)	(29)	157
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		782	(263)	4.298
Total de Outros Resultados Abrangentes		(1.671)	(2.247)	(271)
Total do Resultado Abrangente		10.752	23.974	16.398
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		10.343	22.741	18.638
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		409	1.233	(2.240)

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas		113.405	191.412	178.094
Intermediação Financeira		96.340	155.078	154.865
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	10e	22.695	43.273	39.574
Resultado das Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização		2.369	3.843	3.334
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(10.458)	(15.284)	(26.760)
Outras		2.459	4.502	7.081
Despesas		(62.455)	(92.712)	(102.063)
Intermediação Financeira		(57.058)	(81.184)	(90.010)
Outras		(5.397)	(11.528)	(12.053)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(8.749)	(16.179)	(16.763)
Materiais, Energia e Outros	10g	(273)	(465)	(321)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes	10g	(3.839)	(7.356)	(7.237)
Outras		(4.637)	(8.358)	(9.205)
Processamento de Dados e Telecomunicações	10g	(2.046)	(3.962)	(3.987)
Propaganda, Promoções e Publicações	10g	(954)	(1.389)	(1.095)
Instalações		(949)	(1.744)	(1.822)
Viagens	10g	(42)	(59)	(84)
Outras		(646)	(1.204)	(2.217)
Valor Adicionado Bruto		42.201	82.521	59.268
Depreciação e Amortização	10g	(2.062)	(4.084)	(3.960)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		40.139	78.437	55.308
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial		339	1.345	1.530
Valor Adicionado Total a Distribuir		40.478	79.782	56.838
Distribuição do Valor Adicionado		40.478	79.782	56.838
Pessoal		12.32		



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido Ajustado		64.398	94.233	59.570	(Redução)/Aumento em Passivos				
Lucro Líquido.....		12.014	24.988	18.909	Depósitos.....		56.871	41.362	301.950
Ajustes ao Lucro Líquido:.....		52.384	69.245	40.661	Captações no Mercado Aberto.....		20.861	(9.490)	10.703
Pagamento Baseado em Ações.....		260	(20)	217	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....		15.513	6.500	(6.931)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		22.256	19.941	11.677	Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		11.228	13.805	6.807
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	6c	12.170	18.484	30.140	Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização.....		(9.271)	(16.008)	(7.505)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada.....		18.768	24.279	20.774	Provisões e Outras Obrigações.....		(2.359)	7.948	(1.208)
Despesa de Juros de Operações com Debêntures e Capitalização.....		5.004	9.851	10.332	Resultado de Exercícios Futuros.....		(101)	(57)	465
Depreciações e Amortizações.....		2.841	5.403	5.007	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.....		(1.886)	(5.885)	(5.827)
Despesa de Atualização/Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....	9b	144	578	893	Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		57.022	90.692	82.133
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....	9b	1.237	3.565	3.602	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto.....		254	661	487
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia.....	9b	(229)	(376)	(344)	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		28.961	41.428	31.149
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge).....		6.771	8.730	(1.767)	Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos				
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos.....		(339)	(1.345)	(1.530)	Até o Vencimento.....		6.387	17.674	12.172
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....		(11.798)	(16.220)	(22.166)	(Aquisição)/Alienação de Bens não destinados a Uso.....		209	402	725
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento.....		(5.976)	(6.646)	(8.544)	Alienação de Investimentos.....		200	848	4.013
Resultado na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....		809	1.418	(1.107)	Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Cisão da XP Inc.....	2d	--	(10)	--
Resultado na Alienação de Investimentos, Bens não destinados a Uso e Imobilizados.....		(24)	(573)	(4.197)	Alienação de Imobilizado.....		43	172	331
Resultado de Participações de Não Controladores.....	15e	409	1.233	(2.240)	Distrato de Contratos do Intangível.....		7	40	309
Outros.....		81	943	(86)	(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....		(20.690)	(60.479)	(58.745)
Variações de Ativos e Passivos (Aumento)/Redução em Ativos		(7.376)	(3.541)	22.563	(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento.....		(13.212)	(32.832)	(4.331)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(15.214)	50.549	(40.675)	(Aquisição) de Investimentos.....		(38)	(67)	(66)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos).....		33.446	39.271	(84.172)	(Aquisição) de Imobilizado.....		(804)	(1.414)	(1.716)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....		(6.375)	(14.533)	1.189	(Aquisição) de Intangível.....	14	(5.369)	(7.667)	(3.591)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos).....		(2.904)	2.603	4.636	Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		(4.052)	(41.244)	(19.263)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos.....		(107.009)	(131.024)	(145.499)	Captação de Obrigações por Dívida Subordinada.....		5.500	8.229	5.260
Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....		(176)	11.418	(11.370)	Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada.....		(18.231)	(32.388)	(10.581)
					Variação da Participação de Não Controladores.....		97	(1.194)	2.998
					Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....	15a	--	510	494
					Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Não Controladores.....		(101)	(130)	(506)
					Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....		(3.065)	(6.267)	(11.552)
					Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(15.800)	(31.240)	(13.887)
					Aumento/(Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		37.170	18.208	48.983
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....		82.811	99.458	62.152
					Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(22.256)	(19.941)	(11.677)
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período.....	3a	97.725	97.725	99.458
					Disponibilidades.....			44.512	46.224
					Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....			12.440	3.886
					Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada.....			34.973	49.348
					Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil.....			5.800	--

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15) (Em Milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda (1)	Outros Resultados Abrangentes	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)	Lucros Acumulados	Total PL - Acionistas Controladores	Total PL - Acionistas não Controladores
Saldos em 01/07/2021	90.729	(528)	1.987	47.118	(365)	(1.527)	5.228	(6.617)	--	136.025	10.617	146.642
Transações com os Acionistas.....	--	--	260	--	--	--	--	--	--	260	54	314
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	260	--	--	--	--	--	--	260	--	260
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	54	54
Reorganização Societária (Nota 2d e 3l).....	--	--	--	1.547	--	--	--	--	--	1.547	--	1.547
Outros.....	--	--	--	5	--	--	--	--	--	5	--	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	28	28	--	28
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(1.898)	41	782	(596)	12.014	10.343	409	10.752
Lucro Líquido Consolidado.....	--	--	--	--	--	--	--	--	12.014	12.014	409	12.423
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	(1.898)	41	782	(596)	--	(1.671)	--	(1.671)
Destinações:												
Reserva Legal.....	--	--	--	672	--	--	--	--	(672)	--	--	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	7.716	--	--	--	--	(7.716)	--	--	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(586)	(586)	(58)	(644)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.068)	(3.068)	--	(3.068)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	57.058	(2.263)	(1.486)	6.010	(7.213)	--	144.554	11.022	155.576
Mutações no Período	--	--	260	9.940	(1.898)	41	782	(596)	--	8.529	405	8.934
Saldos em 01/01/2020	97.148	(1.274)	1.979	36.568	1.262	(1.339)	1.975	(4.332)	--	131.987	10.861	142.848
Transações com os Acionistas.....	--	--	367	344	--	--	--	--	--	711	2.998	3.709
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....	--	--	367	200	--	--	--	--	--	567	--	567
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	144	--	--	--	--	--	--	144	--	144
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.998	2.998
Outros.....	--	--	--	(62)	--	--	--	--	--	(62)	--	(62)
Dividendos - Declarados após período anterior.....	--	--	--	(4.709)	--	--	--	--	--	(4.709)	--	(4.709)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior.....	--	--	--	(5.102)	--	--	--	--	--	(5.102)	--	(5.102)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	118	118	--	118
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(790)	(192)	4.298	(3.587)	18.909	18.638	(2.240)	16.398
Lucro Líquido Consolidado.....	--	--	--	--	--	--	--	--	18.909	18.909	(2.240)	16.669
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	(790)	(192)	4.298	(3.587)	--	(271)	--	(271)
Destinações:												
Reserva Legal.....	--	--	--	948	--	--	--	--	(948)	--	--	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	13.091	--	--	--	--	(13.091)	--	--	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.756)	(1.756)	(506)	(2.262)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.232)	(3.232)	--	(3.232)
Saldos em 31/12/2020	97.148	(907)	2.323	40.734	472	(1.531)	6.273	(7.919)	--	136.593	11.113	147.706
Mutações no Período	--	--	367	344	(790)	(192)	4.298	(3.587)	--	4.606	252	4.858
Saldos em 01/01/2021	97.148	(907)	2.323	40.734	472	(1.531)	6.273	(7.919)	--	136.593	11.113	147.706
Transações com os Acionistas.....	--	--	379	111	--	--	--	--	--	490	(1.194)	(704)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....	--	--	379	193	--	--	--	--	--	572	--	572
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	--	(82)	--	--	--	--	--	(82)	--	(82)
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.194)	(1.194)
Cisão Parcial (Nota 2d).....	(6.419)	--	(187)	(3.392)	77	--	(23)	24	--	(9.202)	--	(9.202)
Reorganização Societária (Nota 2d e 3l).....	--	--	--	1.547	--	--	--	--	--	1.547	--	1.547
Outros.....	--	--	--	(14)	--	--	--	--	--	(14)	--	(14)
Reversão de Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior.....	--	--	--	166	--	--	--	--	--	166	--	166
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	102	102	--	102
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(2.812)	45	(240)	682	24.988	22.663	1.233	23.896
Lucro Líquido Consolidado.....	--	--	--	--	--	--	--	--	24.988	24.988	1.233	26.221
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	(2.812)	45	(240)	682	--	(2.325)	--	(2.325)
Destinações:												
Reserva Legal.....	--	--	--	1.312	--	--	--	--	(1.312)	--	--	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	16.705	--	--	--	--	(16.705)	--	--	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.466)	(1.466)	(130)	(1.596)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(5.607)	(5.607)	--	(5.607)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	57.058	(2.263)	(1.486)	6.010	(7.213)	--	144.554	11.022	155.576
Mutações no Período	(6.419)	379	(76)	16.324	(2.735)	45	(263)	706	--	7.961	(91)	7.870

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		1.890	4.297	4.102
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....		1.891	4.298	4.101
Resultado de Operações de Câmbio.....		(1)	(1)	1
Despesas da Intermediação Financeira		(1.975)	(3.657)	(3.425)
Operações de Captação no Mercado.....		(1.975)	(3.657)	(3.425)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(85)	640	677
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		12.833	25.514	15.877
Despesas de Pessoal.....		(62)	(127)	(152)
Outras Despesas Administrativas.....		(26)	452	(837)
Despesas de Provisões.....		--	--	17
Provisões Cíveis.....		--	--	(6)
Provisões Fiscais e Previdenciárias.....		--	--	23
Despesas Tributárias.....	11a II	(96)	(280)	(163)
Resultado de Participações em Controladas.....	12	12.990	25.485	17.066
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		27	(16)	(54)
Resultado Operacional		12.748	26.154	16.554
Resultado não Operacional		427	435	355
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		13.175	26.589	16.909
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p	276	(337)	2.062
Devidos sobre Operações do Período.....		699	40	211
Referentes a Diferenças Temporárias.....		(423)	(377)	1.851
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias		(8)	(16)	(10)
Lucro Líquido		13.443	26.236	18.961
Lucro por Ação - Básico				
Ordinárias.....		1,37	2,68	1,94
Preferenciais.....		1,37	2,68	1,94
Lucro por Ação - Diluído				
Ordinárias.....		1,37	2,67	1,93
Preferenciais.....		1,37	2,67	1,93
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica				
Ordinárias.....		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais.....		4.819.741.579	4.818.741.579	4.801.324.161
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída				
Ordinárias.....		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais.....		4.883.534.958	4.873.042.114	4.843.233.835

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido		13.443	26.236	18.961
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....		(1.781)	(2.539)	(820)
Coligadas/Controladas.....		(1.781)	(2.539)	(820)
Hedge.....		(597)	699	(3.847)
Hedge de Fluxo de Caixa.....		(81)	544	521
Variação de Valor Justo.....		7	7	--
Efeito Fiscal.....		(3)	(3)	--
Coligadas/Controladas.....		(85)	540	521
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior.....		(516)	155	(4.368)
Variação de Valor Justo.....		60	1.064	(5.968)
Efeito Fiscal.....		21	(445)	2.738
Coligadas/Controladas.....		(597)	(464)	(1.138)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (*).....		40	44	(191)
Coligadas/Controladas.....		40	44	(191)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior.....		783	(262)	4.322
Variação de Valor Justo.....		115	(337)	1.592
Coligadas/Controladas.....		668	75	2.730
Total de Outros Resultados Abrangentes		(1.555)	(2.058)	(536)
Total do Resultado Abrangente		11.888	24.178	18.425

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15) (Em Milhões de Reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes				Lucros Acumulados	Total
					Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (1)		
Saldos em 01/07/2021	90.729	(528)	1.987	45.348	(316)	(1.526)	4.360	(4.012)	--	136.042
Transações com os Acionistas.....	--	--	260	--	--	--	--	--	--	260
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	260	--	--	--	--	--	--	260
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	28	28
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(1.781)	40	783	(597)	13.443	11.888
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	--	--	--	--	13.443	13.443
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	--	--	115	85	--	200
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas.....	--	--	--	--	(1.781)	40	668	(682)	--	(1.755)
Destinações:										
Reserva Legal.....	--	--	--	672	--	--	--	--	(672)	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	9.145	--	--	--	--	(9.145)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(586)	(586)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.068)	(3.068)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	55.165	(2.097)	(1.486)	5.143	(4.609)	--	144.564
Mutações no Período	--	--	260	9.817	(1.781)	40	783	(597)	--	8.522
Saldos em 01/01/2020	97.148	(1.274)	1.979	34.846	1.262	(1.339)	1.083	(1.461)	--	132.244
Transações com os Acionistas.....	--	367	344	--	--	--	--	--	--	711
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....	--	367	200	--	--	--	--	--	--	567
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	144	--	--	--	--	--	--	144
Dividendos - Declarados após período anterior.....	--	--	--	(4.709)	--	--	--	--	--	(4.709)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior.....	--	--	--	(5.102)	--	--	--	--	--	(5.102)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	118	118
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(820)	(191)	4.322	(3.847)	18.961	18.425
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	--	--	--	--	18.961	18.961
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	--	--	1.592	(3.230)	--	(1.638)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas.....	--	--	--	--	(820)	(191)	2.730	(617)	--	1.102
Destinações:										
Reserva Legal.....	--	--	--	948	--	--	--	--	(948)	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	13.143	--	--	--	--	(13.143)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.756)	(1.756)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.232)	(3.232)
Saldos em 31/12/2020	97.148	(907)	2.323	39.126	442	(1.530)	5.405	(5.308)	--	136.699
Mutações no Período	--	367	344	4.280	(820)	(191)	4.322	(3.847)	--	4.455
Saldos em 01/01/2021	97.148	(907)	2.323	39.126	442	(1.530)	5.405	(5.308)	--	136.699
Transações com os Acionistas.....	--	379	111	--	--	--	--	--	--	490
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....	--	379	193	--	--	--	--	--	--	572
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações.....	--	--	(82)	--	--	--	--	--	--	(82)
Cisão Parcial (Nota 2d).....	(6.419)	--	(187)	(3.392)	77	--	(23)	24	--	(9.920)
Reversão de Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período.....	--	--	--	166	--	--	--	--	--	166
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	102	102
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	(2.616)	44	(239)	675	26.236	24.100
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	--	--	--	--	26.236	26.236
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	--	--	(337)	623	--	286
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas.....	--	--	--	--	(2.616)	44	98	52	--	(2.422)
Destinações:										
Reserva Legal.....	--	--	--	1.312	--	--	--	--	(1.312)	--
Reservas Estatutárias.....	--	--	--	17.953	--	--	--	--	(17.953)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.466)	(1.466)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	--	--	--	--	(5.607)	(5.607)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	55.165	(2.097)	(1.486)	5.143	(4.609)	--	144.564
Mutações no Período	(6.419)	379	(76)	16.039	(2.539)	44	(262)	699	--	7.865

(1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido Ajustado		8.540	8.433	16.803
Lucro Líquido.....		13.443	26.236	18.961
Ajustes ao Lucro Líquido:.....		(4.903)	(17.803)	(2.158)
Pagamento Baseado em Ações.....		260	(20)	217
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada.....		7.398	7.298	16.494
Tributos Diferidos.....		423	377	(1.851)
Resultado de Participações em Controladas.....	12	(12.990)	(25.485)	(17.066)
Amortização de Ágio.....		22	45	45
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(16)	(18)	3
Variação de Ativos e Passivos (Aumento)/Redução em Ativos		878	5.151	(3.816)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(814)	5.202	(19.168)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....		2.168	230	8.491
Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....		(338)	181	(661)
Aumento/(Redução) em Passivos				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....		901	856	7.898
Provisões e Outras Obrigações.....		(989)	(1.268)	(366)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.....		(50)	(50)	(10)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		9.419	13.584	12.987
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....		3.241	6.167	7.682
(Aquisição)/Alienação de Investimentos.....		(2.076)	(1.772)	(10.027)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Cisão da XP Inc.....	2d	--	(10)	--
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		1.164	4.385	(2.345)
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada.....		5.500	8.229	5.260
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada.....		(7.338)	(15.777)	(8.807)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....		--	510	494
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....		(3.065)	(6.267)	(11.552)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(4.903)	(13.305)	(14.605)
Aumento/(Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		5.680	4.664	(3.963)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....		1.756	2.770	6.736
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		16	18	(3)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período.....	3a	7.452	7.452	2.770
Disponibilidades.....		--	23	41
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada.....		--	7.429	2.729

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em Milhões de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas		2.011	4.474	6.646
Intermediação Financeira.....		1.891	4.298	4.101
Out				



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma *holding* financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei

das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e avaliação dos ativos financeiros. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial Consolidado, sendo que as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos da Demonstração do Resultado Consolidado. As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de câmbio é representado pela variação e

diferença de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras. A perda de crédito esperada para compromissos de empréstimos é apresentada no passivo em Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos, porém detalhada nas notas explicativas junto à Provisão Complementar para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING contemplam as operações realizadas por suas agências e controladas no país e no exterior, e os fundos de investimentos que a entidade possui controle.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 15d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle (Nota 3l) e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado Consolidado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

	Moeda Funcional (1)	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em		
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
No País								
Banco Itaú BBA S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itaúcard S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itauleasing S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itauseg Seguradora S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú Corretora de Valores S.A.	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú Unibanco S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	
Redecard Instituição de Pagamento S.A. (2)	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
No Exterior								
Itaú CorpBanca Colombia S.A.	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	49,30%	34,16%	49,30%	34,16%	
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itaú Argentina S.A.	Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itaú Paraguai S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Banco Itaú Uruguai S.A.	Peso Uruguai	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú BBA USA Securities Inc.	Real	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Itaú CorpBanca (3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	56,60%	39,22%	56,60%	39,22%	

(1) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possuem moeda funcional igual a da controladora, com exceção da CorpBanca New York Branch cuja moeda funcional é Dólar.

(2) Nova denominação social da Redecard S.A.

(3) ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla o ITAÚ CORPBANCA conforme acordo de acionistas.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

Tópico	Notas
Consolidação	2c (I) e 2b
Valor Justo dos Instrumentos Financeiros	2c (II) e 17
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2c (III) e 6
Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio	2c (IV) e 14
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2c (V) e 11
Planos de Pensão e Benefício Definido	2c (VI) e 19
Provisões, Contingências e Obrigações Legais	2c (VII) e 9
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	2c (VIII) e 8

(I) **Consolidação** - Entidades controladas são as sociedades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

(II) **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros** - O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 17.

(III) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings* AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. Além da classificação do atraso, considera também os seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação; e
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

Os critérios para provisão para créditos de liquidação duvidosa estão detalhados na Nota 21.

(IV) **Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio** - A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Para determinação desta estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

A taxa de desconto geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna.

(V) **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido** - Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 11.

(VI) **Planos de Pensão de Benefício Definido** - O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam premissas como taxa de desconto, a qual é apropriada ao final de cada exercício e usada para determinar o valor presente da estimativa de saídas de caixa futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

(VII) **Provisões, Contingências e Obrigações Legais** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão descritas na Nota 9.

(VIII) **Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização** - As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo período. Informações adicionais estão descritas na Nota 8.

d) Desenvolvimento de Negócios

Redução de participação minoritária na XP INC.

Em 26 de novembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING divulgou que o Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do investimento detido na XP Inc. (XP INC) para uma nova sociedade (XPart S.A.).

Em 02 e 17 de dezembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou a venda de 4,44% e 0,07%, respectivamente, do capital social da XP INC, por meio de oferta pública realizada na Nasdaq, gerando um resultado antes dos impostos de R\$ 4.001. Simultaneamente às vendas, a XP INC realizou ofertas públicas de ações (*follow-on*) que resultaram na diluição da participação detida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que passou a ser de 41,00% do capital social, gerando um resultado nas subscrições primárias da XP INC de R\$ 546. Adicionalmente, em 14 de maio de 2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou venda de 0,48% do capital social da XP INC, gerando um resultado antes dos impostos de R\$ 486.

Após manifestação favorável do US Federal Reserve Board, a XPart S.A. foi constituída, em 31 de maio de 2021, pela parcela do investimento na XP INC e pelo montante em dinheiro correspondente a R\$ 10, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2021. O percentual do capital da XP INC detido pela XPart S.A. era de 40,52%, o qual correspondia a um patrimônio líquido atualizado de R\$ 9.985, na data base de 31 de maio de 2021.

Em Assembleia Gerais de 1º de outubro de 2021, foi aprovada a incorporação da XPart S.A. pela XP INC.

Diante da incorporação e consequente extinção da XPart S.A. pela XP INC, os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que passaram a deter, também, participação acionária na XPart S.A., receberam em substituição, participação acionária da XP INC.

Após todos os eventos descritos acima, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deixou de ter participação acionária na XP INC.

Não obstante, o contrato original prevê uma aquisição de participação adicional na XP INC em 2022 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, aprovada pelo BACEN e sujeita a aprovações de órgãos reguladores no exterior, conforme divulgado em Fato Relevante de 08 de novembro de 2021.

Itaú CorpBanca

O Itaú CorpBanca (ITAÚ CORPBANCA) passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o Corp Group, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Corp Group indicarem membros do Conselho de Administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, têm o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de Administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco.

Em 10 de setembro de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente participação adicional de 1,08% (5.558.780.153 ações) no capital social do ITAÚ CORPBANCA pelo valor de R\$ 229, passando a deter 39,22%.

A efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreu em 14 de setembro de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias.

Em Assembleia Extraordinária de Acionistas do ITAÚ CORPBANCA, ocorrida em 13 de julho de 2021, foi aprovado aumento de capital do ITAÚ CORPBANCA no montante total de CLP 830 bilhões, mediante a emissão de 461.111.111 ações, que foram integralmente subscritas, integralizadas e liquidadas durante os meses de outubro e novembro de 2021, após aprovações regulatórias. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING subscreveu o total de 350.048.242.004 ações pelo montante de CLP 630 bilhões (aproximadamente R\$ 4.296), passando a deter 56,60% do capital do ITAÚ CORPBANCA.

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO), assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e com a Misben S.A. para aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (RECOVERY), correspondente à totalidade da participação das partes na RECOVERY, pelo montante de R\$ 735. Em 07 de julho de 2016 foi adquirida participação adicional de 6,92% da International Finance Corporation, pelo montante de R\$ 59, passando a deter 96% do capital social.

Em 26 de maio de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO, adquiriu da *International Finance Corporation*, participação adicional de 4% pelo montante de R\$ 20,7, passando a deter 100% do capital social da RECOVERY. A efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreram em 28 de maio de 2020.

Aquisição da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE), celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP). A compra será realizada em três etapas ao longo de quatro anos. Na primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu 52,96% do capital total e votante da ZUP pelo valor aproximado de R\$ 293, passando a deter o controle da companhia. No terceiro ano, após o fechamento da operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquirirá participação adicional de 19,6% e, no quarto ano a participação restante, de forma a alcançar 100% do capital da ZUP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de março de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

NOTA 3 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

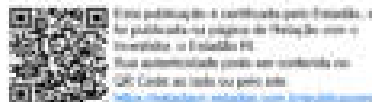
a) Caixa e Equivalentes de Caixa - É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) e Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dividas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição calculado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.



Este documento é controlado pelo Itaú Unibanco. Para garantir a integridade e a segurança dos dados, recomendamos a utilização de uma conexão segura (HTTPS) e a verificação da identidade do remetente.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge** de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

- **Hedge** de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado;

- **Hedge** de Investimento Líquido em Operação no Exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras - Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;

- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

g) Outros Valores e Bens - Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Estes bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Além disso, são registrados Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 3m) e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

h) Investimentos - Incluem o ágio identificado na aquisição de coligadas e entidades controladas em conjunto, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

- Coligadas: são empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem influência significativa, porém não detém o controle.

- Entidades Controladas em Conjunto: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui negócios em conjunto (*joint ventures*) nos quais as partes possuem o controle conjunto e direito sobre os ativos líquidos do negócio.

i) Imobilizado - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

j) Ágio - Corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos e é amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização. É submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 14.

k) Intangível - É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares*, amortizados em cinco anos, e carteiras de clientes, amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

l) Transações de Capital com Acionistas Não Controladores - Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle,

são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

m) Operações de Seguros, Previdência e Capitalização - Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevisível, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à origemação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

n) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes - são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;

- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021					31/12/2020		
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	139.619	26.537	--	775	166.931	68,4	237.859	80,7
Posição Bancada (1)	33.744	7.183	--	775	41.702	17,1	55.863	19,0
Posição Financiada	101.812	12.634	--	--	114.446	46,9	155.825	52,8
Com Livre Movimentação	14.218	12.634	--	--	26.852	11,0	24.157	8,2
Sem Livre Movimentação	87.594	--	--	--	87.594	35,9	131.668	44,6
Posição Vendida	4.063	6.720	--	--	10.783	4,4	26.171	8,9
Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP (Nota 8b).....	1.524	--	--	--	1.524	0,6	1.074	0,4
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.913	7.031	5.840	5.877	69.661	28,6	55.553	18,9
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil	5.800	--	--	--	5.800	2,4	--	0,0
Total (2)	197.856	33.568	5.840	6.652	243.916	100,0	294.486	100,0
% por prazo de vencimento	81,1	13,8	2,4	2,7	100,0			
Total - 31/12/2020	229.917	49.038	8.353	7.178	294.486			
% por prazo de vencimento	78,1	16,7	2,8	2,4	100,0			

(1) Inclui R\$ 9.266 (R\$ 11.119 em 31/12/2020) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN.

(2) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de R\$ (57) (R\$ (6) em 31/12/2020).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Aplicação no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 7.429 (R\$ 2.729 em 31/12/2020) com vencimento até 30 dias, Aplicação em Depósitos Interfinanceiros sem montante no período atual (R\$ 8.408 em 31/12/2020) com vencimento até 30 dias, R\$ 7.087 (sem montante em 31/12/2020) com vencimento de 31 a 180 dias, R\$ 7.843 (R\$ 5.448 em 31/12/2020) com vencimento de 181 a 365 dias e R\$ 43.393 (R\$ 49.669 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores justos.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2021					31/12/2020						
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	236.168			232.781	33,0	2.020	2.307	2.429	29.369	52.514	144.142	269.533
Letras Financeiras do Tesouro	27.833	2	--	27.835	3,9	--	2.240	--	14.172	5.548	5.875	30.129
Letras do Tesouro Nacional	66.548	(945)	(163)	65.440	9,3	2.009	--	2.369	2.765	20.453	37.844	100.008
Notas do Tesouro Nacional	90.286	(652)	(1.585)	88.049	12,5	10	67	60	12.432	21.086	54.394	86.830
Tesouro Nacional/Securitização	110	--	30	140	0,0	--	--	--	--	--	140	184
Títulos da Dívida Externa Brasileira	51.391	(14)	(60)	51.317	7,3	1	--	--	--	5.427	45.889	52.382
Títulos Públicos - Outros Países	60.978	(20)	(332)	60.626	8,6	12.101	10.156	9.003	15.099	3.218	11.049	61.751
Argentina	1.311	29	(4)	1.336	0,2	564	226	259	247	23	17	1.497
Chile	21.553	(2)	(160)	21.391	3,0	8.810	3.979	--	2	652	7.948	23.231
Colômbia	3.938	(12)	(95)	3.831	0,5	41	184	698	272	57	2.579	8.089
Coréia	5.604	--	--	5.604	0,8	--	--	1.113	4.121	370	--	3.936
Espanha	6.132	--	--	6.132	0,9	--	210	--	3.932	1.990	--	4.870
Estados Unidos	7.227	(35)	(2)	7.190	1,0	654	841	2.298	3.205	--	192	5.835
Itália	--	--	--	--	0,0	--	--	--	--	--	--	130
México	12.424	--	(16)	12.408	1,8	1.769	3.752	4.255	2.613	--	19	10.232
Paraguai	1.526	--	(57)	1.469	0,2	49	339	58	659	123	241	2.950
Peru	7	--	--	7	0,0	--	--	--	--	--	7	4
Uruguai	1.256	--	2	1.258	0,2	214	625	322	48	3	46	977
Títulos de Empresas	147.825	(183)	(1.247)	146.395	20,7	14.598	2.642	5.205	7.936	16.089	99.925	98.842
Ações	8.576	11	(862)	7.725	1,1	7.725	--	--	--	--	--	7.709
Cédula do Produtor Rural	12.639	--	114	12.753	1,8	284	705	2.197	2.581	1.171	5.815	5.834
Certificados de Depósito Bancário	311	--	(1)	310	0,0	55	1	19	77	146	12	529
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.760	(16)	(42)	4.702	0,7	--	3	4	4	20	4.671	5.347
Cotas de Fundos	10.209	9	--	10.218	1,4	3.576	--	167	--	3.461	3.014	4.990
Direitos Creditórios	6.916	--	--	6.916	1,0	274	--	167	--	3.461	3.014	2.524
Renda Fixa	2.359	--	--	2.359	0,3	2.359	--	--	--	--	--	1.846
Renda Variável	934	9	--	943	0,1	943	--	--	--	--	--	620
Debêntures	88.965	(114)	(501)	88.350	12,5	2.486	399	1.095	2.350	6.532	75.488	56.908
Eurobonds e Assemelhados	10.244	(39)	1	10.206	1,4	373	45	109	2.152	2.035	5.492	7.607
Letras Financeiras	2.746	(16)	(1)	2.729	0,4	41	150	62	278	1.112	1.086	1.438
Notas Promissórias e Comerciais	7.457	--	30	7.487	1,1	58	1.201	1.393	429	1.428	2.978	7.222
Outros	1.918	(18)	15	1.915	0,3	--	138	159	65	184	1.369	1.258



Esta publicação é controlada pelo Provedor de Serviços de Informação em Tempo Real do Instituto de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo (IRI/SP). Confira em nosso site: www.iri.sp.gov.br



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

a) Resumo por Vencimento (continuação)

	31/12/2021											31/12/2020
	Custo	Ajustes ao Valor Justo refletido no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (1)	197.648	--	--	197.648	28,0	197.648	--	--	--	--	--	205.820
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	642.619	(1.812)	(3.357)	637.450	90,3	226.367	15.105	16.637	52.404	71.821	255.116	635.946
Títulos para Negociação.....	331.452	(1.812)	--	329.640	46,7	206.861	2.868	3.469	23.941	43.485	49.016	381.598
Títulos Disponíveis para Venda.....	165.860	--	(3.357)	162.503	23,0	19.465	12.024	11.439	20.134	12.932	86.509	205.491
Títulos Mantidos até o Vencimento (2).....	145.307	--	--	145.307	20,6	41	213	1.729	8.329	15.404	119.591	48.857
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.857	26.999	--	68.856	9,7	15.337	6.161	6.029	5.628	8.831	26.870	76.124
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	684.476	25.187	(3.357)	706.306	100,0	241.704	21.266	22.666	58.032	80.652	281.986	712.070
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(41.664)	(22.305)	--	(63.969)	--	(7.107)	(7.066)	(9.108)	(7.642)	(8.679)	(24.367)	(79.599)

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a);

(2) Ajustes ao valor justo não contabilizados de R\$ (477) (R\$ 3.604 em 31/12/2020), conforme Nota 5e.

Durante o período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu por redução ao valor recuperável R\$ (170) (R\$ (1.453) de 01/01 a 31/12/2020) de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda. O Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos totalizou R\$ 2.029 (R\$ (741) de 01/01 a 31/12/2020).

No período de 01/01 a 31/12/2020, o resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos bem como Ajuste a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 22d).

b) Resumo por Tipo de Carteira

	31/12/2021						Instrumentos Financeiros Derivativos	Recursos Garantidores (Nota 8b)	Total
	Carteira Própria	Compromissos de Recompra	Vinculados Livre Movimentação	Prestação de Garantias (*)	Banco Central				
Títulos Públicos - Brasil	102.512	75.046	38.909	2.688	5	--	13.621	232.781	
Letras Financeiras do Tesouro.....	24.226	256	--	1.119	5	--	2.229	27.835	
Letras do Tesouro Nacional.....	45.551	18.223	--	1.302	--	--	364	65.440	
Notas do Tesouro Nacional.....	18.613	56.567	1.574	267	--	--	11.028	88.049	
Tesouro Nacional/Securitização.....	140	--	--	--	--	--	--	140	
Títulos da Dívida Externa Brasileira.....	13.982	--	37.335	--	--	--	--	51.317	
Títulos Públicos - Outros Países	49.586	2.383	173	8.473	--	--	11	60.626	
Argentina.....	1.156	--	--	180	--	--	--	1.336	
Chile.....	19.923	1.429	--	39	--	--	--	21.391	
Colômbia.....	3.583	--	75	173	--	--	--	3.831	
Coreia.....	3.284	--	--	2.320	--	--	--	5.604	
Espanha.....	3.952	--	--	2.180	--	--	--	6.132	
Estados Unidos.....	6.513	--	--	677	--	--	--	7.190	
México.....	9.514	--	--	2.894	--	--	--	12.408	
Paraguai.....	496	954	--	8	--	--	11	1.469	
Peru.....	7	--	--	--	--	--	--	7	
Uruguai.....	1.158	--	98	2	--	--	--	1.258	
Títulos de Empresas	95.568	27.512	859	17.941	--	--	4.515	146.395	
Ações.....	7.042	--	--	1	--	--	682	7.725	
Cédula do Produtor Rural.....	12.753	--	--	--	--	--	--	12.753	
Certificados de Depósito Bancário.....	225	--	--	--	--	--	85	310	
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	4.689	--	--	--	--	--	13	4.702	
Cotas de Fundos	9.886	--	--	2	--	--	330	10.218	
Direitos Creditórios.....	6.730	--	--	--	--	--	186	6.916	
Renda Fixa.....	2.215	--	--	--	--	--	144	2.359	
Renda Variável.....	941	--	--	2	--	--	--	943	
Debêntures.....	44.414	27.512	--	14.779	--	--	1.645	88.350	
Eurobonds e Assemelhados.....	9.344	--	859	--	--	--	3	10.206	
Letras Financeiras.....	1.144	--	--	--	--	--	1.585	2.729	
Notas Promissórias e Comerciais.....	4.156	--	--	3.159	--	--	172	7.487	
Outros.....	1.915	--	--	--	--	--	--	1.915	
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	--	--	--	--	--	--	197.648	197.648	
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	247.666	104.941	39.941	29.102	5	--	215.795	637.450	
Títulos para Negociação.....	67.586	52.822	1.845	2.660	5	--	204.722	329.640	
Títulos Disponíveis para Venda.....	97.206	45.872	3.138	8.731	--	--	7.556	162.503	
Títulos Mantidos até o Vencimento.....	82.874	6.247	34.958	17.711	--	--	3.517	145.307	
Instrumentos Financeiros Derivativos	--	--	--	--	--	--	68.856	68.856	
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	247.666	104.941	39.941	29.102	5	--	68.856	706.306	
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo) - 31/12/2020	302.624	49.270	40.378	14.287	6.016	--	76.124	712.070	

(*) Representam os Títulos Vinculados a processos de Passivos Contingentes (Nota 9d), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

c) Títulos para Negociação - Abaixo, composição da carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2021											31/12/2020
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo	
Títulos Públicos - Brasil	104.364	(1.609)	102.755	31,0	2.006	2.251	2.326	20.799	37.737	37.636	153.646	
Letras Financeiras do Tesouro.....	23.886	2	23.888	7,2	--	2.184	--	10.282	5.547	5.875	30.111	
Letras do Tesouro Nacional.....	30.559	(945)	29.614	9,0	1.995	--	2.266	971	12.622	11.760	75.448	
Notas do Tesouro Nacional.....	47.524	(652)	46.872	14,1	10	67	60	9.546	19.561	17.628	45.035	
Títulos da Dívida Externa Brasileira.....	2.395	(14)	2.381	0,7	1	--	--	--	7	2.373	3.052	
Títulos Públicos - Outros Países	5.084	(20)	5.064	1,5	734	293	714	1.793	248	1.282	8.232	
Argentina.....	902	29	931	0,3	564	221	16	90	23	17	1.482	
Chile.....	380	(2)	378	0,1	163	10	--	2	178	25	843	
Colômbia.....	1.071	(12)	1.059	0,3	--	--	5	--	43	1.011	3.603	
Estados Unidos.....	2.634	(35)	2.599	0,8	--	49	677	1.681	--	192	2.085	
Itália.....	--	--	--	0,0	--	--	--	--	--	--	130	
México.....	19	--	19	0,0	--	--	--	--	--	19	5	
Paraguai.....	10	--	10	0,0	--	6	--	--	1	3	3	
Peru.....	7	--	7	0,0	--	--	--	--	--	7	4	
Uruguai.....	61	--	61	0,0	7	7	16	20	3	8	77	
Títulos de Empresas	24.356	(183)	24.173	7,5	6.473	324	429	1.349	5.500	10.098	13.900	
Ações.....	2.841	11	2.852	0,9	2.852	--	--	--	--	--	3.403	
Certificados de Depósito Bancário.....	182	--	182	0,1	13	1	2	15	144	7	219	
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	151	(16)	135	0,0	--	--	--	--	20	115	68	
Cotas de Fundos	10.003	9	10.012	3,1	3.370	--	167	--	3.461	3.014	4.520	
Direitos Creditórios.....	6.916	--	6.916	2,1	274	--	167	--	3.461	3.014	2.524	
Renda Fixa.....	2.153	--	2.153	0,7	2.153	--	--	--	--	--	1.376	
Renda Variável.....	934	9	943	0,3	943	--	--	--	--	--	620	
Debêntures.....	3.345	(114)	3.231	1,0	--	12	14	182	383	2.640	2.479	
Eurobonds e Assemelhados.....	5.480	(39)	5.441	1,7	197	35	14	1.039	1.024	3.132	2.202	
Letras Financeiras.....	1.648	(16)	1.632	0,5	41	150	62	65	416	898	802	
Notas Promissórias e Comerciais.....	230	--	230	0,1	--	--	11	3	47	169	--	
Outros.....	476	(18)	458	0,1	--	126	159	45	5	123	207	
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	197.648	--	197.648	60,0	197.648	--	--	--	--	--	205.820	
Total	331.452	(1.812)	329.640	100,0	206.861	2.868	3.469	23.941	43.485	49.016	381.598	
% por prazo de vencimento.....	--	--	--	--	62,7	0,9	1,1	7,2	13,2	--	14,9	
Total - 31/12/2020	380.559	1.039	381.598	100,0	220.174	9.455	42.843	23.161	35.432	50.533	450.132	
% por prazo de vencimento.....	--	--	--	--	57,7	2,5	11,2	6,1	9,3	--	13,2	

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING em 31/12/2021 a carteira é composta por Notas do Tesouro Nacional no valor de R\$ 160 com vencimento acima de 365 dias (R\$ 201 em 31/12/2020).

d) Títulos Disponíveis para Venda - Abaixo, composição da carteira de Títulos Disponíveis Para Venda por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2021											31/12/2020
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo	
Títulos Públicos - Brasil	47.234	(1.778)	45.456	28,0	14	56	103	8.570	1.941	34.772	71.874	
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.947	--	3.947	2,4	--	56	--	3.890	1	--	18	
Letras do Tesouro Nacional.....	3.331	(163)	3.168	2,0	14	--	103	1.794	--	1.257	24.560	
Notas do Tesouro Nacional.....	35.246	(1.585)	33.661	20,7	--	--	--	2.886	1.525	29.250	33.572	
Tesouro Nacional/Securitização.....	110	30	140	0,1	--	--	--	--	--	140	184	
Títulos da Dívida Externa Brasileira.....	4.600	(60)	4.540	2,8	--	--	--	--	--	415	4.125	
Títulos Públicos - Outros Países	37.467	(332)	37.135	22,9	11.326	9.653	6.564	4.981	610	4.001	52.999	
Argentina.....	409	(4)	405	0,3	--	5	243	157	--	--	15	
Chile.....	15.429	(160)	15.269	9,4	8.647	3.969	--	--	474	2.179	22.388	
Colômbia.....	1.942	(95)	1.847	1,1	--	184	81	--	14	1.568	3.986	
Coreia.....	--	--	--	0,0	--	--	--	--	--	--	3.936	
Espanha.....	--	--	--	0,0	--	--	--	--	--	--	4.870	
Estados Unidos.....	4.593	(2)	4.591	2,8	654	792	1.621	1.524	--	--	3.750	
México.....												



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

e) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abaixo, composição da carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e por prazo de vencimento. O custo inclui mais/(menos) valia de R\$ (783) (R\$ 119 em 31/12/2020) referente ao ajuste ao valor justo de títulos reclassificados de Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento.

	31/12/2021							31/12/2020			
	Custo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	84.570	58,2	--	--	--	--	12.836	71.734	84.789	44.013	47.712
Letras do Tesouro Nacional	32.658	22,4	--	--	--	--	7.831	24.827	31.548	--	--
Notas do Tesouro Nacional	7.516	5,2	--	--	--	--	--	7.516	8.119	8.223	9.664
Títulos da Dívida Externa Brasileira	44.396	30,6	--	--	--	--	5.005	39.391	45.122	35.790	38.048
Títulos Públicos - Outros Países	18.427	12,7	41	210	1.725	8.325	2.360	5.766	18.423	520	527
Chile	5.744	4,0	--	--	--	--	--	5.744	5.744	--	--
Colômbia	925	0,6	41	--	612	272	--	--	913	500	493
Coreia	5.604	3,9	--	--	1.113	4.121	370	--	5.604	--	--
Espanha	6.132	4,2	--	210	--	3.932	1.990	--	6.128	--	--
Uruguai	22	--	--	--	--	--	--	22	34	20	34
Títulos de Empresas	42.310	29,1	--	3	4	4	208	42.091	41.618	4.324	4.222
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.535	2,4	--	3	4	4	--	3.524	3.368	4.269	4.167
Debêntures	38.775	26,7	--	--	--	--	208	38.567	38.250	--	--
Eurobonds e Assemelhados	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	2
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	53	53
Total (*)	145.307	100,0	41	213	1.729	8.329	15.404	119.591	144.830	48.857	52.461
% por prazo de vencimento			--	0,1	1,2	5,7	10,6	82,2			
Total - 31/12/2020	48.857	100,0	6.568	--	2.547	543	37	39.162	52.461		
% por prazo de vencimento			13,4	--	5,2	1,2	0,1	80,1			

(*) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO alterou a classificação de Títulos Disponíveis para Venda, sendo R\$ 19.138 de Títulos Públicos - Brasil, R\$ 38.338 de Debêntures e R\$ 17.139 de Títulos Soberanos.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negocia derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swaps apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO compra e vende proteção de crédito, visando atender as necessidades de seus clientes e o gerenciamento do risco de suas carteiras.

CDS (Credit Default Swap) é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito da entidade de referência, o comprador da proteção tem direito a receber o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de CDS.

TRS (Total Return Swap) é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO era de R\$ 4.206 (R\$ 14.964 em 31/12/2020) e estava basicamente composto por títulos públicos.

Mais informações sobre os controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 21 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização.

I - Resumo Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e justo e por prazo de vencimento.

Ativo	31/12/2021										31/12/2020
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	13.409	24.604	38.013	55,2	1.819	370	837	2.596	7.341	25.050	46.019
Contratos de Opções	20.340	890	21.230	30,8	10.525	3.504	3.787	1.908	688	818	20.161
Operações a Termo	2.954	(13)	2.941	4,3	1.515	1.078	289	56	3	--	1.959
Derivativos de Crédito	(271)	513	242	0,4	--	--	7	8	22	205	156
NDF - Non Deliverable Forward	5.256	687	5.943	8,6	1.193	1.207	1.109	1.053	752	629	7.596
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	169	318	487	0,7	285	2	--	7	25	168	233
Total	41.857	26.999	68.856	100,0	15.337	6.161	6.029	5.628	8.831	26.870	76.124
% por prazo de vencimento					22,4	8,9	8,8	8,2	12,8	38,9	
Total - 31/12/2020	43.376	32.748	76.124	100,0	17.307	5.504	2.828	9.071	6.475	34.939	
% por prazo de vencimento					22,7	7,2	3,7	11,9	8,5	46,0	

Passivo	31/12/2021										31/12/2020
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(15.271)	(19.375)	(34.646)	54,2	(1.562)	(638)	(1.057)	(2.275)	(6.944)	(22.170)	(51.789)
Contratos de Opções	(20.213)	(3.099)	(23.312)	36,4	(4.040)	(5.170)	(7.479)	(4.264)	(869)	(1.490)	(20.347)
Operações a Termo	(762)	--	(762)	1,2	(762)	--	--	--	--	--	(905)
Derivativos de Crédito	(261)	63	(198)	0,3	--	--	(1)	(1)	(8)	(188)	(76)
NDF - Non Deliverable Forward	(5.017)	121	(4.896)	7,7	(739)	(1.256)	(565)	(1.097)	(822)	(417)	(6.426)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(140)	(15)	(155)	0,2	(4)	(2)	(6)	(5)	(36)	(102)	(56)
Total	(41.664)	(22.305)	(63.969)	100,0	(7.107)	(7.066)	(9.108)	(7.642)	(8.679)	(24.367)	(79.599)
% por prazo de vencimento					11,1	11,0	14,2	11,9	13,6	38,2	
Total - 31/12/2020	(47.485)	(32.114)	(79.599)	100,0	(16.630)	(4.267)	(2.712)	(12.668)	(6.895)	(36.427)	
% por prazo de vencimento					20,9	5,4	3,4	15,9	8,7	45,7	

O resultado de instrumentos financeiros derivativos no período totalizou R\$ 8.558 (R\$ (8.925) de 01/01 a 31/12/2020).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os valores de mercado referentes às posições de contrato de Swap, envolvendo Juros, na posição ativa, totalizam R\$ 274 (R\$ 69 em 31/12/2020) com vencimento de 31 a 180 dias. Os valores de mercado referentes às posições de contrato de Swap, envolvendo Moeda Estrangeira, na posição passiva, totalizam R\$ 367 (sem montante em 31/12/2020) com vencimento de 31 a 180 dias. Os valores de mercado referentes às posições de contrato de Opções, envolvendo Ações, na posição ativa, sem montante no período atual (R\$ 4 com vencimento de 181 a 365 dias e R\$ 23 com vencimento acima de 365 dias em 31/12/2020).

II - Derivativos por Indexador e Fator de Risco

	Conta de Compensação/Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido)	Ajustes ao Valor Justo (Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo		Conta de Compensação/Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido)	Ajustes ao Valor Justo (Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo	
	31/12/2021	31/12/2020	(A Pagar)/Pago	(Resultado)/Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	(A Pagar)/Pago	(Resultado)/Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Futuros	857.781	781.453	--	--	--	--	26.129	23.989	2.192	(13)	2.179	1.054
Compromissos de Compra	470.895	338.165	--	--	--	--	1.016	18.666	1.016	(27)	989	885
Ações	14.627	8.300	--	--	--	--	948	304	948	(27)	921	301
Commodities	703	1.170	--	--	--	--	68	584	68	--	68	584
Juros	429.862	304.454	--	--	--	--	--	17.778	--	--	--	--
Moeda Estrangeira	25.703	24.241	--	--	--	--	--	--	(68)	--	(68)	(584)
Compromissos de Venda	386.886	443.288	--	--	--	--	20.765	1.132	1.938	14	1.952	1.074
Ações	14.181	7.535	--	--	--	--	--	--	(68)	--	(68)	(584)
Commodities	3.308	2.201	--	--	--	--	1.258	770	1.244	(1)	1.243	766
Juros	342.575	397.157	--	--	--	--	--	--	694	--	694	308
Moeda Estrangeira	26.822	36.395	--	--	--	--	19.507	362	--	15	15	--
Contratos de Swaps			(1.862)	5.229	3.367	(5.770)	4.348	4.191	(694)	--	(694)	(321)
Posição Ativa	1.338.457	1.442.449	13.409	24.604	38.013	46.019	694	308	(694)	--	(694)	(308)
Commodities	2	278	--	--	--	1	3.654	3.883	--	--	--	(13)
Juros	1.318.082	1.423.134	10.338	23.835	34.173	41.983	--	--	(37)	101	64	88
Moeda Estrangeira	20.373	19.037	3.071	769	3.840	4.035	11.612	13.062	(234)	412	178	67
Posição Passiva	1.338.457	1.442.449	(15.271)	(19.375)	(34.646)	(51.789)	8.142	4.183	(261)	63	(198)	(76)
Ações	497	108	(37)	(3)	(40)	(10)	1.865	1.154	(63)	17	(46)	(34)
Commodities	130	341	--	(1)	(1)	(9)	--	3	--	--	--	--
Juros	1.309.778	1.425.904	(13.331)	(19.377)	(32.708)	(47.696)	6.277	3.026	(198)	46	(152)	(42)
Moeda Estrangeira	28.052	16.096	(1.903)	6	(1.897)	(4.074)	--	--	--	--	--	--
Contratos de Opções	1.627.399	1.743.520	127	(2.209)	(2.082)	(186)	278.531	313.463	239	808	1.047	1.170
De Compra - Posição Comprada	147.475	133.404	17.907	1.548	19.455	16.109	144.123	156.542	5.256	687	5.943	7.596
Ações	11.907	12.380	521	1.135	1.656	1.339	5	--	--	--	--	--
Commodities	471	356	20	20	40	27	2.489	1.715	--	(1)	477	262



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Futuros	370.243	248.922	74.456	164.160	857.781	781.453
Contratos de Swaps	131.681	155.022	121.040	930.714	1.338.457	1.442.449
Contratos de Opções	1.230.470	268.254	46.117	82.558	1.627.399	1.743.520
Operações a Termo	3.173	13.402	9.551	3	26.129	23.989
Derivativos de Crédito	--	6.602	826	14.128	21.556	20.060
NDF - Non Deliverable Forward	77.962	113.359	48.091	39.119	278.531	313.463
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	199	739	648	4.631	6.217	6.585

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2021						
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa	857.781	817.629	1.530.730	25.368	7.535	65.035	--
Balcão	--	520.828	96.669	761	14.021	213.496	6.217
Instituições Financeiras	--	413.651	57.540	761	14.021	76.415	4.861
Empresas	--	103.758	38.078	--	--	136.270	1.353
Pessoas Físicas	--	3.419	1.051	--	--	811	3
Total	857.781	1.338.457	1.627.399	26.129	21.556	278.531	6.217
Total 31/12/2020	781.453	1.442.449	1.743.520	23.989	20.060	313.463	6.585

IV - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
CDS	(9.837)	6.109	(3.728)	(8.501)	3.705	(4.796)
TRS	(5.610)	--	(5.610)	(7.854)	--	(7.854)
Total	(15.447)	6.109	(9.338)	(16.355)	3.705	(12.650)

O efeito no Patrimônio de Referência do risco recebido (Nota 21c) foi de R\$ 135 (R\$ 86 em 31/12/2020).

Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

V - Hedge Contábil

I) Fluxo de Caixa - O objetivo deste hedge do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB/Empréstimos Sindicalizados Operações Ativas/Captações/Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI/LIBOR/UF*/TPM*/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, UF*, TPM*/Selic e Taxas de câmbio.

*UF - Unidade de Fomento/TPM - Taxa de Política Monetária.

Estratégias	31/12/2021					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge	
	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	--	38.445	1.064	1.064	38.080	1.072
Hedge de Operações Ativas	8.621	--	(409)	(409)	8.213	(409)
Hedge de Compromissadas Ativas	40.526	--	(1.686)	(1.686)	39.962	(1.698)
Hedge de Ativos Denominados em UF	14.558	--	(127)	(127)	14.683	(127)
Hedge de Captações	--	5.749	30	30	5.779	30
Hedge de Operações de Crédito	131	--	--	--	131	1
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	3.508	--	185	653	3.508	185
Total	67.344	44.194	(943)	(475)	110.356	(946)

Estratégias	31/12/2020					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge	
	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	--	101.929	(2.423)	(2.464)	103.417	(2.433)
Hedge de Operações Ativas	5.673	--	66	66	5.743	66
Hedge de Compromissadas Ativas	29.533	--	697	697	31.417	699
Hedge de Ativos Denominados em UF	16.674	--	(4)	(4)	16.677	(1)
Hedge de Captações	--	2.007	(10)	(10)	1.996	(11)
Hedge de Operações de Crédito	327	--	12	12	316	15
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	31.594	--	(3)	(3)	15.803	(3)
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.314	--	(105)	52	1.314	(105)
Total	85.115	103.936	(1.770)	(1.654)	176.683	(1.773)

(*) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Instrumentos de Hedge	31/12/2021					
	Valor Nominal	Valor Contábil (1)		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (2)	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros (3)						
Futuros	86.255	144	--	(1.035)	(1.031)	(16)
Swaps	20.593	5.749	14.688	(96)	(97)	--
Risco Cambial (4)						
Futuros	3.508	--	3.665	185	185	--
Total	110.356	5.893	18.353	(946)	(943)	(16)

Instrumentos de Hedge	31/12/2020					
	Valor Nominal	Valor Contábil (1)		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (2)	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros (3)						
Futuros	140.577	146	--	(1.668)	(1.660)	(8)
Swaps	18.989	2.007	17.006	3	(2)	5
Risco Cambial (4)						
Futuros	17.117	5	298	(108)	(108)	--
Total	176.683	2.158	17.304	(1.773)	(1.770)	(657)

(1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

(2) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

(3) Futuro DI negociado na B3 e Swap de Taxa de Juros negociado na Bolsa de Chicago.

(4) Futuro DDI e Opção de Compra de Dólar negociados na B3.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 378 (R\$ 1.728) em 31/12/2020.

II) Risco de Mercado - As estratégias de hedge de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO consistem em hedges de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Estratégias	31/12/2021					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Variação no valor reconhecida no Resultado (*)	Instrumentos de Hedge
	Ativos	Passivos	Valor Justo	Passivos		
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Operações de Crédito	8.890	--	8.917	--	27	8.890
Hedge de Captações	--	11.051	--	10.661	390	11.051
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	11.765	--	10.328	--	(1.437)	11.359
Hedge de Outros Ativos Financeiros	19.551	--	19.121	--	(430)	19.289
Total	40.206	11.051	38.366	10.661	(1.450)	50.589

Estratégias	31/12/2020					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Variação no valor reconhecida no Resultado (*)	Instrumentos de Hedge
	Ativos	Passivos	Valor Justo	Passivos		
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Operações de Crédito	9.205	--	9.616	--	411	9.205
Hedge de Captações	--	10.200	--	11.591	(1.391)	10.200
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	24.677	--	25.857	--	1.180	26.866
Total	33.882	10.200	35.473	11.591	200	46.271

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

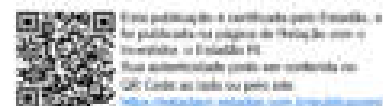
No período, o montante de R\$ 24.447 foi revogado do relacionamento de hedge, cuja parcela efetiva é de R\$ 587, sem efeito no resultado por se tratar de um hedge de risco de mercado de Títulos Disponíveis para Venda.

Instrumentos de Hedge	31/12/2021						31/12/2020						
	Valor Nominal	Valor Contábil (1)		Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Instrumentos de Hedge	Valor Nominal	Valor Contábil (1)		Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Instrumentos de Hedge	Valor Nominal	Valor Contábil (1)	
		Ativos	Passivos				Ativos	Passivos				Ativos	Passivos
Risco de Taxa de Juros													
Swaps	24.689	2	10.130	15	(4)	23.985	2.871	--	750	(19)	23.409	--	7.164
Outros Derivativos	2.491	--	7.164	1.700	--	22.286	--	21.336	(969)	--	2.491	--	13.347
Futuros	23.409	--	13.347	(277)	(8)	--	--	--	--	--	23.409	--	13.347
Total	50.589	2	30.641	1.438	(12)	46.271	2.871	21.336	(219)	(19)	46.271	2.871	21.336

(1) Registrado na rubrica Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de swaps de taxa de juros. Os objetos de hedge são relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento, taxa fixa e denominadas em euros e dólares americanos, emitidos por controladas no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.





Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

II - Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco (continuação)

	31/12/2021									31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		Total
	Operações em Curso Anormal (1) (2)										
Parcelas Vencidas.....	--	--	680	944	1.262	1.295	1.519	3.016	7.381	16.097	13.505
01 a 14.....	--	--	10	44	35	31	32	29	103	284	222
15 a 30.....	--	--	643	145	120	113	107	74	193	1.395	1.007
31 a 60.....	--	--	27	720	277	225	172	125	348	1.894	1.810
61 a 90.....	--	--	--	24	768	131	289	130	312	1.654	1.437
91 a 180.....	--	--	--	11	62	745	845	2.542	1.123	5.328	3.202
181 a 365.....	--	--	--	--	--	50	74	116	5.020	5.260	5.538
Acima de 365 dias.....	--	--	--	--	--	--	--	--	282	282	289
Subtotal (a).....	--	--	2.671	3.482	3.329	2.918	3.158	4.695	11.929	32.182	27.566
Subtotal - 31/12/2020.....	--	--	2.023	2.780	3.705	2.381	2.848	2.760	11.069	32.182	27.566
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas.....	422.728	216.516	72.500	46.392	12.378	3.709	3.609	3.125	3.363	784.320	680.146
01 a 30.....	31.188	48.152	9.153	7.106	2.513	329	382	188	630	99.641	78.053
31 a 60.....	34.125	23.047	4.544	2.698	544	133	129	115	251	65.586	52.351
61 a 90.....	21.303	14.648	4.070	2.392	435	165	329	114	179	43.635	40.074
91 a 180.....	44.120	29.858	8.927	5.361	1.010	324	274	145	335	90.354	83.715
181 a 365.....	57.955	30.042	10.772	7.383	1.553	711	641	395	435	109.887	93.285
Acima de 365 dias.....	234.037	70.769	35.034	21.452	6.323	2.047	1.854	2.168	1.533	375.217	332.668
Parcelas Vencidas até 14 dias.....	865	1.057	154	180	104	51	74	31	56	2.572	2.841
Subtotal (b).....	423.593	217.573	72.654	46.572	12.482	3.760	3.683	3.156	3.419	786.892	682.987
Subtotal - 31/12/2020.....	340.273	197.751	68.932	41.427	9.959	5.427	9.695	5.911	3.612	682.987	682.987
Total da Carteira (a + b).....	423.593	217.573	75.325	50.054	15.811	6.678	6.841	7.851	15.348	819.074	710.553
Provisão Existente.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)
Mínima.....	--	(1.087)	(750)	(1.487)	(1.551)	(1.997)	(3.401)	(5.337)	(15.348)	(30.958)	(33.662)
Garantias Financeiras Prestadas.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(818)	(754)
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	--	(17.155)	(17.742)
Provisão Existente Circulante.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.770)	(21.294)
Provisão Existente Não Circulante.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(28.161)	(30.864)
Total da Carteira em 31/12/2020.....	340.273	197.751	70.955	44.207	13.664	7.808	12.543	8.671	14.681	710.553	710.553
Provisão Existente em 31/12/2020.....	(2.042)	(1.867)	(1.286)	(5.282)	(6.095)	(3.299)	(8.185)	(8.667)	(14.681)	(52.158)	(52.158)
Mínima.....	--	(987)	(705)	(1.303)	(1.325)	(2.339)	(6.257)	(6.065)	(14.681)	(33.662)	(33.662)
Garantias Financeiras Prestadas.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(754)	(754)
Complementar (3).....	(2.042)	(880)	(581)	(3.979)	(4.770)	(960)	(1.928)	(2.602)	--	(17.742)	(17.742)

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

(2) O saldo das operações não atualizadas (Non Accrual) representam o montante de R\$ 23.938 (R\$ 19.925 em 31/12/2020).

(3) Relacionada a perdas esperadas e potenciais. Inclui provisão de Compromissos de Empréstimos.

III - Por Setores de Atividade

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Setor Público.....	3.488	0,4%	3.787	0,5%
Petroquímica e Química.....	648	0,1%	2.360	0,3%
Governo Estadual/Municipal.....	1.620	0,2%	1.125	0,2%
Diversos.....	1.220	0,1%	302	0,0%
Setor Privado.....	815.586	99,6%	706.766	99,5%
Pessoa Jurídica.....	395.597	48,3%	367.233	51,7%
Açúcar e Alcool.....	4.064	0,4%	4.569	0,6%
Agro e Fertilizantes.....	27.053	3,3%	22.640	3,2%
Alimentos e Bebidas.....	22.030	2,7%	21.043	3,0%
Bancos e Outras Instituições Financeiras.....	16.064	2,0%	14.279	2,0%
Bens de Capital.....	6.484	0,8%	5.011	0,7%
Celulose e Papel.....	3.721	0,5%	1.668	0,2%
Editorial e Gráfico.....	1.937	0,2%	1.628	0,2%
Eletroeletrônicos e TI.....	8.754	1,1%	7.596	1,1%
Embalagens.....	5.758	0,7%	3.196	0,4%
Energia e Saneamento.....	6.699	0,8%	9.007	1,3%
Ensino.....	3.287	0,4%	3.119	0,4%
Farmacêuticos & Cosméticos.....	9.294	1,1%	8.730	1,2%
Imobiliário.....	29.909	3,6%	29.457	4,1%
Lazer e Turismo.....	8.080	1,0%	8.409	1,2%
Madeira e Móveis.....	7.155	0,9%	4.969	0,7%
Materiais de Construção.....	6.479	0,8%	4.593	0,6%
Metalurgia e Siderurgia.....	11.816	1,4%	10.199	1,5%
Mídia.....	700	0,1%	734	0,1%
Mineração.....	5.510	0,7%	5.329	0,8%
Obras de Infra-Estrutura.....	9.470	1,2%	10.904	1,5%
Petróleo e Gás (*).....	9.504	1,2%	7.223	1,0%
Petroquímica e Química.....	12.754	1,6%	12.764	1,8%
Saúde.....	5.612	0,7%	5.005	0,7%
Seguros, Resseguros e Previdência.....	95	0,0%	54	0,0%
Telecomunicações.....	2.665	0,3%	2.823	0,4%
Terceiro Setor.....	3.534	0,4%	3.656	0,5%
Tradings.....	3.484	0,4%	2.589	0,4%
Transportes.....	30.073	3,7%	25.809	3,7%
Utilidades Domésticas.....	3.399	0,4%	2.894	0,4%
Veículos e Auto-peças.....	15.853	1,9%	16.530	2,4%
Vestuário e Calçados.....	6.277	0,8%	5.277	0,7%
Comércio - Diversos.....	30.890	3,8%	26.849	3,8%
Indústria - Diversos.....	13.156	1,6%	10.982	1,5%
Serviços - Diversos.....	47.263	5,8%	48.578	6,9%
Diversos.....	16.774	2,0%	19.120	2,7%
Pessoa Física.....	419.989	51,3%	339.533	47,8%
Cartão de Crédito.....	120.154	14,7%	93.102	13,1%
Crédito Imobiliário.....	129.894	15,8%	96.603	13,6%
CDC/Conta Corrente.....	140.042	17,1%	126.345	17,8%
Veículos.....	29.899	3,7%	23.483	3,3%
Total.....	819.074	100,0%	710.553	100,0%

(*) Contempla comércio de combustíveis.

IV - Garantias Financeiras Prestadas, por Tipo

Tipo de Garantia.....	31/12/2021		31/12/2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal.....	26.346	(189)	27.190	(188)
Fianças Bancárias Diversas.....	34.036	(351)	26.448	(357)
Outras Garantias Financeiras Prestadas.....	10.112	(193)	8.248	(153)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública.....	5.698	(6)	1.445	(1)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras.....	3.422	(44)	3.543	(27)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias.....	2.120	(33)	1.295	(26)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias.....	1.176	(2)	764	(2)
Total.....	82.910	(818)	68.933	(754)

b) Concentração de Crédito

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (*)	31/12/2021		31/12/2020	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor.....	6.414	0,7	7.243	0,9
10 Maiores Devedores.....	33.694	3,7	37.863	4,9
20 Maiores Devedores.....	49.541	5,5	54.812	7,0
50 Maiores Devedores.....	79.402	8,8	83.438	10,7
100 Maiores Devedores.....	111.115	12,3	112.334	14,4

(*) Os valores incluem Garantias Financeiras Prestadas.

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos de Empresas e Instituições Financeiras (*)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor.....	15.941	1,4	13.145	1,4
10 Maiores Devedores.....	64.570	5,8	73.609	7,8
20 Maiores Devedores.....	97.046	8,8	107.100	11,3
50 Maiores Devedores.....	158.886	14,4	164.323	17,3
100 Maiores Devedores.....	217.114	19,6	214.907	22,6

(*) Os valores incluem Garantias Financeiras Prestadas.

g) Programas Governamentais para Concessão de Crédito

Níveis de Risco	31/12/2021							Total	31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F		
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE).....	278	196	329	561	355	27	46	45	1.992
Provisão Existente (1).....	--	--	(1)	(3)	(5)	(1)	(3)	(5)	(23)
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).....	4.054	939	87	61	38	7	17	16	5.236
Provisão Existente (2).....	--	(5)	(1)	(2)	(4)	(2)	(8)	(12)	(50)
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC-FGI).....	10.447	1.026	1.121	237	161	122	109	63	13.351
Provisão Existente (2).....	--	(5)	(11)	(7)	(16)	(37)	(55)	(44)	(240)

(1) Provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, ou seja, 15% da carteira de crédito.

(2) Provisão considera a contagem em dobro dos prazos de atraso, para fins de classificação nos níveis de risco.

c) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial - 01/01.....	(52.158)	(39.747)
Constituição Líquida do Período.....	(18.484)	(30.140)
Mínima.....	(19.007)	(22.526)
Garantias Financeiras Prestadas.....	(64)	105
Complementar (1).....	587	(7.719)
Write-Off.....	18.214	20.083
Outros.....	3.497	(2.354)
Saldo Final (2).....	(48.931)	(52.158)
Mínima.....	(30.958)	(33.662)
Garantias Financeiras Prestadas.....	(818)	(754)
Complementar (3).....	(17.155)	(17.742)
Provisão Existente.....	(48.931)	(52.158)
Provisão Atraso.....	(13.733)	(10.618)</



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

NOTA 7 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	402.930	52.259	38.563	356.620	850.372	809.010
Captações no Mercado Aberto	258.004	2.627	725	9.695	271.051	280.541
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.310	18.077	16.235	106.516	143.138	136.638
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.386	30.470	29.627	29.522	97.005	83.200
Dívidas Subordinadas	--	7.105	14.098	53.833	75.036	74.916
Total	670.630	110.538	99.248	556.186	1.436.602	1.384.305
% por prazo de vencimento	46,7	7,7	6,9	38,7	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	637.414	134.110	109.034	503.747	1.384.305	
% por prazo de vencimento	46,0	9,7	7,9	36,4	100,0	

b) Depósitos

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos Remunerados	243.986	52.259	38.563	356.620	691.428	674.134
De Poupança	190.601	--	--	--	190.601	179.470
Interfinanceiros	822	1.334	1.334	286	3.776	3.430
A Prazo	52.563	50.925	37.229	356.334	497.051	491.234
Depósitos não Remunerados	158.944	--	--	--	158.944	134.876
À Vista	158.116	--	--	--	158.116	134.805
Outros Depósitos	828	--	--	--	828	71
Total	402.930	52.259	38.563	356.620	850.372	809.010
% por prazo de vencimento	47,4	6,2	4,5	41,9	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	370.604	80.456	59.955	297.995	809.010	
% por prazo de vencimento	45,8	9,9	7,4	36,9	100,0	

c) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Carteira Própria	100.786	1.151	648	81	102.666	48.470
Títulos Públicos	74.728	1	17	--	74.746	24.032
Títulos Privados	24.862	815	--	--	25.677	20.773
Emissão Própria	--	1	--	20	21	1.985
Exterior	1.196	334	631	61	2.222	1.680
Carteira de Terceiros	115.511	--	--	--	115.511	156.602
Carteira Livre Movimentação	41.707	1.476	77	9.614	52.874	75.469
Total	258.004	2.627	725	9.695	271.051	280.541
% por Prazo de Vencimento	95,1	1,0	0,3	3,6	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	250.035	3.001	1.962	25.543	280.541	
% por Prazo de Vencimento	89,1	1,1	0,7	9,1	100,0	

d) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.871	16.139	11.893	49.518	79.421	73.108
Letras Financeiras	1.093	12.313	6.904	3.749	24.059	43.589
Letras de Crédito Imobiliário	555	1.503	1.570	7.035	10.663	4.205
Letras de Crédito do Agronegócio	214	2.242	1.886	9.359	13.701	14.285
Letras Imobiliárias Garantidas	9	81	1.533	29.375	30.998	11.029
Obrigações por TVM no Exterior	422	1.895	4.259	56.384	62.960	62.571
Brazil Risk Note Programme	37	574	412	11.985	13.008	13.048
Structure Note Issued	216	614	1.079	4.867	6.776	6.220
Bônus	--	408	2.319	30.378	33.105	31.939
Fixed Rate Notes	86	--	--	5.581	5.667	6.685
Eurobonds	2	--	--	60	62	53
Hipotecárias	--	--	6	152	158	223
Outros	81	299	443	3.361	4.184	4.403
Captação por Certificados de Operações Estruturadas (*)	17	43	83	614	757	959
Total	2.310	18.077	16.235	106.516	143.138	136.638
% por prazo de vencimento	1,6	12,7	11,3	74,4	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	1.978	20.477	19.872	94.311	136.638	
% por prazo de vencimento	1,5	15,0	14,5	69,0	100,0	

(*) O valor justo da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitidas é de R\$ 790 (R\$ 1.018 em 31/12/2020).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Brazil Risk Note Programme no montante de R\$ 8.754 (R\$ 7.898 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias.

Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de Emissão de LIG", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itaou.com.br/relacoes-com-investidores, na seção resultados e relatórios/documentos regulatórios/letra imobiliária garantida.

I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,01% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Mais detalhes estão disponíveis do Demonstrativo da Carteira de Ativos - DCA, na seção resultados e relatórios/documentos regulatórios/letra imobiliária garantida.

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Imobiliários	42.362	12.286
Títulos Públicos - Brasil	1.147	2
Total da Carteira de Ativos	43.509	12.288
Total da Carteira de Ativos Ajustada	43.509	12.287
Obrigações por Emissão de LIGs	30.998	11.029
Remuneração do Agente Fiduciário	2	1
II - Requisitos da Carteira de Ativos		
Composição	31/12/2021	31/12/2020
Suficiência	97,4%	100,0%
Valor Nominal	140,4%	111,4%
Valor Presente sob Estresse	117,4%	111,5%
Prazo Médio Ponderado		
Da Carteira de Ativos	149,0 meses	138,8 meses
Das LIGs em Circulação	45,6 meses	47,1 meses
Liquidez		
Ativos Líquidos	1.147	2

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Empréstimos	7.095	28.829	27.630	22.675	86.229	71.744
no País	1.770	--	--	--	1.770	1.809
no Exterior (*)	5.325	28.829	27.630	22.675	84.459	69.935
Repasses - do País - Instituições Oficiais	291	1.641	1.997	6.847	10.776	11.456
BNDES	151	766	982	3.745	5.644	6.779
FINAME	134	642	772	2.640	4.188	3.947
Outros	6	233	243	462	944	730
Total	7.386	30.470	29.627	29.522	97.005	83.200
% por prazo de vencimento	7,6	31,4	30,6	30,4	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	8.140	30.176	21.777	23.107	83.200	
% por prazo de vencimento	9,8	36,3	26,2	27,7	100,0	

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

a) Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios não Ganhos (PPNG)	2.846	2.298	12	12	--	--	2.858	2.310
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	19	17	209.196	215.216	--	--	209.215	215.233
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	19	16	358	332	--	--	377	348
Excedente Financeiro (PEF)	1	2	691	655	--	--	692	657
Sinistros a Liquidar (PSL)	506	515	79	68	--	--	585	583
Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	334	294	27	22	--	--	361	316
Despesas Relacionadas (PDR) e Administrativas (PDA)	29	29	65	88	--	1	94	118
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	--	--	--	--	3.238	3.453	3.238	3.453
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	--	--	--	--	9	11	9	11
Outras Provisões	129	132	--	308	--	--	129	440
Total Provisões Técnicas (a)	3.883	3.303	210.428	216.701	3.247	3.465	217.558	223.469
Circulante	3.102	2.537	541	526	3.247	3.465	6.890	6.528
Não Circulante	781	766	209.887	216.175	--	--	210.668	216.941

f) Dívidas Subordinadas, inclusive perpétuas

	31/12/2021				31/12/2020	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras Financeiras	--	110	6.316	13.639	20.065	13.196
Euronotes	--	6.996	7.748	32.674	47.418	53.818
(-) Custo de transação incorrido (Nota 3b)	--	(1)	(2)	(6)	(9)	(19)
Bônus	--	--	36	7.526	7.562	7.921
Total Geral	--	7.105	14.098	53.833	75.036	74.916
% por prazo de vencimento	0,0	9,5	18,8	71,7	100,0	100,0
Total - 31/12/2020	6.657	--	5.468	62.791	74.916	
% por prazo de vencimento	8,9	0,0	7,3	83,8	100,0	

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a carteira é composta por Euronotes Subordinados sem montante no período atual (R\$ 6.661 em 31/12/2020) com vencimento até 30 dias, R\$ 7.087 (sem montante em 31/12/2020) com vencimento de 31 a 180 dias, R\$ 7.842 (R\$ 5.468 em 31/12/2020) com vencimento de 181 a 365 dias e R\$ 32.741 (R\$ 41.770 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias, totalizando R\$ 47.670 (R\$ 53.899 em 31/12/2020) e Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$ 13.639 (R\$ 7.660 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2021		31/12/2020	
Letra Financeira Subordinada - BRL								
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	--	14		
	2.313	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	6.380	5.484		
	20	2012	2022	IGPM + 4,63%	44	38		
	2.146	2019	Perpétua	114% da SELIC	2.187	2.143		
	935	2019	Perpétua	SELIC + 1,17% a 1,19%	976	963		
	50	2019	2028	CDI + 0,72%	55	52		
	2.281	2019	2029	CDI + 0,75%	2.502	2.379		
	450	2020	2029	CDI + 2%	481	452		
	106	2020	2030	IPCA + 4,64%	125	109		
	1.556	2020	2030	CDI + 2%	1.664	1.		



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	187	322	969	179	368	573	1.524	1.074
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	2.326	1.964	210.455	218.351	3.014	3.056	215.795	223.371
Cotas de Fundos de PGBl/VGBl (1)	--	--	197.648	205.820	--	--	197.648	205.820
Títulos Públicos - Brasil.....	--	--	149.276	161.222	--	--	149.276	161.222
Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional.....	--	--	129.741	152.910	--	--	129.741	152.910
Compromissadas.....	--	--	19.535	8.312	--	--	19.535	8.312
Títulos Privados.....	--	--	36.712	33.263	--	--	36.712	33.263
Ações, Compromissadas, Debêntures, CDB e Notas Promissórias e Comerciais.....	--	--	28.887	18.814	--	--	28.887	18.814
Letras Financeiras.....	--	--	7.438	14.346	--	--	7.438	14.346
Outros.....	--	--	387	103	--	--	387	103
Cotas de Fundos de PGBl/VGBl.....	--	--	9.919	9.215	--	--	9.919	9.215
Demais Títulos (2).....	--	--	1.741	2.120	--	--	1.741	2.120
Outros Títulos Públicos e Privados.....	2.326	1.964	12.807	12.531	3.014	3.056	18.147	17.551
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros (3)	1.485	1.204	--	--	--	--	1.485	1.204
Direitos Creditórios.....	1.270	1.036	--	--	--	--	1.270	1.036
Outros Créditos.....	215	168	--	--	--	--	215	168
Total Recursos Garantidores (b)	3.998	3.490	211.424	218.530	3.382	3.629	218.804	225.649
Total Cobertura Excedente (b-a)	115	187	996	1.829	135	164	1.246	2.180

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBl e VGBl cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a).

(2) Inclui Instrumentos Financeiros Derivativos, Empréstimo de Ações e Contas a Receber/Pagar.

(3) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

NOTA 9 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** as provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, consequentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020 o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensões direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que especifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas e Outros Riscos

Segue abaixo a movimentação das provisões Cíveis, Trabalhistas e Outros Riscos:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.511	8.015	1.483	13.009	13.189	13.189
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)....	(216)	(950)	--	(1.166)	(1.196)	(1.196)
Subtotal	3.295	7.065	1.483	11.843	11.993	11.993
Atualização/Encargos.....	221	155	--	376	673	673
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	820	2.652	85	3.557	3.546	3.546
Constituição (*).....	1.176	2.888	119	4.183	4.025	4.025
Reversão.....	(356)	(236)	(34)	(626)	(479)	(479)
Pagamento.....	(1.244)	(2.532)	(10)	(3.786)	(4.369)	(4.369)
Subtotal	3.092	7.340	1.558	11.990	11.843	11.843
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)....	225	879	--	1.104	1.166	1.166
Saldo Final	3.317	8.219	1.558	13.094	13.009	13.009
Circulante	1.266	2.528	1.558	5.352	5.862	5.862
Não Circulante	2.051	5.691	--	7.742	7.147	7.147
Saldo Final em 31/12/2020	3.511	8.015	1.483	13.009		

(*) Inclui, na provisão trabalhista, efeitos da provisão para reestruturação (Nota 22e).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Obrigação Legal (Nota 11c)	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.569	3.241	6.810	8.266	8.266
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n).....	--	(71)	(71)	(68)	(68)
Subtotal	3.569	3.170	6.739	8.198	8.198
Atualização/Encargos.....	59	143	202	220	220
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	90	(82)	8	56	56
Constituição.....	100	80	180	142	142
Reversão.....	(10)	(162)	(172)	(86)	(86)
Pagamento.....	(366)	(157)	(523)	(1.735)	(1.735)
Subtotal	3.352	3.074	6.426	6.739	6.739
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n).....	--	72	72	71	71
Saldo Final	3.352	3.146	6.498	6.810	6.810
Circulante	--	10	10	65	65
Não Circulante	3.352	3.136	6.488	6.745	6.745
Saldo Final em 31/12/2020	3.569	3.241	6.810		

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 1.823: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.032;

• PIS e COFINS - Base de Cálculo - R\$ 641: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 628.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 4.903 (R\$ 4.470 em 31/12/2020), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 448 (R\$ 389 em 31/12/2020).

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 35.855 (R\$ 31.330 em 31/12/2020), sendo as principais discussões descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 8.119: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Despesas de Captação - R\$ 4.923: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo;

• ISS - Atividades Bancárias - R\$ 4.680: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias;

• IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R\$ 3.479: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos;

• PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação - R\$ 2.428: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.517: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;

• IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 1.233: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva;

c) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 888 (R\$ 919 em 31/12/2020) (Nota 10a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e são compostas, basicamente, por:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total	Total
Depósitos em Garantia (Nota 10a).....	1.427	1.990	8.847	12.264	12.693
Cotas de Fundos de Investimento.....	408	204	78	690	987
Fiança.....	70	48	3.997	4.115	4.012
Seguro Garantia.....	1.710	1.325	15.736	18.771	18.402
Garantia por Títulos Públicos.....	7	--	235	242	249
Total	3.622	3.567	28.893	36.082	36.343

NOTA 10 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio (Nota 10b).....	89.604	97.627
Negociação e Intermediação de Valores.....	17.465	28.254
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais (Nota 9d).....	12.264	12.693
Operações sem Características de Concessão de Crédito, liquidas de provisão.....	4.716	3.529
Rendas a Receber.....	3.344	3.092
Diversos no País.....	2.973	2.443
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros.....	1.565	1.322
Diversos no Exterior.....	621	717
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões (Nota 9c).....	888	919
Ativos de Planos de Benefícios Pós-Emprego (Nota 19e).....	493	585
Outros.....	1.908	1.242
Total	135.841	152.423

Circulante

116.940 **123.174**

Não Circulante

18.901 **29.249**

b) Carteira de Câmbio

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Outros Créditos (Nota 10a)	89.604	97.627
Câmbio Comprado a Liquidar - ME.....	49.597	49.592
Cambiais e Documentos a Prazo - ME.....	36	18
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN.....	40.615	48.334
(Adiantamentos Recebidos) - MN.....	(644)	(317)
Passivo - Outras Obrigações (Nota 2a e Nota 10d)	90.876	98.487
Câmbio Vendido a Liquidar - ME.....	40.864	49.522
Obrigações por Compras de Câmbio - MN.....	49.722	48.701
Outras.....	290	264
Contas de Compensação	3.949	3.624
Créditos Abertos para Importação - ME.....	2.238	2.057
Créditos de Exportação Confirmados - ME.....	1.711	1.567

c) Despesas Antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Propaganda e Publicidade.....	482	542
Comissões Vinculadas a Manutenção de Softwares.....	640	716
Comissões.....	265	268
Vinculadas a Operações de Crédito Consignado.....	32	38
Vinculadas a Seguros e Previdência.....	17	14
Vinculadas a Financiamento de Veículos.....	4	7
Outras.....	212	209
Despesa Operacional de Cartões de Crédito.....	292	



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

e) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Cartões de Crédito e Débito.....	16.049	13.812
Serviços de Conta Corrente.....	7.803	8.002
Administração de Recursos.....	7.754	7.694
Fundos.....	6.972	7.043
Consórcios.....	782	651
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas.....	2.859	2.566
Operações de Crédito.....	1.655	1.232
Garantias Financeiras Prestadas.....	1.204	1.334
Serviços de Recebimentos.....	2.020	1.897
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem.....	3.584	2.891
Serviços de Custódia.....	605	573
Outras.....	2.599	2.139
Total	43.273	39.574

f) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração.....	(10.276)	(10.204)
Participação dos Empregados nos Lucros.....	(5.579)	(4.079)
Benefícios Sociais.....	(4.376)	(4.125)
Encargos.....	(3.639)	(3.330)
Desligamento de Funcionários (*).....	(719)	(329)
Treinamento.....	(118)	(107)
Pagamento Baseado em Ações (Nota 15f).....	(129)	(241)
Total	(24.836)	(22.415)

(*) Inclui efeitos da provisão para reestruturação (Nota 22e).

g) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes.....	(7.356)	(7.237)
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(3.962)	(3.987)
Instalações.....	(3.138)	(3.261)
Depreciação e Amortização.....	(4.084)	(3.960)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.389)	(1.095)
Materiais.....	(465)	(321)
Viagens.....	(59)	(84)
Outras (*).....	(1.204)	(2.217)
Total	(21.657)	(22.162)

(*) Em 31/12/2020, contempla R\$ (1.047) referente às doações da iniciativa "Todos pela Saúde" (Nota 22d).

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Comercialização - Cartões de Crédito.....	(4.950)	(4.133)
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão.....	(955)	(656)
Amortização de Ágios.....	(503)	(497)
Perdas com Sinistros.....	(590)	(474)
Ressarcimento de Custos Interbancários.....	(394)	(314)
Redução ao Valor Recuperável (*).....	(478)	(2.559)
Outras.....	(2.818)	(1.955)
Total	(10.688)	(10.588)

(*) Em 31/12/2020, contempla os efeitos da redução ao valor recuperável de ágios e ativos intangíveis do Itaú CorpBanca, líquidos dos efeitos tributários e da participação dos acionistas não controladores totaliza R\$ (19).

NOTA 11 - TRIBUTOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%	PIS (1).....	0,65%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%	COFINS (1).....	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (2).....	25,00%	ISS até.....	5,00%

(1) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

(2) Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21): publicada em 15 de julho de 2021, dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos que passou a ser 25%. Para as empresas de seguro, de capitalização e demais financeiras passou a ser 20% e para as não financeiras permaneceu 9%. A majoração da alíquota é aplicada de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.823	6.983
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (1).....	(18.872)	(3.142)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto.....	815	378
Variação Cambial de Investimentos no Exterior.....	437	7.201
Juros sobre o Capital Próprio.....	2.889	2.765
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2).....	7.229	(16.872)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.502)	(9.670)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição/(Reversão) do Período.....	(5.892)	19.468
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	(5.892)	19.468
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.394)	9.798

(1) Considera que no 1º semestre de 2021 a alíquota vigente de IRPJ e CSLL é igual a 45% e, no 2º semestre de 2021, é igual a 50%.

(2) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total	%	Contribuição Social a Compensar		%	Obrigações Fiscais Diferidas		%	Tributos Diferidos Líquidos		%
		%		%				%			%			%	
2022	15.448	28,3%	613	16,9%	16.061	27,5%	--	0,0%	(146)	5,0%	15.915	28,7%			
2023	17.326	31,7%	667	18,4%	17.993	30,9%	--	0,0%	(309)	10,6%	17.684	31,9%			
2024	10.724	19,6%	558	15,4%	11.282	19,3%	--	0,0%	(55)	1,9%	11.227	20,2%			
2025	2.102	3,8%	298	8,2%	2.400	4,1%	--	0,0%	(37)	1,3%	2.363	4,3%			
2026	2.004	3,7%	304	8,4%	2.308	4,0%	--	0,0%	(94)	3,2%	2.214	4,0%			
acima de 2026	7.077	12,9%	1.186	32,7%	8.263	14,2%	65	100,0%	(2.263)	78,0%	6.065	10,9%			
Total	54.681	100,0%	3.626	100,0%	58.307	100,0%	65	100,0%	(2.904)	100,0%	55.468	100,0%			
Valor Presente (*)	48.773		3.096		51.869		52		(2.256)		49.665				

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Em 31/12/2021, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 1.909 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo (R\$ 780 em 31/12/2020).

c) Obrigações Fiscais Correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar.....	3.401	3.455
Demais Impostos e Contribuições a Pagar.....	3.453	2.333
Obrigações Legais (Nota 9b II).....	3.352	3.569
Total	10.206	9.357
Circulante	6.662	5.374
Não Circulante	3.544	3.983

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo das Obrigações Fiscais Correntes totaliza R\$ 124 (R\$ 92 em 31/12/2020) e está representado basicamente por Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 108 (R\$ 76 em 31/12/2020).

NOTA 12 - INVESTIMENTO - MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - ITAÚ UNIBANCO HOLDING (1)

Empresas	Saldos em 31/12/2020						Movimentação de 01/01 a 31/12/2021						Saldo em 31/12/2021					
	Valor Patrimonial		Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional		Ajuste a Critério da Investidora		Dividendos Pagos/ Provisionados		Resultado não Realizado e Outros		Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional		Resultado de Participações em Controladas					
	Moeda Funcional	Patrimônio Líquido	Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste a Critério da Investidora (2)	Resultado não Realizado	Ágio Total	Amortização de Ágio	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Ajuste a Critério da Investidora (2)	Resultado não Realizado e Outros	Total (4)	Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros	Eventos Societários (5)	Saldos em 31/12/2021	de 01/01 a 31/12/2020		
No País		125.351	1.366	862	(82)	--	127.497	--	(7.630)	25.008	(112)	(613)	24.283	(9.744)	132.747	17.508		
Itaú Unibanco S.A.....		109.693	1.368	786	(43)	--	111.804	--	(5.657)	20.861	(102)	(625)	20.134	(363)	(866)	(9.499)	115.553	15.277
Banco Itaúcard S.A.....		9.718	1	6	(40)	--	9.685	--	(793)	2.188	(1)	20	2.207	--	(301)	--	10.798	478
Banco Itaú BBA S.A.....		1.889	(3)	60	--	--	1.946	--	(316)	1.060	(7)	--	1.053	(1)	(128)	--	2.554	912
Itaú Corretora de Valores S.A.....		1.862	--	10	1	--	1.873	--	(144)	548	(2)	(1)	545	--	2	(5)	2.271	479
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.....		2.189	--	--	--	--	2.189	--	(703)	266	--	--	266	(1)	(1)	(670)	1.080	362
Outras Participações.....		--	--	--	--	--	--	--	(17)	85	--	--	78	--	--	430	491	--



Este documento é controlado pelo Itaú Unibanco e sua validade é garantida pelo sistema de segurança de dados do Itaú Unibanco. Para obter mais informações, consulte o site www.itaunet.com.br.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

(continuação)

Empresas	Saldos em 31/12/2020								Movimentação de 01/01 a 31/12/2021									
	Valor Patrimonial				Resultado de Participações em Controladas				Resultado de Participações em Controladas				Resultado de Participações em Controladas					
	Moeda Funcional	Patrimônio Líquido	Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste a Critério da Investidora (2)	Resultado não Realizado	Ágio	Total	Amortização de Ágio	Dividendos Pagos/Provisionados (3)	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Ajuste a Critério da Investidora (2)	Resultado não Realizado e Outros	Total (4)	Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros (5)	Eventos Societários (5)	Saldos em 31/12/2021	Resultado de Participações em Controladas de 01/01 a 31/12/2020
No Exterior		5.288	1.530	--	(10)	237	7.045	(45)	(122)	1.277	--	(75)	1.202	(447)	155	1.606	9.394	(442)
Itaú CorpBanca	Peso Chileno	2.474	992	--	--	237	3.703	(45)	--	317	--	28	345	(418)	68	2.016	5.669	(1.035)
Banco Itaú Uruguay S.A.	Peso Uruguai	2.261	87	--	--	--	2.348	--	--	396	--	1	397	30	(22)	--	2.753	520
Outras Participações (6)		553	451	--	(10)	--	994	--	(122)	564	--	(104)	460	(59)	109	(410)	972	73
Total Geral		130.639	2.896	862	(92)	237	134.542	(45)	(7.752)	26.285	(112)	(688)	25.485	(812)	(1.139)	(8.138)	142.141	17.066

(1) O Itaú Unibanco Holding S.A. - Cayman Branch, consolidado nessas demonstrações contábeis tem sua moeda funcional igual à da controladora. A variação cambial desse investimento é de R\$ 131 (R\$ 390 de 01/01 a 31/12/2020) e está alocado na rubrica de Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros e Derivativos.

(2) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora.

(3) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendas a Receber.

(4) A variação cambial dos investimentos indiretos em moeda funcional igual à da controladora corresponde a R\$ 1.799 (R\$ 16.241 de 01/01 a 31/12/2020).

(5) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

(6) Em 31/05/2021 ocorreu a cisão do investimento na XP Inc. (Nota 2d).

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital (%) em 31/12/2021	
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Votante	Social
No País								
Itaú Unibanco S.A.	69.873	115.509	20.861	3.390.407.265	3.283.608.963	--	100,00%	100,00%
Banco Itaúcard S.A.	4.812	10.821	2.188	237.962.639.781	1.277.933.118	--	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.	946	2.554	1.060	4.474.435	4.474.436	--	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	922	2.271	548	27.482.523	811.503	--	99,99%	99,99%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	656	1.080	266	548.954	1.097.907	--	100,00%	100,00%
No Exterior								
Itaú CorpBanca	17.642	20.780	1.341	256.035.852.654	--	--	26,30%	26,30%
Banco Itaú Uruguay S.A.	559	2.752	396	4.465.133.954	--	--	100,00%	100,00%

NOTA 13 - IMOBILIZADO

Imobilizado (1)	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Redução ao Valor			Residual	Residual	Custo/Valor de Mercado	31/12/2021	
			Depreciação	Recuperável	Residual				Ordinárias	Preferenciais
Imóveis		6.796	(3.910)	(110)	2.776	2.947				
Terrenos	--	855	--	--	855	871				
Edificações e Benfeitorias	4% a 10%	5.941	(3.910)	(110)	1.921	2.076				
Outras Imobilizações		14.177	(10.499)	(37)	3.641	3.546				
Instalações e Mobiliário	10% a 20%	3.114	(2.318)	(10)	786	924				
Sistemas de Processamento de Dados	20% a 50%	8.817	(6.983)	(27)	1.807	1.768				
Outros (2)	10% a 20%	2.246	(1.198)	--	1.048	854				
Total		20.973	(14.409)	(147)	6.417	6.493				

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 3, realizáveis até 2022.

(2) Outros referem-se às tratativas de Imobilizações em Curso e demais Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte.

NOTA 14 - ÁGIO E INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Ágio e Intangíveis de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros					Outros Ativos Intangíveis (1)	Total
		Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis (1)	Total			
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10% a 20%			
Custo								
Saldo em 31/12/2020	14.041	2.812	6.301	7.664	3.220	34.038		
Aquisições (3)	--	5	738	3.511	3.413	7.667		
Distratos/Baixas	(61)	--	(63)	(13)	(200)	(337)		
Variação Cambial	(895)	(155)	(238)	--	(19)	(1.307)		
Outros (4)	--	(15)	(562)	(5)	--	(582)		
Saldo em 31/12/2021	13.085	2.647	6.176	11.157	6.414	39.479		
Amortização								
Saldo em 31/12/2020	(7.742)	(1.339)	(3.527)	(3.288)	(1.394)	(17.290)		
Despesa de Amortização (2)	(1.190)	(109)	(801)	(942)	(791)	(3.833)		
Distratos/Baixas	61	--	26	10	200	297		
Variação Cambial	435	68	125	--	3	631		
Outros (4)	--	14	265	--	(1)	278		
Saldo em 31/12/2021	(8.436)	(1.366)	(3.912)	(4.220)	(1.983)	(19.917)		
Redução ao Valor Recuperável (Nota 10h)								
Saldo em 31/12/2020	(1.593)	(789)	(204)	(383)	--	(2.969)		
Constituição	--	--	--	(440)	--	(440)		
Baixas	--	--	33	--	--	33		
Variação Cambial	165	77	--	--	--	242		
Saldo em 31/12/2021	(1.428)	(712)	(171)	(823)	--	(3.134)		
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2021	3.221	569	2.093	6.114	4.431	16.428		
Saldo em 31/12/2020	4.706	684	2.570	3.993	1.826	13.779		

(1) Inclui valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(2) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações no montante de R\$ (860) (R\$ (594) de 01/01 a 31/12/2020), são divulgadas na rubrica Despesas de Intermediação Financeira.

(3) Outros Ativos Intangíveis: Inclui o efeito de R\$ 2.422 referente a aquisição em 16/07/2021 da gestão de Folha de pagamentos do Governo do Estado de Minas Gerais.

(4) Inclui reclassificações de licenças de Softwares necessários para colocar em uso sistemas de processamento de dados, no valor líquido de R\$ 327.

O Ágio e Intangíveis de Incorporação são representados, principalmente, pelo ágio do Itaú CorpBanca no montante de R\$ 2.714 (R\$ 3.707 em 31/12/2020).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu em 30 de junho de 2020 ajustes ao valor recuperável de ágios e ativos intangíveis relativos ao Itaú CorpBanca, nos montantes de R\$ 1.593 e R\$ 789. Foi considerado o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa (UGC) na qual o Itaú CorpBanca está alocado e os fluxos de caixa tiveram por base o resultado de junho de 2020 e projeções internas do resultado até 2025.

O ajuste ao valor recuperável foi decorrente das condições econômicas em 30 de junho de 2020, da capitalização de mercado do Itaú CorpBanca, das taxas de desconto aplicáveis e outras alterações nas variáveis impulsionadas pela atual situação macroeconômica incerta que, quando combinadas, resultaram em um valor de UGC inferior ao seu valor contábil. As taxas de desconto utilizadas para o teste de valor recuperável foram de 10,4% para as operações do Chile e 12,3% para as operações da Colômbia determinadas pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 5,2% a.a. e 6,5% a.a. para o Chile e Colômbia, respectivamente. As premissas mais sensíveis são o custo de capital e a taxa de crescimento na perpetuidade.

A redução ao valor recuperável foi reconhecida em Outras Despesas Operacionais (Nota 10h), na Demonstração do Resultado Consolidado.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 9.804.135.348 ações escriturais sem valor nominal, sendo 4.958.290.359 ações ordinárias e 4.845.844.989 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

	31/12/2021			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor
Residentes no País em 31/12/2020	4.929.824.281	1.820.159.657	6.749.983.938	66.885
Residentes no Exterior em 31/12/2020	28.466.078	3.025.685.332	3.054.151.410	30.263
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2020	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2021 (2)	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	90.729
Residentes no País em 31/12/2021	4.929.997.183	1.771.808.645	6.701.805.828	62.020
Residentes no Exterior em 31/12/2021	28.293.176	3.074.036.344	3.102.329.520	28.709
Ações em Tesouraria em 31/12/2020 (1)	--	41.678.452	41.678.452	(907)
Resultado da entrega de Ações em Tesouraria	--	(17.433.727)	(17.433.727)	379
Ações em Tesouraria em 31/12/2021 (1)	--	24.244.725	24.244.725	(528)
Em Circulação em 31/12/2021	4.958.290.359	4.821.600.264	9.779.890.623	
Em Circulação em 31/12/2020	4.958.290.359	4.804.166.537	9.762.456.896	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Cisão Parcial (Nota 2d).

Abaixo, custo médio do estoque das ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em reais. Em 2021, não houve aquisição de ações em tesouraria.

	31/12/2021	
	Ordinárias	Preferenciais
Custo médio	--	21,76
Valor de Mercado em 31/12/2021	19,09	20,95

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Em 14/10/2021 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, em substituição ao dividendo mensal de novembro e de dezembro, no valor líquido de R\$ 0,015 por ação, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada nos dias 29 de outubro de 2021 e 30 de novembro de 2021. Adicionalmente, também foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, no valor líquido R\$ 0,224868 por ação, o que resulta no montante total de R\$ 2.199 milhões a ser distribuído líquido de impostos.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

	31/12/2021
Lucro Líquido Individual Estatutário	26.236

Ajustes:

(-) Reserva Legal - 5%..... (1.312)

Base de Cálculo do Dividendo..... **24.924**

Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%..... 6.231

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados..... **6.231**

II - Remuneração aos Acionistas

	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados		4.179	(407)	3.772
Dividendos - 10 parcelas mensais pagas de fevereiro a novembro de 2021	0,0150	1.466	--	1.466
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em dezembro de 2021	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 26/08/2021	0,2207	2.540	(381)	2.159
Provisionados (Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias)		2.894	(435)	2.459
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 03/01/2022	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 26/11/2021 a serem pagos até 29/04/2022	0,2249	2.587	(388)	2.199
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 26/11/2021 a serem pagos até 29/04/2022	0,0116	134	(21)	113
Total de 01/01 a 31/12/2021		7.073	(842)	6.231
Total de 01/01 a 31/12/2020		4.988	(485)	4.503

c) Reservas de Capital e de Lucros - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de Capital	2.247	2.323
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Pagamento Baseado em Ações	1.962	2.038
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	55.165	39.126
Legal (1)	13.586	12.274
Estatutárias (2)	41.579	26.852



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 31/12/2021 Quantidade	01/01 a 31/12/2020 Quantidade
Saldo Inicial	36.291.760	39.305.211
Novos (1)	14.583.318	10.488.126
Entregues	(11.652.700)	(11.408.109)
Cancelados	(2.278.382)	(2.093.468)
Saldo Final	36.943.996	36.291.760
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,80	1,69
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	16,71	23,37

(1) Em decorrência da redução da participação minoritária na XP Inc. e posterior incorporação da XPart S.A. (Nota 2d), a partir de outubro de 2021 houve acréscimo na quantidade de ações ITUB4 a serem entregues nos planos de remuneração variável.

II - Remuneração Variável

Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 31/12/2021 Quantidade	01/01 a 31/12/2020 Quantidade
Saldo Inicial	27.407.231	20.220.934
Novos (1)	21.767.235	18.329.108
Entregues	(10.818.958)	(10.574.321)
Cancelados	(1.541.260)	(568.490)
Saldo Final	36.814.248	27.407.231
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,04	1,21
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	23,59	31,22

(1) Em decorrência da redução da participação minoritária na XP Inc. e posterior incorporação da XPart S.A. (Nota 2d), a partir de outubro de 2021 houve acréscimo na quantidade de ações ITUB4 a serem entregues nos planos de remuneração variável.

a) Transações com Partes Relacionadas:

	Taxa Anual	ITAÚ UNIBANCO HOLDING				Taxa Anual	ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO			
		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)			Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
		31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		65.744	66.250	3.298	3.382		2.301	18.539	84	63
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	1,57% a 6,61%	58.315	54.339	2.904	2.660	--	--	--	--	--
Outras	9,15%	7.429	11.911	394	722	2.301	18.539	84	63	63
Operações de Crédito		--	--	--	--		654	727	35	56
Dexco S.A.	--	--	--	--	--	CDI + 1,45%	546	515	31	19
Outras	--	--	--	--	--	100% CDI/2,5% a 6%	108	212	4	37
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		(93)	69	862	69		5.397	1.716	303	6
Fundos de Investimentos	--	(93)	69	859	69	--	183	107	34	14
Copagaz - Distribuidora de Gás S.A.	--	--	--	--	--	CDI + 1,7% a 2,95%	1.082	950	71	1
Itaú S.A.	--	--	--	--	--	CDI + 2% a 2,4%	1.200	771	74	1
Águas do Rio 4 SPE S.A.	--	--	--	--	--	CDI + 3,5%	1.574	--	60	--
Aegea Saneamento e Participações S.A.	--	--	--	--	--	CDI + 1,5% a 2,9%	844	--	34	--
Outras	--	--	--	--	--	CDI + 3,5%	514	(112)	30	(10)
Depósitos		--	--	3	--		--	--	(2)	(1)
Outras	--	--	--	(9)	--	--	--	--	(2)	(1)
Captações no Mercado Aberto		--	--	--	--		(443)	(165)	(34)	(13)
Alpargatas S.A.	--	--	--	--	--	99% a 101% CDI	(22)	(107)	(1)	(11)
Dexco S.A.	--	--	--	--	--	82% a 99% CDI	(15)	(49)	(1)	(2)
Águas do Rio 4 SPE S.A.	--	--	--	--	--	99% CDI	(32)	--	(3)	--
Águas do Rio 1 SPE S.A.	--	--	--	--	--	99% CDI	(13)	--	(1)	--
Aegea Saneamento e Participações S.A.	--	--	--	--	--	97% a 99,3% CDI	(158)	--	(5)	--
Outras	--	--	--	--	--	75% a 96% CDI	(203)	(9)	(23)	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(596)	(14)	--	--		--	--	--	--
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	--	(596)	(14)	--	--	--	--	--	--	--
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(191)	(66)	(22)	(14)		(273)	(26)	(122)	26
Instituto Unibanco	--	--	--	--	--	--	--	123	3	3
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	--	--	--	--	--	--	(78)	(93)	37	42
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	--	--	--	--	--	--	(8)	(46)	(4)	7
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	--	--	--	--	--	--	(5)	(9)	--	(45)
Itaú Corretora de Valores S.A.	(1)	(1)	(16)	(14)	--	--	--	--	--	--
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	(260)	(100)	--	1	--	--	--	--	--	--
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	--	--	--	--	--	(158)	(1)	(172)	7	--
Itaú Unibanco S.A.	76	35	--	--	--	--	--	--	--	--
Itaú S.A.	--	--	--	--	--	(10)	1	13	12	--
Águas do Rio 4 SPE S.A.	--	--	--	--	--	(20)	--	--	--	--
Águas do Rio 1 SPE S.A.	--	--	--	--	--	(12)	--	--	--	--
Outras	(6)	--	(6)	(1)	--	18	(1)	1	--	--
Aluguéis		--	--	--	2		--	--	(37)	(31)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	--	--	--	--	--	--	--	--	(34)	(28)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	--	--	--	--	--	--	--	--	(3)	(3)
Outras	--	--	--	--	2	--	--	--	--	--
Doações		--	(500)	500	(744)		--	(500)	--	(1.002)
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	--	--	(500)	500	(742)	--	--	(500)	--	(1.000)
Outras	--	--	--	--	(2)	--	--	--	--	(2)
Patrocínios		--	--	--	--		12	12	(14)	(16)
Associação Cubo Coworking Itaú	--	--	--	--	--	--	12	12	(14)	(16)

As operações com o Pessoal-Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentam Ativos de R\$ 100, Passivos de R\$ (6.136) e Resultado de R\$ (20) (R\$ 65, R\$ (6.623) em 31/12/2020 e R\$ (58) de 01/01 a 31/12/2020, respectivamente). Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R\$ (6) (R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2020) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Honorários	(460)	(578)
Participações no Lucro	(208)	(112)
Benefícios Pós-Emprego	(9)	(9)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(120)	(228)
Total	(797)	(927)

Os valores totais referentes a planos de pagamento baseado em ações, despesas de pessoal e benefícios pós-emprego encontram-se detalhadas nas Notas 15f, 10f e 19, respectivamente.

NOTA 17 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo (*)
Ativos				
Depósitos no Banco Central do Brasil	(a)	104.592	104.592	90.059
Aplicações no Mercado Aberto	(a)	168.455	168.455	238.933
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil	(a)	5.800	5.800	--
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(b)	69.661	69.831	55.553
Títulos para Negociação	(c)	329.640	329.640	381.598
Títulos Disponíveis para Venda	(c)	162.503	162.503	205.491
Títulos Mantidos até o Vencimento	(c)	145.307	144.830	48.857
Instrumentos Financeiros Derivativos	(c)	68.856	68.856	76.124
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(d)	819.074	820.183	710.553
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)		(44.147)	(44.147)	(47.908)
Outros Créditos - Diversos		157	157	6
Passivos				
Depósitos	(b)	850.372	850.277	809.010
Captações no Mercado Aberto	(a)	271.051	271.051	280.541
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(b)	143.138	143.057	136.638
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(b)	97.005	97.041	83.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	(c)	63.969	63.969	79.599
Dívidas Subordinadas	(b)	75.036	75.707	74.916

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (Nota 2b), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- As coligadas, controladas e controladas em conjunto não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Dexco S.A. (1), Copagaz - Distribuidora de Gás S.A., Aegea Saneamento e Participações S.A., Águas do Rio 1 SPE S.A., Águas do Rio 4 SPE S.A., Alpargatas S.A. e XP Inc. (Nota 2d).

- Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, destacando-se: Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A. e XP Inc. (Nota 2d).

- Previdências: Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, criados exclusivamente para seus colaboradores.

- Associações: Associação Cubo Coworking Itaú - entidade parceira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO que tem por objetivo incentivar e promover: a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócio alternativos e inovadores; a produção e a divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos pelas alternativas anteriores; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas como *startups*; a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelecimento de ecossistemas de empreendedorismo e *startups*.

- Fundações e Institutos mantidos por doações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa:

- **Fundação Itaú para a Educação e Cultura** - promove a educação, a cultura, a assistência social, a defesa e a garantia de direitos, bem como o fortalecimento da sociedade civil.

- **Instituto Unibanco** - apoia projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil.

- **Instituto Unibanco de Cinema** - promove a cultura em geral e permite o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla aceção, sobretudo os de produção brasileira.

- **Associação Itaú Viver Mais** - presta serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu regulamento interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde.

(1) Nova denominação social da Duratex S.A.



Este documento é controlado pelo Itaú Unibanco e pode conter informações sigilosas. Não compartilhe este documento com terceiros. Para mais informações, consulte o site www.itaunet.com.br.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo.

	31/12/2021			31/12/2020				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos para Negociação	116.494	213.102	44	329.640	162.570	218.960	68	381.598
Títulos Públicos - Brasil	100.776	1.979	--	102.755	146.810	6.836	--	153.646
Letras Financeiras do Tesouro.....	23.888	--	--	23.888	30.111	--	--	30.111
Letras do Tesouro Nacional.....	29.614	--	--	29.614	75.448	--	--	75.448
Notas do Tesouro Nacional.....	44.893	1.979	--	46.872	38.199	6.836	--	45.035
Títulos da Dívida Externa Brasileira.....	2.381	--	--	2.381	3.052	--	--	3.052
Títulos Públicos - Outros Países	5.064	--	--	5.064	8.232	--	--	8.232
Argentina.....	931	--	--	931	1.482	--	--	1.482
Chile.....	378	--	--	378	843	--	--	843
Colômbia.....	1.059	--	--	1.059	3.603	--	--	3.603
Estados Unidos.....	2.599	--	--	2.599	2.085	--	--	2.085
Itália.....	--	--	--	--	130	--	--	130
México.....	19	--	--	19	5	--	--	5
Paraguai.....	10	--	--	10	3	--	--	3
Peru.....	7	--	--	7	4	--	--	4
Uruguai.....	61	--	--	61	77	--	--	77
Títulos de Empresas	10.654	13.475	44	24.173	7.528	6.304	68	13.900
Ações.....	2.852	--	--	2.852	3.055	348	--	3.403
Certificados de Depósito Bancário.....	--	182	--	182	--	219	--	219
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	--	135	--	135	--	68	--	68
Cotas de Fundos	652	9.360	--	10.012	576	3.944	--	4.520
Direitos Creditórios.....	--	6.916	--	6.916	--	2.524	--	2.524
Renda Fixa.....	33	2.120	--	2.153	33	1.343	--	1.376
Renda Variável.....	619	324	--	943	543	77	--	620
Debêntures.....	1.717	1.478	36	3.231	1.695	784	--	2.479
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados.....	5.433	--	8	5.441	2.202	--	--	2.202
Letras Financeiras.....	--	1.632	--	1.632	--	802	--	802
Notas Promissórias e Comerciais.....	--	230	--	230	--	--	--	--
Outros.....	--	458	--	458	--	207	--	207
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	--	197.648	--	197.648	--	205.820	--	205.820
Títulos Disponíveis para Venda	89.187	71.031	2.285	162.503	133.115	68.950	3.426	205.491
Títulos Públicos - Brasil	39.760	5.556	140	45.456	70.573	1.117	184	71.874
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.947	--	--	3.947	18	--	--	18
Letras do Tesouro Nacional.....	3.168	--	--	3.168	24.560	--	--	24.560
Notas do Tesouro Nacional.....	28.105	5.556	--	33.661	32.455	1.117	--	33.572
Tesouro Nacional/Securitização.....	--	--	140	140	--	--	184	184
Títulos da Dívida Externa Brasileira.....	4.540	--	--	4.540	13.540	--	--	13.540
Títulos Públicos - Outros Países	37.135	--	--	37.135	44.193	8.806	--	52.999
Argentina.....	405	--	--	405	15	--	--	15
Chile.....	15.269	--	--	15.269	22.388	--	--	22.388
Colômbia.....	1.847	--	--	1.847	3.986	--	--	3.986
Coreia.....	--	--	--	--	--	3.936	--	3.936
Espanha.....	--	--	--	--	--	4.870	--	4.870

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor Justo em 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Títulos para Negociação	68						44	(4)
Títulos de Empresas	68	(151)	--	495	(265)	(103)	44	(4)
Certificado de Recebíveis Imobiliários.....	68	(5)	--	220	(175)	(108)	--	--
Debêntures.....	--	(136)	--	251	(84)	5	36	(2)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados.....	--	(10)	--	24	(6)	--	8	(2)
Títulos Disponíveis para Venda	3.426	(656)	246	1.009	(406)	(1.334)	2.285	(471)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	184	(23)	(21)	--	--	--	140	30
Títulos de Empresas	3.242	(633)	267	1.009	(406)	(1.334)	2.145	(501)
Cédula do Produtor Rural.....	64	(18)	(3)	88	(45)	(4)	82	(28)
Certificado de Recebíveis Imobiliários.....	1.010	(192)	(24)	361	(144)	(1.011)	--	--
Debêntures.....	2.168	(423)	294	560	(217)	(319)	2.063	(473)

	Valor Justo em 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Derivativos - Ativo	105	46	--	327	(284)	(42)	152	56
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber.....	93	26	--	56	(43)	(42)	90	90
Contratos de Opções.....	12	20	--	271	(241)	--	62	(34)
Derivativos - Passivo	(110)	72	--	(233)	148	(2)	(125)	(24)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar.....	(109)	8	--	(30)	22	(2)	(111)	(46)
Contratos de Opções.....	(1)	64	--	(203)	126	--	(14)	22

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível 3

Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	31/12/2021		31/12/2020	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(1,1)	(0,6)	(0,1)	(1,2)
	II	(27,5)	(13,9)	(1,7)	(28,9)
	III	(55,1)	(27,7)	(2,3)	(57,4)
Commodities, Índices e Ações	I	--	--	--	--
	II	--	--	--	--
Não Lineares	I	(56,5)	--	(8,3)	--
	II	(93,3)	--	(11,6)	--

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 18 - LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	24.988	18.909
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais.....	(106)	(106)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais.....	(109)	(109)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações	24.773	18.694
Ordinárias.....	12.563	9.498
Preferenciais.....	12.210	9.196
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações :		
Ordinárias.....	12.672	9.607
Preferenciais.....	12.316	9.302
Média ponderada das Ações em Circulação		
Ordinárias.....	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais.....	4.818.741.579	4.801.324.161
Lucro por Ação Básico - R\$		
Ordinárias.....	2,56	1,94
Preferenciais.....	2,56	1,94

	31/12/2021			31/12/2020				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Estados Unidos.....	4.591	--	--	4.591	3.750	--	--	3.750
México.....	12.389	--	--	12.389	10.227	--	--	10.227
Paraguai.....	1.459	--	--	1.459	2.947	--	--	2.947
Uruguai.....	1.175	--	--	1.175	880	--	--	880
Títulos de Empresas	12.292	65.475	2.145	79.912	18.349	59.027	3.242	80.618
Ações.....	704	4.169	--	4.873	1.316	2.990	--	4.306
Cédula do Produtor Rural.....	--	12.671	82	12.753	--	5.770	64	5.834
Certificados de Depósito Bancário.....	--	128	--	128	109	201	--	310
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	--	1.032	--	1.032	--	--	1.010	1.010
Cotas de Fundos de Renda Fixa.....	--	206	--	206	--	470	--	470
Debêntures.....	7.264	37.017	2.063	46.344	11.669	40.592	2.168	54.429
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados.....	4.312	453	--	4.765	5.255	148	--	5.403
Letras Financeiras.....	--	1.097	--	1.097	--	636	--	636
Notas Promissórias e Comerciais.....	--	7.257	--	7.257	--	7.222	--	7.222
Outros.....	12	1.445	--	1.457	--	998	--	998
Outros Créditos - Diversos	--	157	--	157	--	6	--	6
Outras Obrigações - Diversas	--	161	--	161	--	5	--	5

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo para os Ativos e Passivos de Instrumentos Financeiros Derivativos.

	31/12/2021			31/12/2020				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo	6	68.698	152	68.856	23	75.996	105	76.124
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber.....	--	37.923	90	38.013	--	45.926	93	46.019
Contratos de Opções.....	3	21.165	62	21.230	4	20.145	12	20.161
Contratos a Termo.....	--	2.941	--	2.941	--	1.959	--	1.959
Derivativos de Crédito.....	--	242	--	242	--	156	--	156
<i>NDF - Non Deliverable Forwards</i>	--	5.943	--	5.943	--	7.596	--	7.596
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos.....	3	484	--	487	19	214	--	233
Passivo	(3)	(63.841)	(125)	(63.969)	(22)	(79.467)	(110)	(79.599)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar.....	--	(34.535)	(111)	(34.646)	--	(



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográfica e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício Pós-Emprego.

A premissa demográfica mais relevante compreende a tabela de mortalidade e as premissas financeiras mais relevantes compreendem: taxa de desconto e inflação.

	31/12/2021	31/12/2020
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Taxa de Desconto (2)	9,46% a.a.	7,64% a.a.
Inflação (3)	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Corresponde a aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", aplicando-se um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(2) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(3) Refere-se a projeção de longo prazo estimada.

Os planos de aposentadoria patrocinados por controladas no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro:** o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- **Risco de Inflação:** grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- **Risco Biométrico:** planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial:

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

	31/12/2021				31/12/2020			Outros Benefícios Pós-Emprego		Total Montante Reconhecido (1.498)
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo		
Valor Início do Período	23.225	(20.662)	(3.642)	(1.079)	1.454	(951)	503	(922)	(1.498)	
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.722	(1.575)	(278)	(131)	41	(68)	(27)	(66)	(224)	
1 - Custo Serviço Corrente	--	(53)	--	(53)	--	--	--	--	(53)	
2 - Custo Serviço Passado	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
3 - Juros Líquidos (1)	1.722	(1.522)	(278)	(78)	104	(68)	36	(66)	(108)	
4 - Outras Despesas (2)	--	--	--	--	(63)	--	(63)	--	(63)	
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(1.764)	817	665	(282)	(725)	1.017	292	81	91	
5 - Efeito na Restrição do Ativo (4)	--	--	665	665	(484)	1.017	533	--	1.198	
6 - Remensurações	(1.766)	801	--	(965)	(241)	--	(241)	81	(1.125)	
Alterações de premissas demográficas	--	4	--	4	--	--	--	--	4	
Alterações de premissas financeiras	--	3.708	--	3.708	--	--	--	113	3.821	
Experiência do plano (3)	(1.766)	(2.911)	--	(4.677)	(241)	--	(241)	(32)	(4.950)	
7 - Variação Cambial	2	16	--	18	--	--	--	--	18	
Outros (8+9+10)	(1.271)	1.381	--	110	(323)	--	(323)	128	(85)	
8 - Recebimento por Destinação de Recursos (4)	--	--	--	--	(323)	--	(323)	--	(323)	
9 - Benefícios Pagos	(1.381)	1.381	--	--	--	--	--	128	128	
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	110	--	--	110	--	--	--	--	110	
Valor Final do Período	21.912	(20.039)	(3.255)	(1.382)	447	(2)	445	(779)	(1.716)	
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 10a)				48			445	--	493	
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 10d)				(1.430)			--	(779)	(2.209)	

	31/12/2020				31/12/2020			Outros Benefícios Pós-Emprego		Total Montante Reconhecido (1.029)
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo		
Valor Início do Período	22.732	(19.659)	(3.761)	(688)	1.475	(849)	626	(967)	(1.029)	
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.731	(1.578)	(287)	(134)	20	(65)	(45)	(76)	(255)	
1 - Custo Serviço Corrente	--	(80)	--	(80)	--	--	--	--	(80)	
2 - Custo Serviço Passado	--	(1)	--	(1)	--	--	--	--	(1)	
3 - Juros Líquidos (1)	1.731	(1.497)	(287)	(53)	112	(65)	47	(76)	(82)	
4 - Outras Despesas (2)	--	--	--	--	(92)	--	(92)	--	(92)	
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(75)	(669)	406	(338)	(41)	(37)	(78)	6	(410)	
5 - Efeito na Restrição do Ativo	--	--	406	406	--	(37)	(37)	--	369	
6 - Remensurações	(113)	(588)	--	(701)	(41)	--	(41)	6	(736)	
Alterações de premissas demográficas	--	(11)	--	(11)	--	--	--	--	(11)	
Alterações de premissas financeiras	--	13	--	13	--	--	--	12	25	
Experiência do plano (3)	(113)	(590)	--	(703)	(41)	--	(41)	(6)	(750)	
7 - Variação Cambial	38	(81)	--	(43)	--	--	--	--	(43)	
Outros (8+9)	(1.163)	1.244	--	81	--	--	--	115	196	
8 - Benefícios Pagos	(1.244)	1.244	--	--	--	--	--	115	115	
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	81	--	--	81	--	--	--	--	81	
Valor Final do Período	23.225	(20.662)	(3.642)	(1.079)	1.454	(951)	503	(922)	(1.498)	
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 10a)				82			503	--	585	
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 10d)				(1.161)			--	(922)	(2.083)	

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2021 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 7,64% a.a. (Em 01/01/2020 utilizou-se a taxa de desconto de 7,64% a.a.).

(2) Corresponde aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

(3) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

(4) Inclui os efeitos da destinação do excedente do fundo previdencial do plano Itaúbanco CD.

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas		Contribuições Efetuadas		
	2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		
Planos de Aposentadoria - FIU	34	43	45		
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	22	32	5		
Total	56	75	50		

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration (*)	Contribuições Efetuadas					
		2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031
Plano de Aposentadoria - FIU	9,80	1.050	943	984	1.025	1.072	5.862
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	9,10	594	614	634	652	667	3.541
Outros Benefícios Pós-Emprego	7,09	140	157	149	36	37	209
Total		1.784	1.714	1.767	1.713	1.776	9.612

(*) Duration média do passivo atuarial dos planos

h) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, anualmente são realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Principais Premissas	Planos BD e CV		Outros Benefícios Pós-Emprego			
	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) (*)	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) (*)
Taxa de Desconto						
Acréscimo de 0,5%.....	(835)	--	308	(24)	--	24
Decréscimo de 0,5%.....	905	--	(420)	27	--	(27)
Tábua de Mortalidade						
Acréscimo de 5%.....	(234)	--	87	(10)	--	10
Decréscimo de 5%.....	245	--	(91)	11	--	(11)
Inflação Médica						
Acréscimo de 1%.....	--	--	--	63	--	(63)
Decréscimo de 1%.....	--	--	--	(53)	--	53

(*) Efeito líquido da restrição do ativo.

utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

Quando verifica-se déficit no período de concessão acima dos limites definidos legalmente, são realizados contratos de dívida com a patrocinadora conforme políticas de custeamento, os quais afetam as contribuições futuras do plano, sendo definido um plano de equacionamento para tal déficit, respeitando as garantias estipuladas pela legislação vigente. Os planos que se encontram nesta situação são equacionados através de contribuições extraordinárias que sensibilizam os valores de contribuição futura do plano.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos). A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Categorias	Valor Justo		% de Alocação	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de Renda Fixa	19.904	21.172	90,8%	91,2%
Cotado em Mercado Ativo	19.508	20.804	89,0%	89,6%
Não Cotado em Mercado Ativo	396	368	1,8%	1,6%
Títulos de Renda Variável	1.323	1.387	6,1%	5,9%
Cotado em Mercado Ativo	1.312	1.378	6,0%	5,9%
Não Cotado em Mercado Ativo	11	9	0,1%	0,0%
Investimentos Estruturados	150	82	0,7%	0,4%
Não Cotado em Mercado Ativo	150	82	0,7%	0,4%
Imóveis	462	506	2,1%	2,2%
Empréstimos a Participantes	73	78	0,3%	0,3%
Total	21.912	23.225	100,0%	100,0%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11 (R\$ 11 em 31/12/2020), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 374 (R\$ 410 em 31/12/2020).

d) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não possui obrigações adicionais referentes a benefícios Pós-Emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial do plano de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utilizou o percentual de 4% a.a. para a inflação médica, considerando adicionalmente, também inflação de 4% a.a.

Particularmente nos outros benefícios Pós-Emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

NOTA 20 - INFORMAÇÕES DE CONTROLADAS NO EXTERIOR

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui controladas no exterior, subdivididas em:

- Agências no exterior: Itaú Unibanco S.A., Grand Cayman Branch, Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, Nassau Branch, Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch e Itaú CorpBanca New York Branch; apenas em 31/12/2020: Tokyo Branch e Itaú Unibanco S.A. New York Branch.

- Consolidado América Latina: composta basicamente pelas controladas Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A., Itaú CorpBanca e Itaú CorpBanca Colombia S.A.

- Demais empresas no exterior: composta basicamente pelas controladas Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd. e Itaú BBA International plc.

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no relatório Análise Gerencial da Operação.

	Lucro Líquido	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Agências no Exterior	3.954	271
Consolidado América Latina	1.914	(94)
Demais Empresas no Exterior	664	430
Consolidado no Exterior	6.595	383

NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS, CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

a) Governança Corporativa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Conselho de Administração é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, sob responsabilidades do CRO (*Chief Risk Officer*). Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.



Este documento é controlado pelo Itaú Unibanco S.A. e sua publicação em páginas de terceiros é proibida. Sua reprodução é permitida apenas para fins informativos. Não se responsabiliza por danos decorrentes de sua utilização. Itaú Unibanco S.A. - Itaú Unibanco Holding S.A.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é fundamentado na declaração do Conselho de Administração: *"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."* A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões (Capitalização, Liquidez, Composição dos resultados, Risco operacional e Reputação). Cada dimensão é composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do CRO - Chief Risk Officer.

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios;
- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é negociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros e fatores externos como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito", que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-lo viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (*"MtM - Mark to Market"*); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- *ΔEVE (Delta Economic Value of Equity)*: diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- *ΔNII (Delta Net Interest Income)*: diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:
- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor justo, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos).

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

Em 31/12/2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentou um *VaR* Total de R\$ 696, com aumento em relação ao ano anterior (R\$ 223 em 31/12/2020) devido ao aumento da volatilidade e da exposição em Taxas de Juros.

O documento "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

III - Risco de Liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório Acesso Público - Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos", versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Os principais riscos relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência privada e capitalização que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

VI - Riscos Emergentes

São aqueles com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como as alternativas tecnológicas na substituição dos serviços bancários tradicionais e a transição demográfica dos clientes em contraste com as inovações tecnológicas. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A identificação e monitoramento dos Riscos Emergentes são assegurados pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

VII - Risco Socioambiental e Risco Climático

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social e/ou ambiental relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) estabelece as diretrizes, estratégias e os princípios fundamentais para a gestão do risco socioambiental, partindo de questões institucionais e abordando, por meio de procedimentos específicos, os riscos mais relevantes para a operação da Instituição.

Para mitigação do Risco Socioambiental são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A gestão do risco socioambiental adota a estratégia de três linhas de defesa: a primeira linha de defesa (áreas de negócio) realiza a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da PRSA, processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de *Compliance* Corporativo, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídica Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões do Risco Socioambiental atreladas às atividades do conglomerado.

Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão deste risco, as unidades de negócio contam com a governança de aprovação de novos produtos e serviços, que contempla em sua avaliação o Risco Socioambiental, garantindo a observância deste requisito nos novos produtos aprovados pela Instituição, bem como com procedimentos socioambientais específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências e tecnologia), fornecedores, crédito, investimentos e controladas chave.

A segunda linha de defesa, por sua vez, é representada por Risco de Crédito e Modelagem, por Controles Internos, assim como por *Compliance*, por meio da Gerência de Risco Socioambiental Corporativo, que dá suporte e garante a governança das atividades da primeira linha. Já a terceira linha de defesa, composta pela Auditoria Interna, atua de maneira independente, realizando o mapeamento e a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Risco Socioambiental, incluindo o Risco Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas e da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD*) e está comprometido com a implementação de suas recomendações. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição.

Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

Mais detalhes sobre Risco Socioambiental, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e Relatórios, Documentos Regulatórios, Pilar 3 e Índice de Importância Sistemática Global/Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está sujeito à regulamentação do BACEN, que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis, e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o CNSP e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do *Bank for International Settlements (BIS)*.

I - Composição e Suficiência do Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse - realizado para data-base dezembro de 2020 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

	31/12/2021	31/12/2020
Capital regulamentar		
Capital Principal.....	130.716	119.960
Nível I.....	149.912	137.157
Patrimônio de Referência (PR).....	169.797	151.244
Ativos ponderados pelo risco (RWA)		
RWA total.....	1.153.841	1.042.207
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal (ICP).....	11,3%	11,5%
Índice de Nível I (%).....	13,0%	13,2%
Índice de Basileia.....	14,7%	14,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%) (*).....	2,00%	1,25%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%).....	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistemática de Capital Principal - ACP Sistemático (%).....	1,0%	1,0%
ACP total (%).....	3,00%	2,25%

(*) Para fins de apuração da parcela ACP Conservação, a resolução BACEN 4.783 estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA com aumento gradual até abril/2022, quando passa a ser de 2,5%.

Em 31/12/2021 o montante de dívidas subordinadas perpétuas que compõe o capital de Nível I é de R\$ 18.167 (R\$ 17.078 em 31/12/2020) e o montante de dívidas subordinadas que compõe o capital de Nível II é de R\$ 19.469 (R\$ 14.024 em 31/12/2020).

O Índice de Basileia atingiu 14,7% em 31/12/2021, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação a 31/12/2020. A principal variação foi o resultado do período compensado pelo crescimento da carteira de crédito.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 77.490 (R\$ 67.867 em 31/12/2020), superior ao ACP de R\$ 34.615 (R\$ 23.450 em 31/12/2020), amplamente coberto pelo capital disponível.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31/12/2021, o índice de imobilização atingiu 16,9% (24,0% em 31/12/2020) apresentando uma folga de R\$ 56.280 (R\$ 39.274 em 31/12/2020).

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e os indicadores do Índice de Importância Sistemática Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, seção Resultados e Relatórios, Documentos Regulatórios, Pilar 3 e Índice de Importância Sistemática Global.



Este relatório foi controlado pelo Provedor de Fidedignidade e publicado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores. Sua autenticidade pode ser verificada no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Risco de Crédito tratamento mediante abordagem padronizada

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de crédito em sentido estrito	1.044.344	921.934
Risco de crédito de contraparte (CCR)	922.824	778.153
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	42.898	45.674
Do qual: mediante demais abordagens	27.616	27.119
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	15.282	18.555
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	8.102	5.960
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	5.001	4.897
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	95	623
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	824	716
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	2.195	1.506
	62.405	84.405
	22.985	27.481
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{OPAD})	28.731	34.351
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	14.751	22.362
Risco operacional	86.512	92.792
Total	1.153.841	1.042.207

III - Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

Mais detalhes sobre o Plano de Recuperação podem ser visualizados no site www.itaun.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e Relatórios, Documentos Regulatórios, Pilar 3 e Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V - Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, do BACEN. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.706, de 05 de maio de 2015, do BACEN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO envia mensalmente ao BACEN a Razão de Alavancagem, cujo requerimento mínimo é de 3%.

NOTA 22 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Moedas Estrangeiras - Saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos Permanentes no Exterior	73.646	60.699
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(54.737)	(81.912)
Posição Cambial Líquida	18.909	(21.213)

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Combate aos efeitos da COVID-19 "Coronavírus"

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil e nos demais países em que atua, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional. O Comitê Executivo estabeleceu uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia.

No Brasil foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo do ano de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo destacadas:

- Resolução CMN nº 4.782/20, e alterações realizadas pelas Resoluções CMN nº 4.791/20 e nº 4.856/20, que estabelecem, por tempo determinado, critérios para a caracterização das reestruturações de operações de crédito;
- Resoluções CMN nº 4.803/20 e nº CMN 4.855/20 que estabelecem critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas e operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia;
- Resolução CMN nº 4.838/20 que regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), cujo prazo para contratação se encerrou no quarto trimestre de 2020;
- Resolução CMN nº 4.846/20 que dispõe sobre as operações de crédito para financiamento de folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE);
- Resolução CMN nº 4.937/21 que regulamenta o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) estabelecido pela Medida Provisória nº 1.057/21, com condições semelhantes ao CGPE e prazo para contratação previsto até 31 de dezembro de 2021;
- Lei nº 13.999/20 e alteração realizada pela Lei nº 14.161/21, que instituiu o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) com objetivo de desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios;
- Lei nº 14.042/20 que instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com objetivo de facilitar o acesso ao crédito e de preservar as empresas, para a proteção de empregos e da renda. O PEAC possui duas modalidades: Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (PEAC-FGI) e Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (PEAC-Maquinhã);

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

O Comitê de Auditoria (Comitê) é um órgão estatutário que reporta ao Conselho de Administração (Conselho) e atua de acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site: <https://www.itaun.com.br/relacoes-com-investidores/>). Atualmente, é composto por seis membros efetivos e independentes, eleitos observados os critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Lei Sarbanes-Oxley e das normas da NYSE, nesses dois últimos casos no que for aplicável aos emissores estrangeiros (*Foreign Private Issuers - FPIs*). O membro Ricardo Baldin atende a exigência de que, pelo menos um de seus integrantes, possua conhecimentos que o qualifiquem como especialista financeiro.

O Comitê é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que fazem parte do Conglomerado Itaú Unibanco, abrangendo o Itaú Unibanco e suas controladas, diretas ou indiretas (Conglomerado).O Comitê na sua atuação segue as exigências aplicáveis da normativa do CMN, CNSP, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) assim como normativa para FPIs sendo responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da Auditoria Interna e das empresas de auditoria independente do Conglomerado.

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das áreas de negócios e de suporte, no resultado dos trabalhos dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, pelos controles internos e *compliance*, assim como em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado é de responsabilidade da Administração, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos, pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e por zelar pela conformidade com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão aferir a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

viii) Lei nº 14.148/21 que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), o qual objetiva criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas do estado de calamidade e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), garantir operações de crédito contratadas até 180 dias após a entrada em vigor da lei; e

ix) Circular BACEN nº 3.990/20 e alterações realizadas pela Circular BACEN nº 3.992/20 que possibilita a realização de operações compromissadas em moeda estrangeira pelo BACEN.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas:

(a) aumento em 2020 e 2021 em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas devido às medidas adotadas para mitigação dos impactos da COVID-19 pelas autoridades com a criação de programas como PESE, PRONAMPE, PEAC-FGI e CGPE, cujo saldo em dezembro de 2021 é de R\$ 21.492. Através do monitoramento tempestivo dos padrões de comportamento e qualidade de crédito dos clientes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO manteve o funcionamento normal de suas operações, apesar das condições adversas, e auxiliou os clientes na busca sustentável por seu reequilíbrio financeiro;

(b) com o objetivo de tratar de forma estruturada o endividamento e dar fôlego financeiro aos clientes, foram estabelecidas iniciativas que possibilitaram a extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes PF e Micro e Pequenas Empresas. Em dezembro de 2021 essa carteira é de R\$ 31,1 bilhões. Em março de 2020, foi estabelecido o Programa 60+, que entre outras medidas, possibilitava a carência de 60 dias para contratos adimplentes e em meados de abril o Programa Travessia. O Travessia possibilitou a extensão de carências entre 120 e 180 dias e prazos das operações entre 5 e 6 anos respectivamente para clientes PF e Micro e Pequenas empresas, em melhores condições de taxa de juros;

(c) redução de 5,4% no período nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito na medida em que a situação econômica se alterou. Em dezembro de 2021, 80,1% da carteira de operações de crédito geradas por meio dessas iniciativas estavam no prazo, 1,8% ainda estavam em período de carência, 6,5% estavam em atraso entre 15 e 90 dias e 11,6% estavam em atraso superior a 90 dias;

(d) a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 48.931 foi impactada em função do nível de risco e atraso, devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Para reflexo total do risco de suas operações de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota o modelo de perda esperada para provisionamento das operações desde o momento da concessão e é atualizado periodicamente em função das variáveis macroeconômicas e circunstâncias do cliente, sendo acrescida ao modelo em 2020, em razão da pandemia, uma ponderação nos cenários econômicos. Em dezembro de 2021, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO representava 241% ante 320% em dezembro de 2020. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de *rating* do cliente), o provisionamento apresentou redução de 16,9% no período.

A governança de risco de crédito permitiu ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO rápida resposta para o acompanhamento dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 em sua carteira de crédito, possibilitando acesso rápido às informações necessárias para discussões e ações dos fóruns diários de gestão de crises;

(e) o componente de marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários foi de -0,5% no primeiro trimestre de 2020, sendo uma parte decorrente de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, influenciando na mensuração dos itens avaliados a valor justo nos seus diversos níveis. Nos períodos subsequentes as variações observadas no componente de marcação a mercado não necessariamente guardam relação com os efeitos da pandemia;

(f) devido à pandemia da COVID-19, durante o ano de 2020, observou-se uma instabilidade no mercado de renda variável, ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez. Este movimento resultou no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário (CDB), entretanto, ao longo de 2021 observou-se uma variação na carteira, com movimentações não necessariamente relacionadas aos efeitos da pandemia. Com o intuito de mitigação do risco de liquidez do sistema, o BACEN disponibilizou em 2020 às instituições financeiras linhas de crédito por meio de operações compromissadas em moeda estrangeira e compra de letras financeiras com garantia, sendo contratadas operações no montante total de R\$ 30.547 durante o período de vigência destas linhas;

(g) aumento no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. No período, não houve impactos relevantes da pandemia no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO; e

(h) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19 de R\$ 361 no período, principalmente relacionado aos seguros de vida e prestamista.

Houve redução no quadro de atendimento presencial e aumento do espaçamento entre as pessoas nas centrais de atendimento para diminuir a circulação de pessoas e as possibilidades de contágio. Reduziu-se a média de circulação de pessoas nos polos administrativos, que passaram a trabalhar remotamente. Os colaboradores da administração central, centrais de atendimento e agências digitais estão substancialmente em *home office*. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO mantém suas atividades operacionais.

De forma a reduzir os efeitos da crise e assegurar a saúde e a segurança dos colaboradores, incentivou-se a autodeclaração dos colaboradores que se consideram no grupo de risco e aqueles que não podem trabalhar de forma remota foram colocados em férias. Em 2020, com objetivo de apoiar aqueles que eventualmente tivessem despesas extras em razão da atual crise, antecipou-se integralmente o 13º salário. Adicionalmente, estabeleceu-se um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo nosso Diretor Presidente comunicando novidades referentes à COVID-19. Nas agências, foram entregues máscaras para todos os colaboradores que fazem atendimento, implementou-se proteções de acrílico e foram revisados os protocolos de limpeza.

A adaptação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO na crise é resultado não apenas dos investimentos em tecnologia, que permite essas interações virtuais, mas também dos investimentos em flexibilidade no ambiente de trabalho, como o *home office*, as comunidades integradas entre diferentes áreas do banco e novos *layouts* nos centros administrativos que promovem a mobilidade dos colaboradores.

Em 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO criou a iniciativa "Todos pela Saúde" a partir da doação de R\$ 1 bilhão, com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. A atuação da "Todos pela Saúde" é realizada por meio de quatro eixos: Informar, Proteger, Cuidar e Retomar.

Em fevereiro de 2021, a iniciativa "Todos pela Saúde" foi formalizada como Instituto, sendo mantidas as ações em andamento. O Instituto Todos pela Saúde tem a missão de contribuir para o fortalecimento e a inovação na área de vigilância em saúde no Brasil. As atividades a serem desenvolvidas incluem tanto o financiamento à pesquisa como levantamentos genômicos (ou metagenômicos), além da formação de epidemiologistas de campo.

Em abril de 2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atuou junto com os concorrentes no combate à fome decorrente da pandemia e da crise econômica. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO contribuiu para a compra e destinação de cestas básicas.

e) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado não Recorrente Regulatório	(1.307)	1.340
Provisão para Reestruturação	(747)	(220)
Ganho alienação parcial de participação na XP INC	--	3.193
Marcação a Mercado em Títulos de Garantia	--	(1.031)
Doação "Todos Pela Saúde"	--	(834)
Reclassificação - Investimento IRB	--	379
Majoração da alíquota da contribuição social	(233)	--
Impairment, provisão para devolução de imóveis e amortizações	(445)	--
Impairment de Agio e Ativos Intangíveis - Itaú CorpBanca	--	(19)
Outros	118	(128)

f) Evento subsequente

Aquisição da Ideal Holding Financeira S.A.

Em 13 de janeiro de 2022, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO celebrou contrato de compra e venda de até 100% do capital social da Ideal Holding Financeira S.A. (IDEAL). A compra será realizada em duas etapas ao longo de cinco anos. Na primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO irá adquirir 50,1% do capital total e votante da IDEAL pelo valor aproximado de R\$ 650, passando a deter o controle da companhia. Na segunda etapa, após cinco anos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO poderá exercer o direito de compra da participação restante, de forma a alcançar 100% do capital da IDEAL.

A IDEAL é uma corretora 100% digital e atualmente oferece soluções de trading eletrônico e DMA (*direct market access*), dentro de uma plataforma flexível e *cloud-based*.

A gestão e a condução dos negócios da IDEAL continuarão autônomas em relação ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, conforme os termos e condições de Acordo de Acionistas dessa transação e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não terá exclusividade na prestação de serviços.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após as aprovações regulatórias necessárias.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Conglomerado, e o desempenho individual e consolidado das operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sendo também de sua responsabilidade auditar as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e Relato Integrado. Os mesmos auditores devem, ainda, emitir anualmente opinião sobre a qualidade e a eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das empresas de consórcio do Conglomerado preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades do Comitê

O planejamento anual de trabalhos do Comitê é realizado no início de cada exercício, considerando os principais produtos e processos referentes aos negócios e áreas de suporte do Conglomerado, bem como seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis e no sistema de controles internos e de administração de riscos, sendo revisado periodicamente à medida da evolução de suas atividades. Seguindo definição corporativa o Comitê manteve suas reuniões de forma virtual, com alterações e reprogramações pontuais, visando manter o monitoramento dos principais riscos. Essas ações incluíram a discussão com as áreas de tecnologia e segurança corporativa sobre a infraestrutura para suportar as operações em ambiente remoto.

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê desenvolveu durante o período, entre outras, as seguintes atividades:

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital, Controles Internos e Compliance - Em reuniões com as áreas de controles internos e risco operacional, *compliance*, segurança corporativa e de negócios, o Comitê acompanhou os aspectos significativos relativos à qualidade e à efetividade dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital existentes no Conglomerado, os processos para verificar o cumprimento pela Administração dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, incluindo os referentes ao risco socioambiental e sustentabilidade, assim como a evolução da governança de apetite de riscos e da cultura de risco. Foi discutido o papel do *Compliance* nos projetos significativos do Conglomerado e apresentado pela Diretoria de Risco Operacional (DRO) o seu planejamento de trabalhos para 2022.



Este documento foi certificado pelo ProtonMail, o que garante a sua integridade e a privacidade dos seus dados. Para mais informações, visite protonmail.com. Não compartilhe este documento com terceiros. Este documento não possui validade jurídica.



Itaú Unibanco Holding S.A.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2021 (Continuação)

Auditoria Independente - Mantido com os auditores independentes canal regular de comunicação para discussão do escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, temas para maior foco de atenção e aspectos contábeis relevantes. Os aspectos relacionados à Certificação SOX, IFRS/SEC (20F) e a avaliação, pelos auditores independentes, da qualidade e adequação do sistema de controles internos foram apresentados e discutidos com o Comitê. O auditor independente do Conglomerado, e o auditor responsável pela auditoria independente das empresas de consórcio, informaram ao Comitê que, no decorrer de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, não identificaram aspectos que possam ter impacto relevante no capital regulatório, outros indicadores regulatórios ou nas informações contábeis fornecidas ao regulador. O Comitê está acompanhando o desdobramento de processo envolvendo a PwC Chile e seus possíveis impactos no risco reputacional e continuidade da prestação de serviços, que exijam a avaliação de medidas futuras possíveis de serem adotadas.

A PwC e a EY reportaram o processo interno de controle de qualidade de trabalhos de auditoria e de independência, e os resultados de revisões de qualidade efetuados internamente por pares ou por reguladores. Também foi informado pelos auditores independentes o atendimento aos requisitos referentes aprovação em exame de certificação e carga horária mínima de participação em programa de educação continuada dos profissionais com funções gerenciais.

Como parte de suas atribuições, o Comitê está liderando o processo de negociação dos honorários do Auditor Independente do Conglomerado para 2022.

Auditoria Interna - Efetuadas reuniões mensais com o Diretor Executivo de Auditoria Interna e com as diretorias que a compõem a Auditoria Interna (AI) do Conglomerado para acompanhamento da execução do planejamento e as alterações propostas, dos resultados dos trabalhos realizados, dos principais relatórios emitidos, conclusões e recomendações.

A AI apresentou ao Comitê os indicadores das atividades realizadas pela área em 2021, os aspectos do planejamento para 2022 e os resultados da *Quality Assessment Review* referente ao primeiro semestre de 2021. O Comitê deliberou pela aprovação do planejamento de 2022 da AI e recomendar sua aprovação pelo Conselho. O Comitê vem acompanhando as iniciativas da AI referentes proposta de atuação mais integrada da 2ª e 3ª linha de defesa considerando a possibilidade de aproveitamento dos trabalhos realizados por cada área e revisão do planejamento dinâmico. De ressaltar que a atuação da AI nas unidades internacionais está alinhada com a atuação no Brasil.

Demonstrações contábeis - Os principais critérios utilizados na preparação das demonstrações contábeis, bem como das notas explicativas e os relatórios da Administração e das empresas de auditoria independente, foram apresentados previamente ao Comitê pela Administração e pelos Auditores Independentes. O Comitê também acompanhou a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Foram efetuadas reuniões com a Diretoria de Operações e Pagamentos (DOP) para acompanhamento do ambiente de controle do processamento de finanças, pessoal, fiscal e pagamentos, estreira trabalhista, cível e ofícios e com a área de Finanças sobre destaques normativos.

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - Em reunião conjunta entre a Diretoria Executiva de Finanças (DEF) e a AI foram apresentados ao Comitê os principais aspectos referentes a PDD. Foi discutido com a administração, a auditoria interna e os auditores independentes a consistência ao longo do tempo na aplicação dos critérios de cálculo de PDD, as mudanças decorrentes de novas informações e as variações da PDD nos principais segmentos.

Relacionamento com Clientes - Realizadas reuniões com o Departamento de Supervisão de Conduta do BACEN (DECON) e as diretorias das áreas de negócio e de suporte, jurídica e ouvidoria para acompanhamento do ambiente de controle e da evolução dos temas com impacto em clientes, incluindo discussões sobre *suitability*; qualidade da venda dos produtos e serviços; gestão de consequências; causa raiz das reclamações; e visão integrada das demandas de clientes.

Órgãos Reguladores - O Comitê tomou conhecimento dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores, as correspondentes ações da Administração, recebendo informações da AI e da área de *Compliance* sobre o follow-up dos apontamentos de órgãos reguladores do Brasil e das unidades internacionais. Manteve também reuniões com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária (BACEN DESUP) e do Departamento de Supervisão de Conduta do BACEN (BACEN DECON).

O Comitê efetuou reuniões com diversos executivos do Conglomerado para acompanhamento do processo de implementação da Circular 3952/2019 e da Resolução 4734/19 bem como está acompanhando os potenciais impactos da Resolução CMN 4941/2021 nas atividades do Comitê.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Prevenção à Fraude - Efetuadas reuniões com a auditoria interna e áreas de riscos sobre os resultados de suas avaliações dos processos de prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, das inspeções efetuadas pelos órgãos reguladores e análise dos impactos das novas normas BACEN e CVM.

Áreas de Negócio e Produtos - Reuniões são efetuadas com frequência anual com os executivos responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de produtos para apresentação da estrutura de governança e de gestão de riscos e com maior frequência para os negócios

digitais/canais eletrônicos, seguros e cartões e novos negócios. O Comitê mantém reuniões trimestrais com a Diretoria responsável pelo projeto iti e novas estratégias do varejo e semestrais com as Diretorias responsáveis pelas áreas Imobiliárias e Consórcio e *Wealth Management and Services*, para acompanhamento das atividades e ambiente de controle.

Tecnologia e Segurança da Informação - Acompanhamento do processo pós implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e efetuadas reuniões trimestrais com a Diretoria de Segurança Corporativa referentes a temas de segurança da informação e *cyber security*, processo de migração para o *Cloud*, automação sustentada e transformação digital e comunidades ágeis. Em reuniões com as diretorias responsáveis e com a auditoria interna foi efetuado o acompanhamento do processo de implementação, governança e gestão de riscos do sistema de pagamentos instantâneos PIX, e *Open Finance*.

Risco Socioambiental - O Comitê acompanha a governança do risco socioambiental e principais desafios ao Conglomerado referentes risco climático e agenda ESG, através de reuniões periódicas com o Comitê, *Chief Executive Officers* (CEO), Diretoria de *Compliance* Corporativa, Diretoria de Risco de Crédito e Modelagem (DRCM) e área de Sustentabilidade. O Comitê também tem acompanhado as atividades do Comitê de Risco Socioambiental (CRSA) e da execução da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

Unidades Internacionais - O Comitê acompanhou os aspectos de gestão de risco pelas unidades internacionais com foco especial naqueles que podem ter maior impacto para o Conglomerado, tais como segurança de informação, *Cyber Security*, novos negócios e PLD. Em particular, efetuou recomendações e acompanhou o modelo de governança desses riscos desde a matriz. Também acompanhou a atuação dos diversos Comitês de Auditoria à luz das políticas internas sobre sua composição, quórum, periodicidade de reuniões e agenda de atuação.

Durante o período o Comitê realizou reuniões com executivos locais e membros dos Comitês de Auditoria de diversas unidades internacionais, bem como com os responsáveis por esses negócios na matriz para discutir as operações, controles internos.

Outras atividades desenvolvidas no período - O Comitê coordena suas atividades com as do Comitê de Gestão de Risco e Capital, incluindo a participação do seu Presidente como observador nas reuniões desse comitê, e supervisionou o Programa Corporativo de Prevenção a Atos Ilícitos a partir de informações compiladas e apresentadas pelas áreas, bem como de outros mecanismos de que dispõe.

Foram apresentados relatos periódicos das suas atividades para o Conselho e mantidas reuniões trimestrais com os Copresidentes do Conselho e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. para discussão de temas relevantes decorrentes do exercício de suas funções. Anualmente, o Comitê se reúne com o Conselho Fiscal.

Para realização das atividades e execução dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 33 dias no período de 02 de agosto de 2021 a 31 de janeiro de 2022, totalizando 167 reuniões, devidamente formalizadas em atas.

No decorrer das atividades executadas, o Comitê não tomou conhecimento sobre a ocorrência de fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o semestre findo em 31.12.2021:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (*compliance*) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado e ao apetite de riscos aprovado;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna são satisfatórias, atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo as requeridas pelo BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e
- são adequadas as informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o ano e o semestre findos em 31.12.2021.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

O Comitê de Auditoria

Gustavo Jorge Laboissière Loyola - Presidente

Alexandre Barros

Luciana Pires Dias

Otavio Yazbek

Rogério Carvalho Braga

Ricardo Baldin (Especialista Financeiro)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 10 de Fevereiro de 2022

José Caruso Cruz Henriques
Presidente

Alkimar Ribeiro Moura
Conselheiro

Artemio Bertholini
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Copresidentes

Pedro Moreira Salles
Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente

Ricardo Villela Marino

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Candido Botelho Bracher
Fábio Colletti Barbosa
Frederico Trajano Inácio Rodrigues
João Moreira Salles
Marco Ambrogio Crespi Bonomi
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Membros

Alexandre de Barros
Luciana Pires Dias
Otavio Yazbek
Ricardo Baldin
Rogério Carvalho Braga

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Caruso Cruz Henriques

Conselheiros

Alkimar Ribeiro Moura
Artemio Bertholini

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

Alexandre Grossmann Zancani
Alexandro Broedel Lopes
André Luís Teixeira Rodrigues
André Sapoznik
Carlos Fernando Rossi Constantini
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Matias Granata
Pedro Paulo Giubbina Lorenzini
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

(1) Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado.

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Andre Balestrin Cestare
Daniel Sposito Pastore
Emerson Macedo Bortoloto
José Geraldo Franco Ortiz Júnior
José Virgílio Vita Neto
Paulo Sergio Miron
Renato Barbosa do Nascimento
Renato da Silva Carvalho
Renato Lúlia Jacob (1)
Tatiana Grecco
Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes



Contador

Arnaldo Alves dos Santos
CRC 1SP210058/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

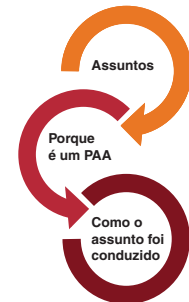
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) (Notas 2 (c) III, 3(f) e 6)

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa requer julgamento da administração. A identificação de situações de comprometimento do valor recuperável dos créditos e a determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias.

O uso de diferentes técnicas e premissas de modelagem poderia resultar em estimativa de valor de recuperação diferente. Ademais, o gerenciamento de risco de crédito é complexo e dependente de base de dados completa e íntegra, incluindo as garantias e as renegociações por se tratarem de aspectos importantes na determinação da PDD.

Ademais, em decorrência da pandemia da COVID-19 e do ambiente econômico, a administração revisou alguns dos julgamentos e estimativas utilizados na determinação da PDD, como por exemplo a ponderação dos cenários macroeconômicos, com a finalidade de adaptar as premissas anteriormente aplicadas ao atual cenário das operações do Banco e suas controladas.

Considerando o exposto acima, essa área manteve-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Teste do desenho e da efetividade dos principais controles para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) totalidade e integridade da base de dados; (ii) modelos e premissas adotados pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos; (iii) monitoramento e valorização das garantias; (iv) identificação, aprovação, monitoramento das operações renegociadas; e (v) processos estabelecidos pela administração para cumprimento das normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional relacionadas à constituição da PDD, bem como para as divulgações em notas explicativas.
- Para a PDD calculada individualmente, testamos as premissas relevantes adotadas para identificação da situação de perda do valor recuperável e consequente determinação dos *ratings* dos devedores, bem como as previsões de fluxos de caixa futuros, as garantias subjacentes e as estimativas de recuperação de créditos vencidos.
- Para a PDD calculada numa base coletiva, testamos os modelos e critérios complementares, incluindo o processo de aprovação de modelos e de validação das premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação, bem como a consistência dos modelos com os aplicados em períodos anteriores.
- Testamos as entradas de dados para os modelos e, quando disponíveis, comparamos determinados dados e premissas com informações de mercado.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apropriados e consistentes.



Esta publicação foi controlada pelo Provedor de
Certificação de Documentos e Serviços de
Identificação e Autenticação de
Assinaturas do Itaú Unibanco S.A.
Sua autenticidade pode ser confirmada em:
CFC: Confira em todos os pontos de
atendimento ao cliente.



Itaú Unibanco Holding S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Continuação)*

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 2 (c) II, 3(c), 3(d), 5 e 17)</p> <p>A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de mercado é complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações onde os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. Essa é uma área que permanece como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros, bem como da aprovação dos modelos e divulgações requeridas. • Com o apoio de nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>
<p>Ambiente de tecnologia da informação</p> <p>O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação. A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, no contexto da pandemia da COVID-19, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (<i>home office</i>) o que gera a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e <i>cybersecurity</i>. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>
<p>Provisões e passivos contingentes (Notas 2 (c) VII, 3(n) e 9)</p> <p>O Banco e suas controladas apresentam provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.</p>	<p>Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou na Análise Gerencial da Operação, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3



Este relatório é assinado pelo PricewaterhouseCoopers, uma empresa de membros da rede global de membros da PwC Network, uma rede independente de membros da PwC Network. Sua responsabilidade perante os usuários não é afetada pelo fato de este relatório ter sido assinado por um membro da PwC Network.



MARINHA DO BRASIL

PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA

Rua da Ponte, s/nº - Ilha das Cobras, Ed. 23 de AMRJ - 4º andar
CEP: 20091-000 - Rio de Janeiro - RJ
(21) 2104-6876 - papem.secom@marinha.mil.br

Rio de Janeiro/RJ, 11 de fevereiro de 2022.

Ao Senhor
VICTOR MAITAN
Gerente Comercial Poder Público
SHS Quadra 06 Bloco A Sala 309 - Centro Empresarial Brasil 21
70316-102 - Brasília/DF

Atestado de Capacidade Técnica

Atesto, na condição de Encarregado da Divisão de Bloqueio de Pagamentos e SISRES e de Fiscal do Contrato nº 73202/2021-013/00, a pedido do interessado, endereçado desse Atestado, que o BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04:

1. prestou de forma satisfatória o serviço de “pagamento dos valores líquidos devidos a todos os Beneficiários da Folha Salarial do Comando da Marinha”, pactuado por meio do Contrato nº 73200/2017-002/00 e aditivos posteriores no âmbito do Credenciamento nº 001/2016-PAPEM, durante o período de 02/01/2017 a 02/01/2022, contemplando uma média mensal de aproximadamente 40.000 correntistas favorecidos; e
2. vem prestando de forma satisfatória o serviço de “pagamento dos valores líquidos devidos a todos os Beneficiários da Folha Salarial do Comando da Marinha”, pactuado por meio do Contrato nº 73202/2021-013/00 no âmbito do Credenciamento nº 001/2021-PAPEM, de 03/01/2022 até o presente momento, contemplando uma média mensal de aproximadamente 40.000 correntistas favorecidos.

EDUARDO RIBEIRO ZREIK
Capitão-Tenente (IM)
Enc. da Div. de Bloqueio de Pagamentos e SISRES

Cópias:
PAPEM-20 s/anexos
Arquivo s/anexos

63438.001537/2022-91



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



ARQUIVO: capacidade-tecnica-ituau.pdf
Código de verificação:

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo II - Assinatura Avançada

Eduardo Ribeiro Zreik 14089220 em 16:03:03 : 11/02/2022

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, com sede no endereço informado no rodapé do presente, representado pelo seu Secretário de Compras, Sr. Samaroni Benedet, conforme designado no art. 3º do decreto municipal nº 8195 de 08 de junho de 2016, atesta a pedido da interessada, que a Instituição Financeira **ITAU UNIBANCO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio Aranha, nº 100, Jabaquara, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 04.344-902, forneceu para este município **SERVIÇOS BANCÁRIOS**, contratados por meio dos termos abaixo discriminados:

Concorrência Pública nº 006/2010 – PMBC. Contrato nº 124/2010 – PMBC e aditivo, celebrado no dia 08/10/2010, findando em 16/11/2015:

- Processamento da Folha de Pagamento com movimentações financeiras bruta em média mensal de R\$30.000.000,00 com cerca de 5.486 servidores Ativos da administração;
- Atendimento aos servidores por meio de Posto de Atendimento Bancário e Caixas Eletrônicos;
- Credenciamento de Crédito Consignado através de Credenciamento.

Pregão Presencial nº 259/2015 – PMBC. Contrato nº 171/2015 – PMBC, celebrado no dia 17/11/2015 com prazo de sessenta meses, motivo pelo qual certifica tão somente até o presente momento, conforme preconiza o art. 3º, parágrafo único, do decreto municipal n.º 8.195/2016ⁱ:

- Processamento da Folha de Pagamento com movimentações financeiras bruta em média mensal de R\$30.000.000,00 com cerca de 5.486 servidores Ativos da administração;
- Atendimento aos servidores por meio de Posto de Atendimento Bancário e Caixas Eletrônicos;
- Credenciamento de Crédito Consignado através de Credenciamento.

Pregão Presencial nº 172/2016 – PMBC. Contrato nº 183/2016 – PMBC, celebrado no dia 21/10/2016 com prazo de doze meses, tendo sido prorrogado por iguais e sucessivos períodos, motivo pelo qual certifica tão somente até o presente momento, conforme preconiza o art. 3º, parágrafo único, do decreto municipal n.º 8.195/2016:

- Arrecadação de Tributos Municipais com média mensal de 250.000 carnês/boletos e volume financeiro de R\$10.000.000, padrão FEBRABAN.

Outrossim, conforme informações da **Secretaria da Fazenda**, declaro que os serviços prestados foram satisfatórios de acordo com as normas técnicas existentes e dentro do prazo contratual estabelecido, sem registro de ocorrências durante a execução e cumprimento das obrigações.

Balneário Camboriú, SC, 22 de junho de 2020.

Samaroni Benedet
Secretário de Compras
Portaria nº 25.245/2018

i

Art. 3º [...] Parágrafo único. Em caso excepcionais, serão expedidos atestados antes do término da execução de contrato, certificando somente, as parcelas já realizadas e avaliadas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3E0C-A5BE-76F4-2BC5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SAMARONI BENEDET (CPF 032.XXX.XXX-47) em 22/06/2020 17:33:00 (GMT-03:00)

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/3E0C-A5BE-76F4-2BC5>



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) ITAU UNIBANCO S.A. (CNPJ 60.701.190/0001-04) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
 - Carteira Comercial
 - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
 - Carteira de Crédito Imobiliário
 - Carteira de Investimento
 - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
 - Mercado de Câmbio
 - Crédito Rural
- d. e credenciado (a) como participante do PIX.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 11:53:26 do dia 15/7/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: hcN3S2yIGfaE2BbcUZkF

Certidão emitida gratuitamente.



DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022



ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara - São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade - RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 051.259.684-04, **DECLARA**, em cumprimento ao art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
069975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



MEMÓRIA DE CÁLCULO – ÍNDICE DE BASILÉIA
Balanço anual Holding 2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

Itaú Unibanco Holding S/A, sediada à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Jabaquara, São Paulo/SP, através de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** possuir "Índice de Basileia" de no mínimo **8% (oito por cento)**, calculado em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.192, de 1 de março de 2013, do Banco Central do Brasil e alterações e complementações posteriores.

Os dados para o cenário de dez/21 são (valores em reais):

RWACPAD: **1.044.343.636.569**

PR: **169.797.280.017**

RWAMINT: **22.985.000.000**

PRE/PRMR: **92.307.247.755**

RWAOPAD: **86.511.960.363**

Índice de Basileia Mín. Requerido (Fator F): **8,0%**

RWA Total: **1.153.840.596.932**

$IB = \frac{PR}{(PMRM / Fator F)}$ $IB = \frac{169.797.280.017}{(92.307.247.755 / 8,0\%)}$ $IB = 14,7\%$	$IB = \frac{PR \times 100}{(PRE / Fator F)}$ $IB = \frac{169.797.280.017 \times 100}{(92.307.247.755 / 8,0\%)}$ $IB = 14,7\%$
--	---

Conforme a Circular BACEN nº 3.678/2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), seguem as fórmulas para apuração do Índice de Basileia e valores para data base de dez/21:

$$B = \frac{PR}{RWA}$$
$$IB = \frac{169.797.280.017}{1.153.840.596.932}$$
$$IB = 14,7\%$$

Onde:

- IB = Índice de Basileia
- PR = Patrimônio de Referência, calculado conforme Resolução nº 4.192, de 2013;
- PMRM = Patrimônio de Referência Mínimo Requerido
- PRE = Patrimônio de Referência Exigido;
- RWA = Montante dos ativos ponderados pelas parcelas de risco de crédito, mercado e operacional sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (Resolução nº 4.193, de 2013).

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
009975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

60 701 190/0001-04ⁱ
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação para o procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
096975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 27, V, DA LEI Nº
8.666, DE 1993**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (**X**).

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
636975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 37/2009 DO CNMP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, em atenção às disposições proibitivas insertas na Resolução nº 37 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 28 de abril de 2009, em especial ao artigo 3º, que, entre seus sócios, gerentes ou diretores, não há cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento) do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
006875726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE COTA DE APRENDIZAGEM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Número atual de contratação de jovens aprendizes: 1.600 (mil e seiscentos)

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
006975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



RELAÇÃO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara - São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade - RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA** possuir no mínimo 03 (três) agências bancárias localizadas e em funcionamento no Município de Maceió, entre elas:

Nome	Número	Endereço	Responsável	Telefone
Agência 0369 - MACEIO AL	0369	R JOAO PESSOA 110 CENTRO - MACEIO - CEP: 57020 - 070	Walescka Moura	082 99308-1313
Agência 1465 - MACEIO FAROL	1465	AV FERNANDES LIMA 2399 FAROL - MACEIO - CEP: 57057 - 000	Wagner Luiz	082 99977-7395
Agência 7023 - PERSONNALITE MACEIO	7023	AV ALVARO OTACILIO 2835 PONTA VERDE - MACEIO - CEP: 57035 - 900	Cláudio Ape Alves	071 3004-3888

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
068975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP